

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MICHELE MACHADO SOUZA

**A CRIAÇÃO DA SALA DE MEMÓRIAS DO INSTITUTO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE JAGUARÃO/RS**

**Jaguarão
2025**

MICHELE MACHADO SOUZA

**A CRIAÇÃO DA SALA DE MEMÓRIAS DO INSTITUTO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE JAGUARÃO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação - modalidade Profissional.

Orientadora: Maria Beatriz Luce
Coorientador: Alessandro Carvalho Bica

**Jaguarão
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S719c SOUZA, MICHELE MACHADO
A CRIAÇÃO DA SALA DE MEMÓRIAS DO INSTITUTO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE JAGUARÃO/RS / MICHELE
MACHADO SOUZA.

131 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2025.

"Orientação: Maria Beatriz Luce".

1. História da Educação. 2. Sala de Memórias. 3. Educação
Patrimonial . I. Título.

MICHELE MACHADO SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação - modalidade Profissional.

Orientadora: Maria Beatriz Luce
Coorientador: Alessandro Carvalho Bica

Dissertação aprovada em: 27 de novembro de 2025

Banca examinadora

Prof. Dr^a Maria Beatriz Luce
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
Coorientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr^a Giana Lange do Amaral
(UFPEL)

Pof. Dr^a Juliana Brandão Machado
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **Maria Beatriz Moreira Luce**, **Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 27/11/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA**, **Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 27/11/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JULIANA BRANDAO MACHADO**, **Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 27/11/2025, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Giana Lange do Amaral**, **Usuário Externo**, em 27/01/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1910176** e o código CRC **A0778F39**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e a mãe Iemanjá pela força, pela luz e pela sabedoria concedidas em cada etapa desta caminhada. Sem suas presenças, nada disso seria possível.

Agradeço ao meu marido Suedes Antunes por todo amor, paciência e presença constante. Obrigada por me apoiar nos dias difíceis, celebrar comigo cada pequena conquista e acreditar em mim mesmo quando eu duvidava. Esta conquista também é sua.

À minha orientadora Maria Beatriz Luce registro minha gratidão pela confiança no meu potencial e pelas contribuições que ampliaram meu olhar. Em especial, agradeço ao meu co-orientador Alessandro Carvalho Bica, que esteve comigo desde o começo e cuja dedicação, disponibilidade e sensibilidade acadêmica enriqueceram este trabalho. Suas orientações, sugestões e apoio foram fundamentais para o amadurecimento da pesquisa.

À minha família, meu apoio de sempre, agradeço pelo carinho, compreensão pelas ausências e incentivo contínuo. Vocês me sustentaram nos momentos mais desafiadores e celebraram comigo cada avanço. A dedicação de vocês fez toda a diferença.

Agradeço ainda ao Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa. A colaboração da equipe, o acesso ao acervo e a receptividade foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse. E ao professor Carlos José de Azevedo Machado, que me auxiliou demais nessa pesquisa.

Registro ainda minha gratidão às professoras da banca Juliana Machado e Giana Amaral, pela leitura atenta, pelas contribuições valiosas e pela generosidade intelectual.

Esta dissertação é uma vitória compartilhada. Obrigada por fazerem parte da minha história.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação compreende uma pesquisa histórico-pedagógica e a organização de uma Sala de Memórias no Instituto Estadual de Educação Espírito Santo (IEEES), escola pública localizada no município de Jaguarão, fronteira do Brasil com o Uruguai. Com foco no período de 1952 a 1975, os quatro primeiros anos de implementação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, sob a Lei nº 5.692/71, foi examinado o patrimônio cultural escolar, evidenciando a cultura educativa como fonte historiográfica. Os objetivos específicos envolveram destacar o espaço escolar como lugar de memórias e histórias, compreender sua trajetória e contribuição social, além de incentivar a comunidade escolar a atuar como agente preservador da memória institucional. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, com procedimentos de coleta e análise documental mediada por conceitos de História da Educação, Cultura Escolar e Instituição Escolar. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como explicativa e exploratória. O referencial teórico e metodológico fundamenta-se em autores como Escolano (2017); Julia (2001); Frago (1998, 2011, 2012); Le Goff (1990); Possamai (2015, 2016); Barros (2005, 2020); Felgueiras (2005); Severino (2000) e Gil (2002). Em decorrência da pesquisa, como produto técnico-tecnológico, foi concebida e realizada a Sala de Memórias do Instituto Educacional Espírito Santo, cuja de coleta de fontes historiográficas baseou-se nos princípios da metodologia patrimonial - a observação, o registro, a exploração e a apropriação do bem cultural (Horta *et al.*, 1999). O percurso metodológico de análise de dados seguiu os critérios propostos por Barros (2005), contemplando as etapas de identificação, contextualização e problematização. Os resultados revelam o potencial de consolidação da Sala de Memórias como ambiente de caráter educativo, histórico e cultural. Com esta pesquisa alcancei os objetivos de compreender e analisar o patrimônio cultural da instituição, evidenciando a cultura escolar e as práticas educativas como fonte historiográfica; destacar o espaço escolar como lugar de memórias e histórias, para entender a trajetória e desenvolvimento escolar, assim como sua contribuição para a sociedade; além de instigar a comunidade escolar a atuar na preservação da memória institucional. Com a realização da inauguração, concretizou-se um momento de afirmação das expectativas construídas ao longo do processo. O evento confirmou a relevância do projeto e seu potencial de contribuição no fortalecimento do diálogo entre patrimônio educacional e a instituição escolar.

Palavras-chave: educação patrimonial; história da educação; sala de memórias; cultura escolar; Lei nº 5.692/1971.

RESUMEN

Esta tesis de maestría comprende una investigación histórico-pedagógica y la organización de una Sala de Memorias en el Instituto Estadual de Educação Espírito Santo (IEEES), una escuela pública ubicada en el municipio de Jaguarão, en la frontera entre Brasil y Uruguay. Centrándose en el período de 1952 a 1975, los primeros cuatro años de implementación de la Reforma Educativa de 1.º y 2.º Ciclos, bajo la Ley Federal N.º 5.692/71, se examinó el patrimonio cultural de la escuela, destacando la cultura educativa como fuente historiográfica. Los objetivos específicos consistieron en resaltar el espacio escolar como lugar de recuerdos e historias, comprender su trayectoria y contribución social, y alentar a la comunidad escolar a actuar como agente de preservación de la memoria institucional. La investigación fue de enfoque cualitativo, con procedimientos para la recolección de datos y el análisis documental mediados por conceptos de Historia de la Educación, Cultura Escolar e Institución Escolar. En cuanto a sus objetivos, se caracteriza como explicativa y exploratoria. El marco teórico y metodológico se basa en autores como Escolano (2017). Julia (2001); Frago (1998, 2011, 2012); Le Goff (1990); Possamai (2015, 2016); Barros (2005, 2020); Felgueiras (2005); Severino (2000) y Gil (2002). Como resultado de la investigación, se concibió e implementó la Sala de Memorias del Instituto de Educação Espírito Santo, como un producto técnico-tecnológico cuya colección de fuentes historiográficas se basó en los principios de la metodología del patrimonio: observación, registro, exploración y apropiación del bien cultural (Horta *et al.*, 1999). El análisis de datos se realizó siguiendo los criterios propuestos por Barros (2005), contemplando las etapas de identificación, contextualización y problematización. Los resultados revelan el potencial de la Sala de Memorias para consolidarse como un espacio de carácter educativo, histórico y cultural. Esta investigación logró sus objetivos al comprender y analizar el patrimonio cultural de la institución, destacando la cultura escolar y las prácticas educativas como fuente historiográfica; enfatizando el espacio escolar como lugar de recuerdos e historias, para comprender la trayectoria y el desarrollo de la escuela, así como su contribución a la sociedad; y alentando a la comunidad escolar a participar en la preservación de la memoria institucional. Con la realización de la inauguración, se concretó un momento de afirmación de las expectativas construidas a lo largo del proceso. El

evento confirmó la relevancia del proyecto y su potencial de contribución al fortalecimiento del diálogo entre el patrimonio educativo y la institución escolar.

Palabras clave: educación patrimonial; historia de la educación; sala de la memoria; cultura escolar; Ley Federal nº 5.692/1971

ABSTRACT

This dissertation comprises historical-pedagogical research and the organization of a Memory Room at the Instituto Estadual de Educação Espírito Santo (IEEES), a public school located in the city of Jaguarão, on the border between Brazil and Uruguay. Focusing on the period from 1952 to 1975, the first four years of the implementation of the 1st. and 2nd. Grade Education Reform, under Federal Law N. 5.692/71, the school's cultural heritage was examined, taking the educational culture as a historiographical source. The specific objectives involved highlighting the school space as a place of memories and histories, understanding its trajectory and social contribution, and encouraging the school community to act as an agent for preserving institutional memory. The research was qualitative in approach, with procedures for collecting and analyzing documents mediated by concepts of History of Education, School Culture, and School Institution. In terms of objectives, it is characterized as explanatory and exploratory. The theoretical and methodological framework is based on authors such as Escolano (2017); Julia (2001); Frago (1998, 2011, 2012); Le Goff (1990); Possamai (2015, 2016); Barros (2005, 2020); Felgueiras (2005); Severino (2000) and Gil (2002). Following the research, as a technical-technological product, the Memory Room of the Instituto de Educação Espírito Santo was conceived and implemented with a collection of historiographical sources based on the principles of patrimonial methodology - observation, registration, exploration, and appropriation of cultural heritage (Horta et al., 1999). Barros's (2025) methodological approach lead to data analysis through the stages of identification, contextualization, and problematization. The results reveal the potential for consolidating the Memory Room as an environment of educational, historical, and cultural character. This research objectives were achieved by understanding and analyzing the institution's cultural heritage, highlighting school culture and educational practices as a historiographical source; emphasizing the school space as a place of memories and stories, to view the school's trajectory and development, as well as its contribution to society; and encouraging the school community to participate in the preservation of institutional memory. This dissertation concludes with the expectation that the Memory Room will be maintained as a living monument, promoting the constant involvement of the school and academic community in research, preservation, and dissemination of educational heritage. In fact, the official inauguration of the Memory Room was a moment of affirmation of the

expectations built throughout the process. The event confirmed the relevance of the project and its potential to contribute to strengthening the dialogue between educational heritage and the school institution.

Keywords: heritage education; history of education; memory room; school culture; Federal Law n. 5.692/1971.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Memorial do IEEES	52
Figura 2 – Local de salvaguarda do acervo.....	57
Figura 3 – Disponibilização do material.....	57
Figura 4 - Espaço da Sala de Memória	61
Figura 5 - Ficha de identificação e etiqueta para a Sala de Memória.....	62
Figura 6 - Disposição dos materiais da Cultura Escolar	66
Figura 7 - Disposição dos materiais da Cultura Escolar	67
Figura 8- Disposição dos materiais na parede	68
Figura 9 - Disposição dos materiais dos Objetos Escolares.....	69
Figura 10 - Disposição dos Materiais Didáticos.....	70
Figura 11 - Disposição dos documentos históricos	71
Figura 12 - Potencialidades de pesquisas <i>A história continua</i>	72
Figura 13 - Armário da categoria <i>A história continua</i>	73
Figura 14 - Percurso final da Sala	74
Figura 15 - Alunos em visita à Sala de Memórias	75
Figura 16 - Convênio de encampação do Ginásio Jaguarão.....	78
Figura 17 - Convênio de encampação do Ginásio Jaguarão (continuação).....	79
Figura 18 - Portaria de denominação para Espírito Santo.....	80
Figura 19 - Reportagem do ex-diretor Jorge Abel Neto ao Jornal A FÔLHA.....	81
Figura 20 - Decreto de Transformação em Colégio IEEES	82
Figura 21 - Registro de reunião para organização do ginásial e científico	83
Figura 22 - Implantação do Ensino de 2º Grau	85
Figura 23 - Portaria que aprova as habilitações de despachante, magistério de ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série e aprova o regulamento de estágio	86
Figura 24 - Aprovação do Regimento de 1º e 2º grau	87
Figura 25 – Identificação e ata de abertura	88
Figura 26 – Recepção dos alunos.....	89
Figura 27 - Circulação entre as categorias.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de materiais do memorial	52
Quadro 2 – Relações de materiais do acervo escolar	54
Quadro 3 - Identificação dos materiais por categorias	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco
CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
EUA – Estados Unidos da América
FNEM – Fundo Nacional de Ensino Médio
FUNDF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IEEES – Instituto Estadual de Educação Espírito Santo
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPA – Instituto Porto Alegre
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PFL – Partido da Frente Liberal
PHERA – Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNA – Plano Nacional de Alfabetização
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEM – Política Nacional de Educação Museal
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI – Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – Agency for International Development

SÚMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICO E SOCIAL	23
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	39
4	REFERENCIAIS METODOLÓGICOS	48
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	60
	5.1 Do Museu Histórico e Pedagógico à Sala de Memórias IEEES	60
	5.2 Seleção do material	62
	5.2.1 A Exposição “Lembrar para Educar, Educar para Transformar” na Sala de memórias do IEEES	65
	5.3 Análise de dados	76
	5.3.1 Trajetória institucional	77
	5.3.2 Inauguração	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	94
	ANEXOS	100
	Anexo 1 – Guia de Visitação.....	100
	Anexo 2 – Carta de apresentação à escola	125
	APÊNDICE	126
	Apêndice 1 - Produto Técnico-Tecnológico	126

1 INTRODUÇÃO

O despertar do meu interesse em pesquisar história da educação deu-se por interação com o grupo PHERA (Grupo de Pesquisas em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e coordenado pelo Professor Dr. Alessandro Carvalho Bica. O grupo tem o Repositório Tatu, que representa o tatu-mulita, um animal característico do Bioma Pampa, região de atuação da Unipampa. Ele representa o trabalho do historiador que busca, cavoca ou garimpa suas fontes e, por isso, é o mascote que dá nome ao repositório digital.

Através da aproximação com o Grupo PHERA, comecei a analisar a possibilidade de trabalhar com a temática vinculada à minha graduação em Pedagogia e assim surgiu a ideia de construir um Museu Pedagógico para ilustrar a história da educação do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo (IEEES). A relação com história da educação sempre esteve presente em minha trajetória acadêmica, desde o primeiro semestre, quando tive contato com a disciplina de Antropologia da Educação, experiência que suscitou meu interesse em compreender os processos educativos em uma perspectiva histórica e cultural. A partir dessa vivência, percebi que a história da educação e seus registros possibilitam articular memória, cultura e formação docente, pois, ao retomar minha própria trajetória, encontro no passado elementos que me permitem refletir criticamente sobre o presente e o futuro da educação.

A escolha da escola se deu pelo fato de ser uma instituição que manteve o curso do Magistério, que foi por muito tempo o espaço de formação de professores na cidade de Jaguarão. No primeiro contato com a escola fui muito bem recebida pela direção e, ao explicar como seria a proposta pedagógica, ela disse que seria de grande interesse reconhecer a trajetória histórica da educação escolar, ainda mais com algo físico, palpável. A partir de então, dediquei-me a planejar e realizar o museu histórico e pedagógico em uma sala de aula que não estava em uso, para que seja de caráter permanente. Contando com desígnio apoio da direção e pessoas da escola, bem como o Grupo PHERA e o PIBID de História do campus Jaguarão.

As instituições contam suas histórias, através de suas fontes. Assim também é o caso da escola em estudo. Conhecer as instituições escolares é um dos pontos

importantes na história da educação, pois possibilita desvendar e acompanhar o percurso educacional e social com os signos culturais de sua história.

O conceito de museologia vem se modificando com uma perspectiva educacional, pela qual a oralidade é capaz de educar mediante apoio de representações da memória patrimonial material e imaterial no tempo histórico que conta. Nesse sentido, no presente trabalho ressalta-se a importância pedagógica da representação da história e memória de uma escola no município de Jaguarão, com a construção de um Museu Pedagógico nas dependências do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo.

Cabe ainda salientar que no decorrer da pesquisa optei por criar a Sala de Memórias ao invés do Museu Histórico e Pedagógico, devido às limitações de espaço e às condições físicas, institucionais e pedagógicas da escola. A criação de um museu formal exigiria infraestrutura ampliada, equipe técnica especializada e cumprimento de requisitos legais específicos, que ultrapassam as possibilidades atuais da instituição.

O empenho para a preservação, organização e disponibilização de acervos escolares data do final do século XX. A criação de espaços para salvaguardar e facilitar o acesso aos indícios do passado educacional mantém relação com as mudanças teórico-metodológicas pelas quais a História da Educação tem passado nas últimas décadas (Oliveira e Chaloba, 2023, p. 4).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define a educação patrimonial como toda ação educativa que tenha alguma relação com o patrimônio cultural. Essa ação tem a capacidade de transformar o ambiente em que o ser humano está inserido, através da construção e compartilhamento de conhecimento com o outro (IPHAN, 2013). O termo educação patrimonial é advindo da Inglaterra com o título de *heritage education*, que no Brasil corresponde a educação para o patrimônio e dá engajamento para sua prática, o qual tem sido incentivada desde 1937 pelo IPHAN (Rossi, 2017, p. 114).

Dessa forma, a proposta do museu pedagógico parte da construção de um espaço onde serão utilizados materiais disponibilizados na escola, integrando fotografias, documentos, acervos, jornais escolares, história de funcionários antigos, quadros e etc., ou seja, tudo que englobe a cultura escolar da escola. Essa foi minha proposta de produto pedagógico para o Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Federal do Pampa no Campus Jaguarão.

Trata-se de uma abordagem qualitativa, focada na pesquisa documental com ênfase na História da Educação, Cultura Escolar e Instituição Escolar. Em pesquisa na escola, foi possível identificar materiais que fazem parte do acervo como documentos, diários de classe, livro ata de congregação da inauguração oficial do ginásio de Jaguarão, livros de matrículas, estatuto e registros de frequências de círculo de pais e professores, álbuns de fotos dos formandos, livros de ata de exames finais do curso ginásial, plantas da estrutura do prédio, etc. Esses são alguns dos exemplos que serão explicitados no decorrer do trabalho.

As fontes históricas são expressões da realidade social e consideradas como produtos sociais que contemplam valores culturais e políticos. O tratamento dessas fontes foi realizado seguindo etapas mitológicas de identificação, contextualização e problematização com utilização de fichas catalográficas e análise crítica das fontes.

Dentre os referenciais teóricos do trabalho destaco alguns: Escolano (2017), Julia (2001); Frago (1998, 2011, 2012); Le Goff (1990); Possamai (2015, 2016); Barros (2005, 2020); Felgueiras (2005); Severino (2000); Gil (2002).

A concepção de museu histórico pedagógico em que me espelhei trabalhar, dentre os autores que abordam a temática, a que se aproxima é a de Antonio Viñao Frago, historiador espanhol, que destaca o papel histórico e documental dos museus. Para Frago esse espaço não se limita a conservar antiguidades, mas é meio de preservação da memória e de reflexão educativa, possibilitando compreender, problematizar e transmitir a herança cultural e escolar. Dessa forma, o museu pedagógico é visto como um espaço de formação e reflexão educativa, podendo ser considerado como uma oficina de cidadania, a qual proporciona formação. Frago (2011, p. 43) destaca que:

Uno de los temas que mayor desarrollo ha tenido en las dos últimas décadas en el ámbito de la historia de la educación, en España y fuera de España, ha sido el relativo al estudio de la cultura e historia material de las instituciones educativas y, con ella, del patrimonio histórico-educativo. Ello ha sido el resultado de la confluencia del interés por adentrarse en el conocimiento de la 'caja negra' de la historia de la educación, lo realmente acaecido en las aulas y en los establecimientos docentes, su realidad cotidiana, las prácticas, el currículum real no el prescrito o el propuesto [...] (Frago, 2011, p.43).

Frago (2011, p.57) versa ainda sobre o que institui na prática a função social de um museu ou arquivo escolar ao tornar pública e acessível à comunidade escolar

a história das instituições. E é dessa maneira que esses espaços se tornam valiosos, de grande relevância e contribuição cultural para a sociedade:

[...] archivo y museo, confundiéndose entre sí y entrelazándose, sólo merecen tal nombre si lo catalogado y conservado es objeto de estudio y si, al mismo tiempo, es divulgado y conocido. De este modo, a la cuestión de quién o quiénes van a ser los que tomen las decisiones, de modo sistemático o aleatorio, acerca de lo que debe, o no debe, ser preservado y transmitido, y de cómo y con qué soportes debe ser preservado y transmitido, se añade la de quiénes deciden lo que debe ser estudiado y divulgado y cómo y con qué soportes deben llevarse a cabo ambas tareas. El futuro, en este punto, está abierto a diversos escenarios. Que el resultado final sea uno u otro afectará tanto a la educación y la formación de las nuevas generaciones como a su grado de libertad, responsabilidad, autonomía y sentido crítico (Frago, 2011, p.57).

Assim, a ideia foi estabelecer uma conexão mais profunda com os acontecimentos passados e o entendimento de que tudo tem uma história; e que, para se compreender o que é o IEEES hoje, é fundamental reconhecer que o início dessa trajetória se deu no Instituto Porto Alegre (IPA)¹. Foi naquela instituição que se consolidaram os primeiros passos, experiências e iniciativas que, ao longo do tempo, se transformaram em marcos decisivos para a criação e evolução do Instituto. Foi preciso muitas mudanças e adaptações, tanto no ensino quanto na sociedade. Cada comunidade no seu tempo e no seu espaço teve influência direta para a evolução da educação.

Os materiais do acervo escolar narram o modo da sociedade se organizar, as classes sociais, o Estado, as políticas públicas, a divisão do trabalho, o objetivo e para quem a educação era destinada. Pode-se notar na grade curricular, por exemplo, que algumas disciplinas eram diferentes do currículo atual, pois o objetivo do ensino era outro. Atualmente, as disciplinas são pensadas para o desenvolvimento integral do aluno, uma concepção além do intelectual, que visa trabalhar o físico, o cultural, emocional e social.

¹ Em 1942, o prefeito municipal, Carlos Alberto Ribas, conseguiu retomar o ensino secundário na cidade, quando instalou no antigo prédio dos Padres Premonstratenses o Instituto Porto Alegre – Departamento de Jaguarão, da ordem religiosa evangélica metodista. Até então, a cidade de Jaguarão ficou 28 anos sem escola secundária (Machado, 2024). Neste prédio até recentemente funcionava o Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas, mas atualmente está em reforma e as aulas do Colégio estão ocorrendo em um prédio cedido temporariamente pela Unipampa. Para um estudo mais aprofundado sobre a trajetória histórica e institucional do IPA, ver a dissertação de Ensslin (2015) “Uma missão educativa metodista: o Instituto Porto Alegre – Departamento de Jaguarão 1942-1952” e a tese de Machado (2024) “O Gymnasio Espírito Santo e a atuação da Ordem Religiosa Premonstratense em Jaguarão”.

Dessa forma, a institucionalização histórico-pedagógica do IEEES e a construção do museu ornamento o entorno da aprendizagem que hoje acontece. Logo, o objetivo geral dessa pesquisa é a patrimonialização cultural do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo e justifica-se pela necessidade de compreender e valorizar o Instituto como espaço de memória, reconhecendo seus bens materiais e imateriais como dignos de preservação, interpretação e socialização.

Os objetivos específicos desta pesquisa têm ênfase em: compreender e analisar o patrimônio cultural da instituição, evidenciando a cultura escolar e as práticas educativas como fonte historiográfica; destacar o espaço escolar como lugar de memórias e histórias, para entender a trajetória e desenvolvimento escolar, assim como sua contribuição para a sociedade; instigar a comunidade escolar a tornar-se fonte de preservação da instituição, através do museu histórico pedagógico.

Para alcançar as especificidades desses objetivos, parte-se de uma pergunta para entender o cenário histórico da escola: Qual era a constituição histórico-pedagógica do Instituto Educacional Estadual Espírito Santo no período de 1952 a 1975?

O marco temporal estabelecido de 1952 a 1975 foi determinado para acompanhar o desenvolvimento da escola após ser encampada pelo governo estadual e, por conseguinte, acompanhar a organização da legislação em vigor nesse período. O marco foi pensado em razão da segunda mudança que ocorreu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1971. E, assim, acompanhar os quatro primeiros anos de implementação da Lei nº 5692/71 que então reformulou o ensino de 1º e 2º Graus, um marco regulatório importante para a estrutura educacional no Brasil.

Esta dissertação consta organizada em seis capítulos: Introdução; Contextualização histórico-político e social; Fundamentação teórica; Referências metodológicas, Resultados e discussões; e Considerações finais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICO E SOCIAL

Nesse capítulo apresenta-se um panorama nacional, que será adiante retomado para discussão de resultados, à luz dos materiais encontrados e selecionados para a exposição na Sala de Memórias.

Inicialmente, anoto que a pedagogia segue as influências políticas gerais cada período histórico, no caso o tempo de 1952 a 1975. Cabe ressaltar alguns anos anteriores a esse marco, no qual o mundo vivia o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e passava pelo período da Guerra Fria, de um lado os Estados Unidos da América (EUA) capitalista e do outro a potência socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O Brasil era governado por Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), simpatizante das ideologias políticas dos EUA, que logo aderiu ao capitalismo norte-americano e cortou relações diplomáticas e econômicas com a URSS. Com isso, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou à ilegalidade no Brasil e seus deputados e senadores, eleitos pelo voto direto, tiveram seus mandatos cassados.

Dutra abriu as portas do país para o capital estrangeiro por via de empréstimos e permitiu a importação de produtos. A situação econômica do Brasil mudou drasticamente, pois durante a Segunda Guerra Mundial exportava-se muito e importava-se pouco e, em consequência disso, as indústrias brasileiras não tiveram um crescimento significativo, o que acabou gerando inflação, o congelamento do valor do salário e o aumento do custo de vida.

Proclamou-se a Constituição em 1946, pós- ditadura do governo Vargas (1937-1945), sendo estabelecido o mandato presidencial de cinco anos; a retomada da liberdade política, de expressão e individual; o voto direto e secreto feminino e masculino, porém os analfabetos ainda ficavam fora da participação nas eleições. Os poderes legislativo, executivo e judiciário e a autonomia dos estados também foram restabelecidos.

No âmbito da educação tramitava no Congresso a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Em 1948, como projeto fora enviado ao Congresso, segundo Ghiraldelli Jr. (2009, p. 76):

O projeto foi remetido ao Congresso e arquivado em 1949, graças aos esforços do então parlamentar Gustavo Capanema, que havia ocupado o Ministério da Educação do governo Vargas durante o Estado Novo. Dois anos

depois, houve a tentativa de retomada do projeto, mas o Senado informou que o trabalho não se encontrava lá, que havia se extraviado. Então, a Comissão de Educação e Cultura do Congresso iniciou novos trabalhos para a elaboração de um novo projeto [...] (Ghiraldelli Jr., 2009, p.76).

Já Ribeiro (1992, p.118) sobre a Constituição de 1946 destaca:

Quanto à educação, tal Constituição, em muitos dos pontos, reafirmava os princípios de 'democratização', sendo, entretanto, mais restrita quanto aos propósitos relativos à gratuidade em comparação ao texto de 1934. No art. 168-11, lê-se o seguinte: 'O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos'. No mesmo art. (III e IV) é colocada a responsabilidade das empresas quanto à educação de seus empregados menores e dos filhos dos empregados, se o número destes for superior a cem. O ensino religioso consta do horário escolar com matrícula facultativa e de acordo com a confissão do aluno (art. 168, V). O amparo à cultura é dever do Estado, a lei proverá a criação de institutos de pesquisa, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior (art. 174, § único). O art. 5.º, inciso XV, alínea d; do cap. I, do Título I, dá à União competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (Ribeiro, 1992, p.118).

A construção da nova legislação educacional desencadeou muitas discussões que pairavam principalmente sobre a centralidade do poder educacional. De um lado os defensores do ensino público e de outro os representantes do ensino privado, que não queriam perder o apoio da verba pública.

A modernização das políticas educacionais começara na década de 1920 e ganhou força na década de 1930, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, pós Revolução de 30. A primeira reforma educacional foi realizada por Francisco Campos, então ministro do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Estabeleceu-se o ensino secundário em duas etapas: o curso fundamental com duração de cinco anos; e a segunda etapa era de dois anos com matérias específicas para futuramente seguir os estudos. Incluiu-se as cadeiras de sociologia, história da filosofia, higiene, economia política e estatística (Ribeiro, 1992).

Vargas ainda não havia convocado a Constituinte, apenas fez um resumo do programa de reconstrução nacional com dezessete itens, incluindo a educação. Mas alguns educadores que já haviam implantado reformas onde representavam o governo, exigiam mais, era necessário reestruturar a educação no modelo democrático. Assim surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação que lutavam por uma escola pública, laica, integral, gratuita e igualitária.

O documento foi assinado por vinte e seis intelectuais, embora alguns divergissem em ideais, concordavam em um ponto: a renovação da educação. Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram os que tiveram maior destaque no Manifesto; eles fizeram frente ao movimento e grandes contribuições à educação brasileira.

O segundo Ministro da Educação e Saúde Pública foi Gustavo Capanema, que atuou no período de 1934 a 1945. Em 1942, foi responsável pela Reforma Capanema que elencou as Leis Orgânicas do Ensino, organizou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e promoveu mudanças no ensino secundário.

O ensino primário era destinado a todos aqueles que conseguissem manter-se estudando, enquanto o ensino secundário, praticamente, era para a elite “dominar as massas”. A Lei Orgânica do Ensino Secundário alinhava-se ao momento político que o Brasil passava, fortemente autoritário e elitista. Segundo Ghiraldelli Jr. (2009, p.70), “A legislação foi bem clara: a escola deveria contribuir para a divisão de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural os dirigentes dos dirigidos”, com um ensino patriótico e nacionalista (Ghiraldelli Jr.,2009, p.70). Ribeiro (1992, p. 102) expõe a tendência política de natureza fascista e ressalta o lema “Deus, Pátria e Família” do partido político Ação Integralista Brasileira, criado por Plínio Salgado. Em contrapartida surgiu a Aliança Nacional Libertadora, formada por comunistas, socialistas, líderes sindicais e também por ex-tenentes reformistas e mais alinhados à esquerda (Ribeiro,1992, p. 102).

O ensino secundário, então, ficou estruturado em duas etapas: o Ginásial dividido em quatro séries, e o Colegial composta por três séries com a opção de cursar, ao final, o Clássico ou Científico.

Os anos seguintes a 1942 também deram sequência a algumas reformas. O ensino técnico-profissional era composto pelo ensino industrial, comercial, agrícola e o normal.

Ao mesmo tempo em que essas legislações imprimiam um caráter mais orgânico ao ensino secundário, pretendiam deixar claras suas diferenças em relação a outros cursos de segundo grau [...]. A distinção fundamental repousava no público alvo do ensino profissionalizante, nesse momento histórico abarcando, além do ensino agrícola, o ensino comercial e o ensino industrial, e o ensino normal. Estes não seriam formados com a expectativa de que fossem as “individualidades condutoras”, mas a força de trabalho necessária ao desenvolvimento, sobretudo industrial, almejado e considerado

como pré-requisito para o avanço do país. Para que essa formação fosse possível, era necessário dar ao ensino profissionalizante um caráter terminal, de tal forma que o jovem ali formado pudesse ingressar, o mais cedo possível, no mercado de trabalho (Pessanha e Brito, p. 246, 2021).

O ensino primário, em 1946, passou a ser dividido em duas categorias, o ensino primário fundamental para crianças de sete a doze anos, divididos entre o curso elementar, com duração de três anos, tendo como disciplinas leitura e linguagem oral e escrita, iniciação matemática, geografia e história do Brasil, conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e no trabalho, desenho e trabalhos manuais, canto orfeônico e educação física; e o complementar, com duração de um ano, com o ensino de leitura e linguagem oral e escrita, aritmética e geometria, geografia e história do Brasil, e noções de geografia geral e história da América, ciências naturais e higiene, conhecimentos das atividades econômicas da região e desenho; e o primário supletivo como um curso único, destinado aos adolescentes a partir dos treze anos de idade e adultos, que apresentava conteúdos como leitura e linguagem oral e escrita, aritmética e geometria, geografia e história do Brasil, ciências naturais e higiene, noções de direito usual e desenho, em curso que tinha a duração de dois anos (Ghiraldelli Jr., 2009, p. 70-71).

No período de 1950 o Brasil foi presidido por Getúlio Vargas, conduzido por eleições diretas, diferentemente de seus governos anteriores, em que ficaram conhecidos como a Era Vargas, no período de 1930-1945. Para se eleger presidente, Vargas precisou apagar o tempo ditatorial do seu governo (1937-1945) em que se alinhou ao fascismo europeu. Para ganhar o apoio da população, utilizou algumas estratégias sendo a principal aliar-se aos governadores estaduais e prefeitos, visto que, durante a ditadura, ele destituiu governadores estaduais substituindo-os por interventores. Então, o presidente construiu uma rede de apoio político e cativou a classe trabalhadora; fez uma campanha ressaltando a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), determinada pela Lei nº 5.452, de primeiro de maio de 1943. Essa Lei estabeleceu direitos e deveres para os patrões e funcionários, incorporando direitos como o salário mínimo, férias, 13º salário, jornada de trabalho, etc. Importantes movimentos foram feitos nessa mesma época em relação à educação, na Era Vargas.

Após eleito, o presidente retomou o plano nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, que defendia a manutenção dos recursos econômicos do Brasil dentro do próprio país. Foi um período em que o nacionalismo buscava a

identidade do povo brasileiro, fortalecendo a nação com o sentimento de ser brasileiro. Com o foco na industrialização, conseqüentemente, a urbanização foi se expandindo cada vez mais.

Retomaram-se as discussões, em 1951, a respeito da elaboração da LDBN. Essas discussões perduraram por seis anos pois o projeto enviado ao Congresso, em 1949, havia sido extraviado, e então houve esse intervalo para a criação de um novo projeto. Duas políticas públicas importantes foram criadas nesse período, o Fundo Nacional de Ensino Médio (FNEM) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criou-se a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e houve mudança no Ministério da Educação, que trocou escopo e denominação de Saúde para Ministério da Educação e Cultura (MEC). Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), estabeleceu o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), ficando a cargo desse órgão a elaboração de políticas educacionais graduais através das necessidades demonstradas em suas pesquisas.

Nesse período de seis anos Getúlio Vargas deixou a presidência, em 1954, quando cometeu suicídio e Café Filho, seu vice, assumiu até o término do mandato de cinco anos. Em 1956, assumiu a presidência do Brasil Juscelino Kubitschek do Partido Social Democrático (PSD), tendo como vice-presidente eleito João Goulart, representando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A campanha foi marcada pelo plano de governo com a frase “cinquenta anos em cinco”. Para concretização dessa promessa amparou-se em um plano de metas, com trinta e uma metas divididas em cinco categorias: indústria, transporte, energia, alimentação e educação.

O foco foi o crescimento industrial e econômico do Brasil; Juscelino concretizou a criação da nova capital do Brasil, em Brasília. Com o objetivo de desenvolver o país abriu as portas para o capital estrangeiro, novamente através de pedido de empréstimos, e também para a chegada de multinacionais do setor automobilístico; logo houve o crescimento na construção de rodovias. Além disso também se investiu em hidrelétricas, indústrias farmacêuticas, petroquímicas e eletroeletrônica e o país desenvolveu-se rapidamente, dando um poder aquisitivo grande da classe média à classe média alta. Esse período ficou conhecido como “anos dourados”, mas em contrapartida ocorreu o aumento da dívida externa, da inflação e das desigualdades sociais. O governo deu pouca relevância para as duas últimas categorias das metas

de governo, assim alimentação e educação não acompanhavam o crescimento em proporção de investimentos.

Inaugurou-se, em 1956, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) um centro que reunia filósofos, sociólogos, cientistas sociais, dentre outros intelectuais para pensar o Brasil a partir do processo nacional-desenvolvimentista. Para isso realizava estudos sociais e divulgava análise da realidade brasileira. O Instituto direcionava cursos para a elite oferecendo uma visão ampla do Brasil (Santos, 2021, p.7).

As discussões do projeto da LDB reiniciaram em 1957, com a polaridade política entre os defensores do ensino privado em conjunto com representantes da Igreja Católica, que eram contra o monopólio estatal da educação gratuita e obrigatória, mas a favor da liberdade de ensino, e do ensino religioso. Os Liberais defendiam o ensino público gratuito, laico, acessível, obrigatório e unitário. Almejavam a educação como dever social do Estado.

O Deputado Carlos Lacerda do partido União Democrática Nacional (UDN), em 1958, apresentou o substitutivo Lacerda, de autoria própria. Esse documento alterava substancialmente os princípios e diretrizes do projeto de LDB.

No fundo, era a luta que se reiniciava, mais uma vez, entre os interesses confessionais e privatistas em educação e a visão republicana da escola democrática, laica e gratuita. Foi nesse quadro que nasceu e se consolidou, em reuniões públicas e na imprensa, uma vigorosa campanha nacional de defesa da escola pública, que envolveu estudantes, professores e sindicatos [...] (Azanha, 1999, p.197).

Em resposta ao substitutivo Lacerda desencadeou-se o Manifesto dos Educadores em Defesa do Ensino Público, em 1959, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por escritores, professores, servidores públicos, cientistas, políticos, estudantes, jornalistas; dessa vez com 189 assinaturas. Azanha (1999, p.167) destaca alguns intelectuais:

Participaram desse movimento figuras como Fernando de Azevedo, A. de Almeida Júnior, Anísio Teixeira, Abgar Renault, Nelson W. Sodré, Florestan Fernandes, João Cruz Costa, Antonio Cândido, Hermes Lima, César Lattes, Mario Casassanta, Wilson Martins, Laerte Ramos de Carvalho, Paulo Duarte, Miguel Reale, Sérgio Buarque de Holanda, Ruy de Andrade Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Aziz Simão, José Arthur Giannotti, Ruth Cardoso, Oracy Nogueira, Cecília Meirelles, Celso de Rui

Beisiegel, Perseu Abramo, Frederico de Barros Brotero, Caio Prado Jr. e muitos outros. (Azanha, 1999, p.167)

Os manifestantes argumentavam que o substitutivo mudava totalmente o teor e o caráter de todas as discussões sobre o assunto, mais especificadamente na finalidade de descentralização do ensino.

No ano de 1961, finalmente foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, treze anos depois da primeira tramitação no Congresso. João Goulart, presidente do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros no mesmo ano, sancionou a Lei nº 4.024/61.

[...] a nossa primeira LDBN garantiu igualdade de tratamento por parte do Poder Público para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que assegurava que as verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carregadas para a rede particular de ensino em todos os graus. A Lei, que ficou treze anos no Congresso, e que inicialmente destinava-se a um país pouco urbanizado, acabou sendo aprovada para um Brasil industrializado e com necessidades educacionais que o Parlamento não soube perceber. A visão de Florestan Fernandes a respeito da LDBN contrastou com a dos contendores mais citados da época, em especial, pelo lado liberal, Anísio Teixeira e, pelo lado dos setores conservadores, o deputado Carlos Lacerda, bastante conhecido pela sua preleção contrária a todo e qualquer projeto de esquerda, fosse este sob o cunho populista ou sob qualquer outra rubrica. Carlos Lacerda, diante do resultado, disse 'foi a lei a que pudemos chegar'. Anísio Teixeira, no Diário de Pernambuco, declarou: 'Meia vitória, mas vitória' (Ghiraldelli Jr., 2009, p.84).

Florestan Fernandes considerava que a aprovação favorecia o ensino privado e isso era um imenso retrocesso para a luta social que se desencadeou no período dos debates que antecederam a fixação da Lei. Seria como se as Leis Orgânicas de Capanema dessem espaço para o ensino privado e a LDB normatizasse, o que desmerecia a defesa pela escola pública.

Ribeiro (1992, p. 149) afirma que:

Quanto à estrutura do ensino, manteve as etapas: ensino primário de pelo menos quatro anos; ensino ginasial de quatro anos, com as subdivisões de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal; ensino colegial de três anos, subdividido em secundário, comercial, industrial, agrícola e normal, e o ensino superior (Ribeiro, 1992, p. 149).

Treze anos depois, a realidade da população brasileira era outra e não acompanhava o pensamento pedagógico da época em que o texto da Lei fora

elaborado, no qual o ensino propedêutico e o ensino técnico tinham perspectivas diferentes no ensino secundário, condizentes com as Leis Orgânicas do Ensino.

Após a aprovação da LDB emergiram novos questionamentos, entre eles o debate acerca de quem, de fato, era beneficiado pelo modelo nacional-desenvolvimentista, uma vez que a industrialização tendia a favorecer, em grande parte, ao capital estrangeiro. Contudo, como exigir do governo melhorias de direitos básicos diante de um índice de analfabetismo ainda alarmante, o que excluía boa parte da população o direito ao voto, pois somente os alfabetizados tinham direito a votar.

Logo começaram a surgir movimentos populares que pressionavam o governo para redistribuir recursos e diminuir as desigualdades mediante a alfabetização de adultos para dar a eles o direito ao voto. Conforme Ribeiro (1992, p.150-151):

O objetivo mais amplo era o de que a população adulta tomasse parte ativa na vida política do país. Para tanto, novos métodos de alfabetização precisavam ser criados. Podem ser citados como principais movimentos deste gênero os Centros Populares de Cultura, os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB). Os Centros Populares de Cultura (CPC) tiveram como ponto de partida o CPC, intimamente ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), surgido em 1961. Floresceram entre 1962 e início de 1964, despertando grande entusiasmo na juventude universitária. [...] Os Movimentos de Cultura Popular (MCP) se multiplicaram, mas em menor escala que os CPCs. A origem foi o MCP de Recife (1960). O Movimento de Educação de Base (MEB) aparece também em 1961, ligado à CNBB e ao governo da União, caracterizando-se, no ano seguinte, como movimento de cultura popular [...] (Ribeiro, p.150-151).

Nesse contexto dos movimentos culturais de alfabetização destacou-se o método Paulo Freire de alfabetização, que consistia em alfabetizar adultos em 40 horas com a metodologia das palavras geradoras e considerando o meio ambiente em que o aluno convivia, ou seja, a realidade do aluno. Tal como afirmam Souza e Santos (2024, p.4) “[...] o seu método é, fundamentalmente, baseado em estratégias pedagógicas que possibilitem, em termos práticos, formas de democracia com (e para) a classe trabalhadora”.

Freire, além de ensinar a ler e escrever, promovia a reflexão crítica sobre a realidade local, incentivando a conscientização e a participação social. Assim sua abordagem educacional tornou-se conhecida:

Paulo Freire desenvolveu, em 1963, a experiência de alfabetização de adultos em Angicos, onde adotou a metodologia pela qual ensinou 380 trabalhadores a ler e escrever em apenas 40 horas. [...] A experiência exitosa desse método de alfabetização em Angicos, no Rio Grande do Norte, motivou o Ministério da Educação a convidar Paulo Freire para assumir a coordenação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), uma das prioridades do governo João Goulart. [...] O Programa Nacional de Alfabetização foi criado por meio do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, assinado por João Goulart, presidente da República, e Júlio Furquim Sambaqui, ministro da Educação. [...] Dias depois, foi criada a Comissão Regional de Cultura Popular do Distrito Federal, com o propósito de desenvolver e avaliar a experiência de alfabetização em Brasília pelo método Paulo Freire, com vistas à sua adoção em nível nacional (Moraes *et. al.*, 2023, p.6)

O projeto piloto em Angicos alfabetizou, em 45 dias, a maioria dos participantes, o que comprovou a eficiência metodológica de Freire e o programa se expandiria pelo Brasil. Assim, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) previu-o como metodologia de alfabetização, o que não se concretizou. O PNA foi interrompido, em 1964, quando ocorreu o golpe de estado pelos militares. Paulo Freire foi preso e posteriormente exilou-se no Chile, devido a suas ideias revolucionárias não estarem de acordo com o regime instaurado. Uma vez que a alfabetização em massa aumentaria a oportunidade de participação nas eleições e, contrariaria os interesses das elites, os movimentos populares sofreram ataques.

Depois do golpe o Plano Nacional de Alfabetização foi extinto, mas o modelo tecnicista precisava de mão-de-obra e era preciso alfabetizar a população jovem e adulta. Com objetivos específicos que visavam apenas ensinar a ler e escrever, então lançou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967 (Godoy; Marquez, 2020, p. 32).

O Plano Nacional de Alfabetização não era um projeto isolado, fez parte das Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart para modernização do país. As reformas compreendiam também a área agrícola, urbana, tributária, administrativa e financeira. Essas medidas passaram a ser vistas pela elite como ameaças aos seus interesses econômicos e políticos.

Dessa forma, latifundiários, banqueiros, empresários, militares e políticos, contra as Reformas de Base de João Goulart, uniram-se e em 1º de abril de 1964 aconteceu o golpe civil-militar e ficando a presidência do país a cargo do General Humberto Castelo Branco.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2000, p.99-100) esse período de autoritarismo se perpetuou por longos 21 anos, e no campo educacional foi bastante limitador:

[...] se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério por meio de abundante, e não raro confusa, legislação educacional. [...] Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (os acordos MEC-Usaid), o que comprometeu a política educacional do nosso país às determinações de um grupo específico de técnicos norte-americanos, um grupo nada representativo da democracia americana e do American way of life. Não se tratava, nem um pouco, de um grupo de técnicos que fossem leitores e admiradores de John Dewey e de filósofos da educação democratas que os Estados Unidos haviam produzido em larga escala (Ghiraldelli Jr., 2000, p.99-100).

Os acordos entre o MEC e USAID (Agency for International Development) cobriram todos os níveis da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diferentes níveis, o treinamento de professores e a produção e distribuição de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (Cunha; Góes, 1991, p. 26).

Houve forte repressão às Universidades; sofreram invasões, perseguições e silenciamento de todos os professores e alunos considerados opositores ao regime militar. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no dia seguinte ao golpe, foi incendiada e colocada na ilegalidade. Todos em não concordância com o regime eram considerados “subversivos”, que para Ribeiro (1992, p.159-160), não existia uma definição concreta, mas era identificada com tudo que lembrasse ao comunismo.

Com a ideia de que os estudantes não deveriam fazer política e a fim de conter a resistência dentro das universidades, por meio dos acordos entre MEC-USAID, começou-se a articular a Reforma Universitária. Educação e economia, nesses acordos, eram interligadas e as diretrizes escolares deveriam ser submetidas ao setor de empregos. Inclusive, o Ministro do Planejamento Roberto Campos afirmou que os movimentos estudantis aconteceram porque os estudantes estavam com tempo livre e frequentavam cursos ‘fáceis’. Para Campos, o ensino médio atenderia a população no geral e a universidade seria destinada à elite. O ensino profissionalizante também conteria o acesso à universidade (Ghiraldelli Jr., 2009. p.100-101).

A reforma do ensino superior deu-se através da aprovação da Lei n. 5.540/68, já no mandato do segundo presidente militar, Artur da Costa e Silva. Notou-se que a força policial já não estava sendo suficiente para reprimir os protestos e como medida para intervir, mantendo os interesses das classes ricas, Costa e Silva criou o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). O presidente fez questão de recrutar alguns intelectuais, conforme Ghiraldelli Jr. (2009, p. 103) “[...] Roque Spencer Maciel de Barros, Valnir Chagas, Newton Sucupira, Fernando Ribeiro do Vale, Fernando Bastos de Ávila e João Paulo dos Reis Velloso. Foram nomeados também dois estudantes [...]”, o autor destaca ainda que não se afirma que os intelectuais tenham realmente contribuído com alguma ideia visto que já havia um fundamento a seguir, mas auxiliaria o discurso que o texto foi pensado para as minorias (Ghiraldelli Jr., 2009, p. 103).

Aprovada a Lei n. 5.540/68, em 28 de novembro de 1968, fixou a organização e funcionamento do ensino superior; e estabeleceu a departamentalização a matrícula por disciplina, o curso básico e a institucionalização da pós-graduação. Em suma a legislação amparou aos próprios interesses e dissimulou suas verdadeiras intenções que eram contornar as manifestações.

A Lei n. 5.540/68 criou a departamentalização e a matrícula por disciplina, instituindo o curso parcelado por meio do regime de créditos. Adotou-se o vestibular unificado e classificatório, o que eliminou com um passe de mágica o problema dos excedentes (aqueles que, apesar de aprovados no vestibular, conforme a média exigida, não podiam efetivar a matrícula por falta de vagas). [...] De fato, o problema da democratização do Ensino Superior foi equacionado pela ditadura militar com o incentivo à privatização do ensino – na década de 1970 o governo colaborou com a abertura de cursos de terceiro grau de duvidosa idoneidade moral. [...] Os departamentos passaram a reunir professores-pesquisadores do que seria – mas que de fato não era – uma mesma área do conhecimento, destruindo as reuniões por afinidades teóricas e impondo uma aglomeração de cunho corporativista. Sob o espírito do modelo da universidade-como-empresa, explícito nos acordos MEC-Usaid, que enfatizavam a racionalidade, a eficiência e a produtividade, criou-se um fantástico aumento da burocracia (uma estrutura burocrática para cada curso e uma rede de instâncias burocráticas para cada departamento) que inviabilizou quase completamente a agilidade da vida universitária. As verbas para a educação deixaram de ser canalizadas para o ensino, e voltaram-se para a manutenção da burocracia (Ghiraldelli Jr., 2000, p. 175-176).

Além da reforma universitária, em 1971, houve uma reforma na LDB no tocante à educação de primeiro e segundo grau, e fixou-se a Lei n. 5.692/71. Na conjuntura

política do país, o foco da lei foi a qualificação para o trabalho com o ensino profissionalizante. Salieta Ghiraldelli Jr. (2009, p.109):

A Lei n. 5.692/71 nasceu de um projeto elaborado por um grupo de trabalho instituído em junho de 1970. O ministro da Educação da época, o coronel Jarbas Passarinho, escolheu os membros do grupo: padre José de Vasconcelos (presidente), Valnir Chagas (relator), Clélia Capanema, Eurides Brito, Geraldo Bastos da Silva, Nise Pires, Magda Soares, Gildásio Asnado e Aderbal Jurema [...] (JR., 2000, p. 117).

O autor ainda ressalta que:

A Lei n. 5.692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei n. 4.024/61. A Lei n. 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino expostos nos fins da educação da Lei n. 4.024/61. Tais objetivos diziam respeito à necessidade de 'proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania'. Todavia, diferenças entre as duas leis não podem ser minimizadas. A Lei n. 4.024/61 refletiu princípios liberais vivos na democracia relativa dos anos de 1950, enquanto a Lei n. 5.692/71 manifestou os princípios do regime militar, verificados pela incorporação de determinações no sentido da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º grau de forma absoluta e universal (Ghiraldelli Jr., 2009, p.113).

Nessa época o país estava ao comando do general Emílio Garrastazu Médici Costa e Silva falecera em decorrência de um ataque cardíaco e seu vice Pedro Aleixo foi impedido de assumir a presidência pelos militares devido a não concordância com a composição do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). Assim mostravam quem realmente estava no poder, o governo não era civil-militar e sim, unicamente, militar. Formou-se então a Junta Militar entre os ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, e esse era o governo do Brasil até a indicação de Médice pelos generais. A esta altura, o impedimento da posse do vice de Costa e Silva ficou conhecido como o 'golpe, dentro do golpe' (Ghiraldelli Jr.,2000, p.179).

O AI-5 foi o mais repressivo e, praticamente, deu poderes absolutos ao presidente. Em seu texto ficou explícito que a intenção era acabar com qualquer tipo de manifestação. Segundo Ribeiro (1992, p.159), até a Constituição de 1967 ainda havia uma "abertura", como a autonomia do judiciário.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2009, p.110) o AI-5 permitia ao Executivo decretar recesso ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas e às Câmaras

de Vereadores; e atribuía ao Poder Executivo a capacidade de legislar durante o recesso do Legislativo. Permitia também, com base na observação do Conselho de Segurança Nacional, a suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e a cassação de qualquer mandato eletivo. Suspendeu as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos beneficiados com esses direitos. O Presidente da República poderia, ainda, confiscar os bens daqueles que, segundo investigação governamental, tivessem enriquecido ilegalmente. Em suma, povo brasileiro tornou-se, de um dia para o outro, culpado, sem saber que crime cometera (Ghiraldelli Jr., 2009, p.110).

Quem estivesse em desacordo com a ditadura militar e julgado fosse como propagador do ideário esquerdista sofreu represálias, como os professores universitários aposentados à força.

No ano de 1969, como consequência da edição do Ato Institucional nº 5 que perdura até 1978, vários professores universitários são compulsoriamente aposentados. Entre outros, destacam-se Bolívar Lamounier, Florestan Fernandes, Villanova Artigas, José Leite Lopes, Manuel Maurício de Albuquerque, Maria Yeda Linhares, Miriam Limoeiro Cardoso, Bento Prado Junior, Caio Prado Júnior, Elza Berquó, Emilia Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Isaias Raw, Jean Claude Bernadet, José Artur Gianotti, Luiz Hil debrando Pereira da Silva, Mário Schemberg, Paulo Duarte e Paulo Singer (Palma Filho, 2010, p. 4-5).

A reforma teve impactos no tempo de escolaridade, que passou de 4 anos do primário para 8 anos obrigatórios, e foi extinto o exame de admissão para continuar para o ginásial, o que atendeu algumas demandas de esquerda, de uma maneira disfarçada, pois não havia garantia real, embora estivesse na normatização. O período de 8 anos nomeou-se como 1º grau e o 2º grau ganhou uma característica nova, instituiu-se o ensino para qualificação do trabalho, ou seja, todo o 2º grau passou a ser profissionalizante.

Na Lei n. 5.692/71, os anteriores curso primário e ciclo ginásial foram agrupados no ensino de 1º grau para atender crianças e jovens de 7 a 14 anos, ampliando a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos. O objetivo desse grau do ensino foi assim redigido: 'O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente em conteúdos e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos'. A nova legislação deixou por conta do Conselho Federal de Educação (CFE) a fixação das matérias do 'núcleo comum do 1º grau' (1º e 2º graus passaram a ter disciplinas do 'núcleo comum', obrigatórias, e 'uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais'). O Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum, fazendo desaparecer

a divisão entre Português, História, Geografia, Ciências Naturais etc. e colocando no lugar Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. O 2º grau, por sua vez, tornou-se integralmente profissionalizante. O CFE, por meio do Parecer n. 45/72, relacionou 130 habilitações técnicas que poderiam ser adotadas pela escola para seus respectivos cursos profissionalizantes. Mais tarde, essas habilitações subiram para 158. Em certos casos, o CFE chegou a prever várias habilitações para um mesmo setor de atividades. O elenco de habilitações chegou efetivamente ao impensável por uma mente sadia. As escolas poderiam montar um 2º grau com habilitações em Carne e Derivados, ou em Cervejaria e Refrigerantes, ou Leite e Derivados. (Ghiraldelli Jr., 2009, p.113-114).

O ensino de 2º grau, que antes era o colegial, obteve uma característica única. Essa ação nada mais foi que a ocultação do dualismo entre a elite e as classes menos favorecidas, a falsa democracia. A falta de recursos e de preparo do corpo docente levou o ensino profissionalizante ao fracasso, de modo geral, o projeto educacional do regime fracassou. Houve uma situação muito importante com relação ao curso Normal, que Ghiraldelli Jr. considera como grande traição aos docentes:

[...] o equívoco maior da Lei n.5.692/71 não foi ainda trazido à tona. Tendo transformado todo o 2º grau em profissionalizante, acabou desativando, também, a Escola Normal, transformando o curso de formação de professores das quatro séries iniciais do Ensino Básico na habilitação Magistério, que na prática passou a ser reservada aos alunos que, por suas notas mais baixas, não conseguiam vagas nas outras habilitações que poderiam encaminhar para o terceiro grau. Foi, talvez, um dos mais sérios golpes na política de formação de professores, até aquele momento; agora, na entrada do século XXI, temos optado pela instalação de situações ainda piores. (Ghiraldelli Jr., 2009, p.114-115).

Em 1982 foi aprovada a Lei nº 7044/82 que eliminou da educação brasileira de 2º grau a obrigatoriedade da profissionalização e tomou outras providências.

De maneira geral o cenário social permanecia o mesmo e essa Lei trazia em sua essência a eliminação da profissionalização obrigatória. Em seu artigo 1º, substituí a expressão “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”. Essa pequena modificação trouxe uma consequência direta em relação ao chamado 2º grau. A partir desse momento os currículos não eram mais obrigados a reservar maior parte da carga horária para a formação profissional, resgatando assim a possibilidade das escolas fazerem a opção pelo ensino profissionalizante ou pelo ensino propedêutico. Essa Lei, ao tornar a formação profissional optativa, reconhece o fracasso da formação de segundo grau totalmente voltada para o ensino profissionalizante, preparando o jovem para uma atividade profissional específica e ao mesmo tempo devolve ao ensino de segundo grau o seu caráter acadêmico (Silva; Coutinho, 2015, p.7)

A ditadura militar teve seu fim em 1985 e com o início da Nova República a educação começou a ser pensada e discutida como um passo primordial à democratização como direito social, embora o momento ainda fosse delicado. Tancredo Neves foi eleito em 1985, pelo Colégio Eleitoral, mas com sua morte antes de ser empossado presidente, quem assumiu foi o vice José Sarney.

Proclamada a Constituição em 1988, acertou-se que a LDB estaria em vista de desenvolvimento, mas isso não ocorreu de imediato. Segundo Ghiraldelli Jr. (2009, p. 169-170) a demora não foi pela gestão do Partido da Frente Liberal (PFL), ou o fato negativo do final deprimente do governo Sarney, envolto em uma sucessão de fracassados planos econômicos, aturdido por inflação alta e perda total de iniciativas, mas também pelo fato da proporção que as discussões tomaram. Muitos militantes do campo educacional começaram a pensar que se o presente não ia bem, o melhor seria esperar um pouco e apostar em um futuro próximo, arregimentando forças em favor da construção de uma Lei de Diretrizes e Bases que proporcionasse melhorias reais para nossa educação.

A Lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, recebeu o nº 9.394 e também ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro, em uma homenagem ao seu principal autor. Por esse aspecto, a homenagem é justa, embora seja, do ponto de vista ético, muito discutível o papel desempenhado pelo ilustre antropólogo em todo esse episódio, ressalta Palma Filho (2010, p. 28). O autor faz um aparato das definições que foram estabelecidas na nova LDB:

A Lei Federal nº 9.394 inova em vários aspectos. De início, há que se destacar o fato de que estabelece uma efetiva coordenação do Ministério da Educação, criando, desse modo, condições para o desenvolvimento de uma política para o setor da educação em âmbito nacional. Nesse sentido, o artigo 9º atribui à União a responsabilidade pela elaboração de um Plano Nacional de Educação, aliás, já aprovado pelo Congresso Nacional e em vigor desde o ano de 2001. Estabelece, ainda, um sistema de colaboração entre Governo Federal, Estados e Municípios. Atribui, também, à União, em colaboração com esses entes federativos, a responsabilidade pela elaboração de diretrizes para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), princípios esses que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. Pela primeira vez, estabelece-se em uma LDB a criação de um processo nacional de avaliação do rendimento escolar, tanto na educação básica, quanto no ensino superior. Nesta mesma linha, prevê-se também o estabelecimento de um processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior. No que diz respeito à educação básica, a LDB contempla alguns princípios que flexibilizam a

organização dos estudos escolares, possibilitando diversidade na construção dos espaços e dos tempos escolares (art. 23) e, desse modo, cria condições para o exercício de uma autonomia por parte das escolas. Ao contrário da lei federal 5.692, a LDB não engessa as escolas. Com a criação dos Sistemas Municipais de Educação a administração municipal passa a gozar de maior liberdade no cumprimento das suas obrigações no campo da educação. Os artigos 12 e 13 atribuem à escola e ao corpo docente a responsabilidade pela elaboração do projeto pedagógico de cada unidade escolar. A escola passa a ser também, ao lado do estudante e da família, responsável pelo aprendizado do alunado. A educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa do processo de educação escolar. (Palma Filho, 2010 p.28).

Criou-se, em 1966, através da Emenda Constitucional nº 14, também o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com um prazo de vigência de 10 anos. De acordo com essa Emenda Constitucional, pelo menos 15% dos recursos que Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão do texto constitucional, devem destinar à educação, serão aplicados no ensino fundamental. As normas gerais para o funcionamento do FUNDEF foram estabelecidas pela Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (Palma Filho, 2010, p.29).

A atual Reforma do Ensino Médio, pela Lei 13.415/2017 e reformulada em 2024, tem seus contrastes com a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau da Lei 5.671/71. Gomes *et al.* (2024) fazem uma comparação crítica desses dois momentos de políticas educacionais do Ensino Médio:

Nesse sentido, a Lei nº 5.692/1971 expressou a materialização dos interesses empresariais na promoção de um sistema educativo para a formação de trabalhadores adaptados às demandas do mercado. Já a reforma do Ensino Médio promovida pela Lei nº 13.415/2017, sob a aparência de novo, a atual reforma do ensino médio preserva a essência dos preceitos liberais e, nesses termos, embora a educação seja apresentada como primordial para o desenvolvimento econômico e social, esse viés escamoteia as condições materiais de existência dos alunos e de trabalho dos professores, repetindo os velhos discursos, tantas vezes utilizados em nossa história, tal qual ocorreu com a reforma de 1971 (Gomes *et al.*, 2024)

Uma representando as habilidades profissionais e a outra como itinerários formativos, mas ambas subordinaram a educação aos interesses do mercado e da produtividade e o principal ficou de fora das duas: a emancipação dos educandos. A racionalidade econômica não permitiu tal propósito educacional.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de dar continuidade ao trabalho de pesquisa, fez-se necessário entender alguns conceitos importantes que dão embasamento para esse estudo. Realizou-se um levantamento sobre os autores que dialogam sobre o assunto para dar aporte teórico e nortear a resolução da problemática, assim como balizar a análise posterior. Toma-se de início a passagem de Doxsey e de Riz (2002-2003):

“A pesquisa ou levantamento bibliográfico é um importante estágio na elaboração do quadro inicial. Se o pesquisador utiliza teorias e conceitos para estudar fenômenos, a leitura é um hábito que deve ser cultivado. Pela leitura, o pesquisador fica conhecendo o que outros pesquisadores e autores disseram a respeito do fenômeno que pretende estudar [...] (Doxsey; De Riz 2002-2003, p. 35-36).

3.1 Educação e Memórias

O presente não existe sem o passado e nessa perspectiva educativa revisitei a história da educação voltada para o patrimônio educacional. Rememorar carrega em si muito mais que lembrar, tem o embate de luta contra o esquecimento e a salvaguarda de fatos importantes que fazem parte do presente.

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a história, interrogando os problemas do presente através das ferramentas próprias do seu ofício. O mínimo que se exige de um educador é que ele seja capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo, participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia. Ao historiador da educação pede-se que junte os dois termos dessa equação. Não há história da educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Mas também não há história da educação sem um pensamento e um olhar específicos sobre a realidade educativa e pedagógica. Uma moeda tem sempre dois lados. A história da educação só existe a partir dessa dupla possibilidade [...] (Nóvoa, 1996, p.417).

Nora (1993, p.7) afirma que lugares de memória causaram aos grupos sociais e países uma expressiva mudança associada ao tempo passado e o sentimento de pertencimento, no presente, de um determinado grupo. O autor exalta que:

[...] os lugares de memória nascem e vivem no sentimento de que não há memória espontânea que é preciso criar artigos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar

atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria. São bastões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estiverem ameaçados, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos as lembranças que verdadeiramente eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los, e petrifica-los, eles não se tornariam lugares de memórias. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhes são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte como as conchas na praia quando o mar se retira e volta da memória viva (Nora, 1993, p.7).

Para Wunsch, Martinez e Oliveira (2024, p. 159) “existe um elo entre o papel da memória e da história (social e de vida) perante a formação docente”, ou seja, a memória do corpo docente nos diz muito sobre a época em que se documentou, uma vez que, existiam regras e metas a serem cumpridas e por meio desses materiais pode-se fazer pesquisa sobre a cultura escolar, políticas, planejamento, etc. As autoras ainda ressaltam que “a memória não se elabora de forma linear, mas sim da ressignificação do momento presente” (Wunsch; Martinez e Oliveira, 2024, p.159).

Esse movimento de intersecção entre história e memória também foi descrito por Le Goff (1990; p.7), o qual indaga “Que relações tem a história com o tempo, com a duração, tanto com o tempo ‘natural’ e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades?”. Argumenta que para domesticar o tempo natural foi criado o calendário pelas diversas sociedades e culturas, afirmando que os historiadores se interessam cada vez mais pelas relações entre história e memória.

As instituições escolares têm uma função primordial em relação às memórias educacionais, pois delas surgem possibilidades, tanto com os seus arquivos materiais quanto os imateriais, que são aqueles que nos contam a história da instituição, ou seja, eles não estão prontos, são constituídos no processo de pesquisa, conforme Frago (2012):

Os objetos materiais são, como se sabe, objetos que falam com quem os faz falar. Eles contêm, nesse sentido, memória. Mas quando a historiografia educacional fala de patrimônio, cada vez mais se insiste que se trata de patrimônio material e imaterial. Ou seja, não só de objetos, mas também da memória de alunos e professores, de políticos, administradores e supervisores de educação, dos pais de alunos e daqueles que acabaram por ter tido uma relação mais ou menos estreita com o mundo da educação [...], à qual se deve acrescentar a memória das instituições educativas. Uma

memória, esta última, que constitui uma combinação, sedimentada no tempo, de memória institucional, individual e social (Frago, 2012, p.10).

Em consonância, Possamai e Witt (2016, p. 14) expõem que:

Os objetos apenas tornam-se documentos na medida em que são assim configurados, pela operação historiadora com vistas à produção do conhecimento. Nessa interface, a pesquisa dos museus em escolas propõe o desafio de interpretar a cultura material e visual escolar para que, das coisas mudas, chegue-se às práticas e aos sentidos produzidos pelos sujeitos no cotidiano escolar. Mais do que isso, os museus de escola merecem ser estudados como objetos particulares que podem indicar relações dos sujeitos com as coisas, transfiguradas como bens culturais dispostos em um cenário especialmente concebido como modo de mediação entre a humanidade, a natureza e a cultura por esta inventadas. Como todos os museus, são lugares de mediação entre os sujeitos e o mundo, seus espaços e coleções permitem uma compreensão, mesmo que esquemática e recortada, do vivido e da natureza que nos cerca, assim, sem esses museus estaríamos órfãos (Possamai; Witt, 2016, p. 14).

O patrimônio educativo, segundo Felgueiras (2005, p.92), inclui-se “[...] tanto os edifícios, o mobiliário, os materiais didáticos, os materiais dos alunos, os elementos decorativos e simbólicos presentes nas escolas, quanto às práticas de ensino, as táticas dos alunos, as brincadeiras e as canções no recreio [...]”, uma vez que, a metodologia pedagógica pode ser pesquisada também há espaço para descobrir as relações no cotidiano escolar, o que por sua vez, engloba a comunidade escolar e conseqüentemente a cultura escolar. Para Julia (2001, p.10) a cultura escolar pode ser definida: “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]”.

Frago (1998, p.169) entende que:

La cultura escolar es vista como un conjunto de teorías, principios o criterios, normas y prácticas sedimentadas a lo largo del tiempo en el seno de las instituciones educativas. [...] Dichos modos de pensar y actuar constituyen en ocasiones rituales y mitos, pero siempre se estructuran en forma de discursos y acciones que, junto con la experiencia y formación del profesor, le sirven para llevar a cabo su tarea diaria (Frago, 1998, p.169).

Para Escolano (2017, p. 25) “a cultura resultante se codificava nas práticas observáveis no cotidiano das escolas, aquelas que se manifestavam nas atividades dos alunos e no comportamento dos docentes”. Assim, a cultura escolar pode ser

encontrada em objetos, fatos e documentos. Pode-se com estes observar fatores importantes como: as reformas educacionais, as políticas, as propostas de ensino, e tantas outras questões que podem ser descobertas nesses estudos com a educação para o patrimônio, conforme será discutido a seguir.

3.2 Educação Patrimonial

A terminologia de patrimônio foi ressignificada com a Constituição Federal de 1988, na qual o patrimônio passou a ser considerado não apenas a parte arquitetônica dos edifícios, por exemplo, mas inclui as relações estabelecidas dentro deles. Conforme afirmam Orlando e Silva (2019, p.430) “[...] Só a partir de 1988 a Constituição Brasileira instituiu os direitos culturais e alargou, em seu artigo 216, a definição de patrimônio, que veio a compreender tanto bens materiais quanto imateriais [...]”. No artigo 216 da Constituição Federal estabeleceu-se que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

O IPHAN (2013, p.7) evidencia que o patrimônio cultural abrange todos os espaços do dia a dia da humanidade e em várias perspectivas:

[...]O patrimônio cultural está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declaramos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, está pautado em nossas memórias, forma a nossa identidade e a dos outros e determina os valores de uma sociedade. É ele que nos faz ser o que somos, individualmente ou em grupo (IPHAN, 2013, p.7).

Cunha (2005) exalta que o patrimônio faz parte da área educacional também, e nessa intersecção entre memória, história da educação e patrimônio surgem “lugares para lembrar”, e que conseqüentemente desencadeia no “processo de

patrimonialização”. O autor afirma o valor que objetos e documentos escolares têm, pois remetem à uma história e seu significado passa a valer cada vez mais.

A educação é uma prática sociocultural. Assim, tornam-se inseparáveis educação e cultura, logo, educação e patrimônio são indissociáveis. Não é possível uma prática educacional que não esteja em consonância com o patrimônio (Chagas, 2013).

Scifoni (2019) afirma que conhecer não levará automaticamente ao ato de preservar e que a relação conhecimento-apego-preservar não é um caminho linear, conhecimento não é garantia de apego ao patrimônio, pois o que leva a preservação é o significado e o sentido que os bens desenvolvem na comunidade ou grupo. A autora ainda conversa sobre a influência que as políticas públicas, voltadas ao patrimônio, têm nessa relação. Cruz *et al.* (2024, p.17) dão destaque ao fatídico retrocesso do apoio governamental, quando eximiu o Ministério da Cultura, em dois momentos recentes: “Um exemplo a ser citado é a extinção do Ministério da Cultura, em dois momentos: em 2016, integrado ao Ministério da Educação; em 2019, incorporado ao Ministério da Cidadania. Em 2023, volta a ser criado.”

Para Cunha (2005), preservar esses espaços exige esforços, no entanto é necessário que se elaborem políticas com a finalidade de incentivar o coletivo no sentido de compreender como estão inseridos os acervos nos ambientes escolares e sua importância, papel esse desenvolvido pela patrimonialização.

As políticas que norteiam a educação museal são determinadas pela Política Nacional de Educação Museal (PNEM), esse documento rege princípios, objetivos e diretrizes para a educação nos museus. Composta por três eixos, na qual o terceiro eixo representa a relação museu/sociedade e estabelece que a educação museal tem objetivos de:

- 1 Estimular a colaboração entre órgãos públicos e privados de educação, promovendo a difusão da educação museal, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal, visando à formação integral.
- 2 Incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento de redes de profissionais da educação museal, visando à articulação, ao crescimento e à difusão da profissão e do campo da educação museal.
- 3 Promover a acessibilidade plena ao museu, incentivando a formação inicial e continuada dos educadores museais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas acessíveis.
- 4 Estimular, promover e apoiar a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural nos programas, projetos e ações educativas, respeitando as características, as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

5 Promover programas, projetos e ações educativas em colaboração com as comunidades, visando à sustentabilidade e incentivando a reflexão e a construção coletivas do pensamento crítico.

6 Estimular e ampliar a troca de experiências entre museu e sociedade, incentivando o uso de novas tecnologias, novas mídias e da cultura digital (PNEM, 2006, p.7).

A educação patrimonial pode ser considerada como mecanismo de ensino-aprendizagem com um olhar voltado para o patrimônio cultural com o objetivo de oferecer à comunidade contato com esses bens, para descobrir e usufruir, ou seja, apropriar-se de suas histórias para reconhecer o antes para se reconhecer no presente como sujeito histórico.

Mansour (2021) considera a escola como um campo de investigação, caracterizando-a como um espaço único na produção dos saberes interdisciplinares e evidencia a Educação Patrimonial como parte importante e transformadora do conhecimento científico para o ensino. Nessa vertente, almeja-se a construção do museu pedagógico como produção de conhecimento científico.

A primeira aplicação da metodologia da Educação Patrimonial foi introduzida pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta a pouco mais de quarenta anos, precisamente em 1983, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado pelo Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (Horta *et al.*, 1999).

3.3 Museu histórico e pedagógico

A definição de Museu no Brasil está explicitada no Art. 1 da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Brasil, 2009).

No contexto internacional o Conselho Internacional de Museus (ICOM), considera museu como:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM Brasil, 2022, s/p).

Portanto, pode-se perceber que as definições de museu se complementam de acordo com o contexto histórico e político de determinado grupo de pessoas. E, se o conceito desta instituição muda, então varia a forma como uma sociedade entende a função do museu e a educação que ocorre dentro dele. Isso se reflete nas pesquisas e no entendimento acadêmico sobre esses conceitos ao longo do tempo.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) defende ser fundamental a crescente investida das instituições em museus e argumenta ser indispensável a criação de uma ponte que ligue os públicos a suas memórias (IBRAM, 2018). O museu pedagógico abraça essa ideia de mediar comunidade e memória. Parte-se da premissa de que existem múltiplas variações na definição de museu. O que determina a sua interpretação são as circunstâncias históricas e políticas da comunidade que representa.

No decorrer do tempo o conceito de museu ampliou suas características e aproximou-se mais das práticas pedagógicas contemporâneas.

No século XIX, centralizado na temática científica, inaugurou-se no Rio de Janeiro, em 1818, o Museu Nacional de História Natural, que foi pilar da criação e propagação de museus escolares, em parceria com as escolas. Todavia, essa relação foi efetivada somente em 1926, quando o Museu ofereceu suporte técnico para as instituições criarem pequenos museus em seus espaços (Pereira, 2019). A autora afirma que a proposta da criação dos museus escolares não vingou por falta de infraestrutura; em contrapartida, optou-se por desenvolver uma coleção de estudos. Ao mesmo tempo em que há uma crescente discussão sobre educação e museu;

No entanto, é importante ressaltar que os museus escolares não encontram incentivos necessários para continuar seu desenvolvimento e de forma bastante clara perdem espaço e professores interessados em dar continuidade ao seu incremento na mesma proporção em que a discussão sobre o potencial educativo dos museus ganha fôlego no campo da educação. Os museus passam a ser mais requisitados como recurso pedagógico, entrando no rol de preferência de alguns educadores atuantes no cenário nacional e internacional, que contribuem para o fortalecimento das visitas e incentivo à prática da educação nos museus (Pereira, 2019, p. 102).

Na última década do século XIX, no ano de 1890, inaugurou-se o Museu Pedagógico Nacional, intitulado *Pedagogium*, também na cidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto Lei nº 667; e este atuou até 1919. No Art.1º do Decreto, ficou estabelecido o objetivo da instituição:

Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de instrução profissional de possam carecer, a exposição de melhores métodos e de material de ensino mais aperfeiçoado (Brasil, 1890).

Desde esse momento, os museus passaram por transformações em suas relações com a educação:

[...] não se pode negligenciar um contexto mais amplo de criação desses museus, situado a partir da segunda metade do século XIX, momento no qual expansão industrial, modernização e metropolização colocavam na ordem do dia um ideal de progresso e civilização. Na configuração dessa nova ordem, à educação foi atribuído um papel de fundamental importância na constituição de cidadãos afinados com os preceitos de uma modernidade desejada. Se o desenvolvimento tecnológico apontava para as potencialidades infinitas da inventividade humana, à educação cabia a tarefa de formação de novos sujeitos sintonizados com os paradigmas da racionalidade científica então vigentes. [...] se configuravam em uma grande mostra das novidades alcançadas pelo capitalismo industrial moderno que ensinavam às massas os códigos da nova ordem social burguesa (Possamai, 2025, p,108).

Percebe-se tanto no museu escolar quanto no pedagógico o seu vínculo à educação, embora apresentem finalidades diferentes. O escolar era voltado para o ensino dos estudantes através de pequenos armários com expositores de vidro nos quais os alunos poderiam observar materiais da vida natural e usufruírem em aulas práticas. O museu pedagógico objetivava a formação e instrução dos professores, com exposição de materiais didáticos, objetos e mobílias escolares que se utilizavam nos grandes centros de comércio nacionais e internacionais. Isso gerou também um comércio, pois eram ofertados para a compra alguns produtos educacionais, sendo também chamado de “vitrine comercial pedagógica” (Silva, 2022).

Em meados do século XX a inserção da museologia no campo da educação torna-se fervorosa novamente. Em 1958 ocorreu no Rio de Janeiro o I Seminário Regional Latino-Americano da Unesco, destinado a discutir a educação em museus:

O Seminário viabilizou a construção de um novo referencial teórico-prático no que se trata do fazer museológico e das próprias instituições ao discutir o papel educativo dos museus. E, a partir daí, o conceito de museu vai se ampliando, passando então a ser também compreendido como um espaço de educação para auxiliar nas atividades do ensino formal e como ferramenta didática, ou seja, uma espécie de extensão do espaço da escola. O documento elaborado a partir deste Seminário, a Declaração do Rio de Janeiro, apresentou uma preocupação dos profissionais de museus com as questões educativas, no âmbito da Museologia e dos museus. A questão educativa passa a ser mais enfatizada e assumida em um plano paralelo em relação às outras funções museológicas tradicionais (IBRAM, 2018, p.16).

Outro momento importante de debate sobre educação em museus ocorreu na década de 1970, momento em que se realizou a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, com o intuito de discutir o papel dos museus na América Latina. Esse encontro ocasionou uma nova perspectiva da função educacional dos museus, assim como foi um marco importante para o aprimoramento de políticas públicas. A Mesa de Santiago contribuiu para um novo modelo de atividades museológicas, projetando uma nova função para os museus, a prática social (IBRAM, 2018).

Esse novo modelo tem influência direta das práticas e teorias de Paulo Freire, quando defendia a educação como prática de liberdade e conscientização, segundo Ribas (2022). Freire influenciou diretamente no campo museal e em novas ideologias sobre a função dos museus, contribuindo para o levantamento de novas questões resultando em um trabalho transversal sobre o desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo. A nova museologia tinha como conceito o “museu integral”, ou seja, um museu de transformação social (IBRAM, 2018).

As mudanças no entendimento das finalidades dos museus tomam um novo rumo quando surge o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) com a intenção de rever os termos teóricos-metodológicos do que se entende por patrimônio, memória e múltiplas identidades culturais da sociedade. Esta movimento possibilitou a criação de museus que representam os diversos grupos culturais (IBRAM, 2018).

Com a evolução da definição de museu, o estudo do fenômeno educacional nas instituições é uma rica possibilidade. É um mecanismo pelo o qual os cidadãos podem identificar-se como sujeitos na construção da identidade escolar de forma crítica e reflexiva. Dessa forma, com o presente trabalho de patrimonialização escolar, espera-se que a comunidade conheça e se perceba como construtora da história da instituição.

4 REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

Pesquisar a história de uma instituição acarreta muitas reflexões e indagações sobre o fazer ciência. É um conjunto de escolhas que o pesquisador precisa pensar antes de adentrar ao estudo propriamente dito; é preciso estabelecer alguns pontos essenciais para o decorrer do trabalho.

A contínua procura pela fidedignidade científica leva a questionamentos acerca dos caminhos metodológicos que se percorrem durante a pesquisa, e este fato é o que a torna reflexiva criticamente. A pesquisa em ciências humanas não é algo fixo e que a mantenha em uma linha reta da realidade. Estudar a vida social não é algo fácil e para tal a metodologia é imprescindível para desenvolver adequados procedimentos. Em termo de origem, a metodologia compreende os caminhos e os instrumentos utilizados para fazer ciência (Demo, 1995).

Para que a verdade científica esteja cada vez mais próxima da realidade, não é possível distanciar ciência e pesquisa, pois ambas tendem a serem equidistantes, ou seja, uma não existe sem a outra. Sob a ótica de Morin (2005, p.23): “O jogo da ciência não é o da posse e do alargamento da verdade, mas aquele em que o combate pela verdade se confunde com a luta contra o erro.”. A ciência está em constante mutação, não existe uma única verdade e esse fato é que a torna técnico-científica.

Morin (2005) salienta que o jogo da ciência carece ser elucidado ao passo que o cientista não é superior à sociedade, ou seja, não é detentor de toda a verdade:

Aqui se opera uma necessária desmistificação: o cientista não é um homem superior, ou desinteressado em relação aos seus concidadãos; tem a mesma pequenez e a mesma propensão para o erro. O jogo a que se dedica, entretanto, o jogo científico da verdade e do erro, esse, sim, é superior num universo ideológico, religioso, político, onde esse jogo é bloqueado ou falseado. O físico não é mais inteligente do que o sociólogo, que ainda não consegue fazer da sociologia uma ciência. É que, em sociologia, é muito mais difícil estabelecer a regra do jogo: a verificação experimental é quase impossível, a subjetividade está sempre comprometida. [...] O conhecimento científico não se poderia isolar de suas condições de elaboração, mas também não poderia ser a elas *reduzido*. A ciência não poderia ser considerada pura e simples "ideologia" social, porque estabelece incessante diálogo no campo da verificação empírica com o mundo dos fenômenos (Morin, 2005, p. 25).

Desse modo, a pesquisa é a construção do conhecimento científico tanto quanto um processo de aprendizagem (Demo, 2000). Na presente pesquisa os procedimentos metodológicos serão guiados por algumas etapas.

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa é de abordagem qualitativa com procedimentos de coleta baseados em pesquisa documental com ênfase na História da educação, Cultura escolar e Instituição escolar.

Para Gerhardt e Silveira (2009, p.32): “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, e centra-se no entendimento e explicação da dinâmica das relações sociais”. Representa valores, crenças, sentidos e não apenas descreve-os em números, envolve a complexibilidade das interações sociais.

A pesquisa documental se caracteriza, segundo Gil (2002), por utilizar materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reescritos em conformidade com os objetos da pesquisa. Essa técnica é muito utilizada em materiais que ainda não foram analisados como, por exemplo, fotos, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, diários de classe etc. (Gil, 2002).

Os documentos de pesquisas historiográficas não são neutros, uma vez que foram criados em um determinado contexto histórico. Portanto escolhas tanto para lembrar quanto para omitir. Representam a sociedade na época que foram criados, e os princípios e valores que os geraram, ou seja, o documento é histórico em si mesmo. Conforme Le Goff (1990):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias [...] (Le Goff, 1990 p.547-548).

Quando o autor afirma que “documento é monumento” ele diz que informar não é a única característica do documento, por consequência é também um objeto histórico cheio de interrogações. Um monumento é inaugurado para ser lembrado, portanto seleciona o que deve ser memória e por muitas vezes o que deve ser esquecido. Logo, é preciso interrogá-lo no contexto político em que foi produzido.

Para Barros (2020) documentos históricos atualmente têm outra concepção, o autor considera-os como fontes históricas, no sentido de que os documentos integram as fontes e abrangem o sentido historiográfico:

São ‘fontes’ ou ‘documentos históricos’ tanto os textos escritos de todos os tipos, como também o são as fotografias, os objetos de cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizem como vestígios para apreender a história um dia vivida e para, concomitantemente, escreverem a História no outro sentido, o de produto de um campo de saber. [...] Começou-se a se entender que tanto um texto (um documento estatal ou uma receita de bolo) como um objeto material (uma cadeira, por exemplo), ou ainda uma foto ou uma canção, são todos ‘documentos’, neste sentido ampliado. Essa extraordinária expansão do universo das fontes históricas, que abordaremos no momento oportuno, assim como a concomitante flexibilização de sentidos a partir daí proporcionados pela palavra ‘documento’, favoreceram o surgimento de outra palavra muito evocada nos dias de hoje para os mesmos conteúdos, materiais, vestígios e indícios que os historiadores tinham passado a chamar de ‘documentos históricos’. ‘Fonte’ (ou ‘fonte histórica’) é este termo mais fluido que passou a ser empregado alternativamente à palavra ‘documento’ (Barros, 2020, p.7).

Barros (2020, p.7) ainda complementa que com o passar do tempo “nos dias de hoje, ‘fontes históricas’ e ‘documentos históricos’ (com o seu sentido estendido) são expressões praticamente sinônimas no âmbito mais específico da historiografia”, pois a representatividade de documento histórico foi ampliada e ambas expressões correspondem a todo tipo de rastro que possibilite a investigação.

Quanto à classificação do tipo explicativa, segundo Gil (2002), tem o objetivo de descrever o “porquê” dos fatos. Ela é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, explica a razão. Logo, o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos.

No que se refere a pesquisa exploratória, esta é considerada por Gonsalves (2003) como a que desdobra a pesquisa em possíveis novas abordagens e é caracterizada pelo fato de desenvolver e esclarecer ideias. Objetiva-se para fornecer

um campo de visão mais amplo, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado.

4.2 Coleta das fontes históricas

Para a coleta das fontes historiográficas foram utilizados os princípios da metodologia patrimonial que são: a observação, o registro, a exploração e a apropriação do bem cultural (Horta *et al.*, 1999). Registrar o conhecimento percebido, através do aprofundamento da observação; desenvolver a análise crítica através da consulta a outras fontes; e a apropriação do conhecimento adquirido (Horta *et al.*, 1999). Estas etapas trazem riquezas de habilidades, conceitos e conhecimentos que podem ser adquiridos pelos envolvidos neste processo educativo dentro de um caráter multidisciplinar que a metodologia da Educação Patrimonial apresenta. Cada objeto ou evidência da cultura carrega em si uma multiplicidade de características e signos. Neste processo de etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais é necessário definir e delimitar os objetivos e metas da atividade, de acordo com o que se quer alcançar, e com a natureza e complexidade do objeto estudado (Horta *et al.*, 1999).

A investigação histórica, segundo Lakatos (2003),

[...] Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (Lakatos, 2003, p.106-107).

Ao começar esta pesquisa descobri no IEEES um armário de madeira com porta de vidro (Figura 1), no qual estavam alguns documentos e objetos representando um pequeno memorial escolar. Este memorial foi organizado por Carlos José de Azevedo Machado, ex - Diretor e Professor do Instituto.

Figura 1 – Memorial do IEEES



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Após uma análise preliminar dos acervos encontrados no armário presente da escola, percebeu-se a riqueza documental preservada nesse espaço. Neste sentido, constatou-se a necessidade de mapear todos os documentos encontrados para uma maior e profunda análise histórica e documental. No Quadro 1 constam todos os materiais encontrados.

Quadro 1 - Relação de materiais do memorial

Materiais encontrados no armário memorial
-Caixa pequena com emblemas da escola e penas de aço;
-Fotografias do IPA;
-Emblema com Hino do IPA;
-Livro Ouro com objetivo de arrecadar donativos em dinheiro para instrumentar a Banda escolar e para construção do novo edifício para o colégio e ginásio;
-Livro Milionário com contribuições para ampliação do colégio e ginásio;
-Caderneta de chamada
-Clarinete;
-Diário de lições e caderneta de chamada de economias domésticas, 4ªsérie do curso ginásial;
-Livro Memorial Riograndense de 1969;
-Álbum em madeira dos formandos de IPA de 1940 da turma da noite;
-Recortes do Jornal regional A FOLHA;
-Fotos da estrutura da escola;
-Álbum de fotografias do curso Normal;
-Lâminas de Geografia para retroprojeter do ano de 1979 da Marca Pedagogia Áudio Visual Brasileira;

-Quadro do Magistério Leigos 1999;
-Convite dos formandos de 1960, diurno e noturno e entrega dos certificados;
-Cartão postal para os formandos do magistério com data no ano de 1993;
-Bandeira Colégio Estadual Espírito Santo (Feren Lucem);
-Diário de lições e Caderneta de chamada de Latim do Curso ginásial, 4ª série, turma única, ministrada pelo Padre Séo Persch;
-Estatuto do Círculo de Pais, Mestres e Amigos do Ginásio Estadual de Jaguarão (CIPAMA) fundado em 27/05/1956;
-Livro Ata com o estatuto do CIPAMA;
-Livro Ponto de 01/08/1952;
-Livro de Provas Orais de 1950 à 1951;
-Livro de provas parciais de 1949 à 1953;
-Livro Grêmio literário Joaquim Caetano da Silva de 1945;
-Livro de termos de promoção e aprovação nº1 do curso ginásial com data de 14/12/1942;
-Livro Estatuto do Círculo de Pais e Professores do IPA com data de 21/04/1942;
-Caderno da Secretaria de Educação e Cultura para o Colégio Estadual Espírito Santo para relação de alunos concluintes de 1942 à 1961;
-Livro "Centro dos professores do Ginásio Estadual de Jaguarão" de 31/03/1954;
-Livro sobre a encampação do ginásio 1952, descrição do convênio entre estado e município;
-Livro Ata da congregação e inauguração oficial do Ginásio de Jaguarão nº1 de 1942;
-Livro termos de emposse do Diretor com data em 01/03/1952;
-Livro de termos de visitas do Sr. Inspetor Federal nº1 em 24/02/1942;

- Livros de registros de matrículas dos anos de 1961 à 1966;
- Livro de matrículas do curso secundário de março de 1950 à 1955;
- Livro Ata de prova oral de 1949 à 1950;
- Livro Ata da assembleia geral para formação do conselho do CIPAMA.
- Livro Ata sobre a promoção (apuração de notas) em dezembro de 1949 à 1953;
- Livro de registro de medidas biométricas do IPA com data de 24/03/1954;
- Livro Ata de exames de licença ginásial do IPA em 01/12/1942;
- Livro Ata dos exames finais do curso ginásial do IPA de 01/12/1942 à 08/12/1945;
- Livro de provas parciais do curso ginásial do IPA de 15/06/1942;
- Álbum de madeira dos formandos de 1958;
- Álbum de madeira dos formandos de 1955 vazio;
- Convite de formatura da turma de Magistério de 1999;
- Fotos de dos formandos do magistério de 1999;
- Exemplar do jornal escolar Espírito do Saber 2004, 2005 e 2006;
- Diário de classe do curso ginásial da 3ª série turma B, disciplina de Inglês, Professor Nelydson D. Fernandes;
- Diário de classe do curso ginásial da 4ª série turma B, disciplina de Francês do ano de 1967;
- Caderno de chamada do curso ginásial da 2ª série, turma A, B e C diurno, do sexo feminino;
- Álbuns de fotos do Lançamento do jornal escolar intercâmbio Brasil/Uruguai e da mateada em homenagem aos supervisores;
- Álbum de fotos do Dia das Crianças de 2002;
- Álbum de fotos da inauguração do Memorial de maio de 2004;
- Álbum de fotos da semana da Pátria;
- Álbum de fotos do evento religioso Via Sacra de 2004;
- Álbum de fotos de atletas dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul de 2003;
- Álbum de fotos de atletas, da Hora Cívica e festa do Dia das Mães do ano de 2005;
- Álbum de fotos da Festa de encerramento do ano letivo de 2002 no sítio do médico da escola Luiz Passos;
- Álbum de fotos da inauguração da pracinha e aniversário de 54 anos da escola;
- Fotos soltas: I Seminário do Magistério Semeando Conhecimento de 1998, III Seminário do Curso Normal, Seminário do Magistério de 2003, Prédio sito à praça 13 de maio de 1948 e IV Seminário do curso Normal de 2001.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na pesquisa realizada na escola foi possível identificar materiais que fazem parte do acervo escolar como: documentos, diários de classe, livro ata de congregação da inauguração oficial do ginásio de Jaguarão, livros de matrículas, estatuto e registros de frequências de círculo de pais e professores, álbuns de fotos dos formandos, livros de ata de exames finais do curso ginásial, plantas da estrutura do prédio, etc. O Quadro 2 demonstra a categorização do material segundo o tipo e o período identificado.

Quadro 2 – Relações de materiais do acervo escolar

Materiais	Ano
Diários de classe	1967 a 1969
Atas de exames	1954 a 1958
Relatório de educação física	1953
Diários de classe do magistério	1980 a 1987
Diário de classe do curso de despachante	1981 a 1983
Diário de classe do curso de preparação para o trabalho	1987
Perfil de classe – grade aprovação	1979
Pasta de correspondências recebidas	1982 a 1985
Fichas de controle de professores orientadores do magistério	1988
Pasta: adaptação da História do Brasil	1983
Livro relatório sobre aplicação de conteúdos baseados nas diretrizes curriculares	1980
Livro relatório do Conselho Técnico Administrativo sobre recuperação terapêutica por conceitos	1980
Regimento escolar	1988
Pasta com a relação professores/alunos do curso normal e magistério	1991
Livro controle	1992
Relação de conselheiros e presidentes de turma	1991
Controle de dias letivos	1994
Normas internas de funcionamento do estágio do magistério	1993

Pasta currículo	1986
Diagrama da direção	1988
Planta da obra do Colégio Estadual Espírito Santo	1966
Planta das esquadrias de ferro da obra do Colégio Estadual Espírito Santo	1974
Planta das esquadrias de madeira da obra do Colégio Estadual Espírito Santo	1967
Planta da armadura da laje do forro	-
Plantas de formas – bloco 4	1974
Projeto de instalações de campainhas e auto falantes.	1967
Projeto de instalações elétricas	1967
Projeto de instalações hidrossanitárias e rede pluvial	1974
Planta com medidas dos blocos 1, 2, 3 e 4 com salas de aulas, cozinha e sanitários	1974
Planta de cidade de Jaguarão	1981
Planta da locação do muro e ajardinamento	1975
Planta do muro externo com detalhes A, B, C e portão 1	1983
Planta do muro externo com detalhes D, E e portão 2	1983
Relatório de dependências do prédio	1985
Ofício ao prefeito para ampliação do Ginásio Estadual Espírito Santo	1974
Plano de ampliação inacabado com cronograma físico-financeiro	1988
Livros lançamentos	1955 a 1958
Relatório anual do inspetor federal	1950 a 1951
Livro de notas e recibos	1959 a 1962
Livro da contabilidade	1955 a 1958
Livro do caixa escolar	1963 a 1966
Livro de matrículas escola	1956 a 1962
Relatório anual do inspetor federal	1949 a 1950
Relatório bimensal de janeiro e fevereiro	1944

Relatório mensal de setembro	1942
Relatório de agosto à fevereiro	1951
Relatório de março, abril, maio e junho	1951
Relatório mensal de novembro	1942
Livro de matrículas	1956 a 1960
Livro de peso e altura dos alunos de abril à novembro	1942
Boletim geral da prova parcial da 1ª série do 1º ciclo	1947
Relatório de janeiro, fevereiro e março	1946
Relatório mensal de verificação prévia	1942
Relatório bimensal com matérias e notas dos alunos de abril, maio e junho	1946
Relatório bimestral de julho, agosto, setembro	1946
Estatuto do conselho superior do IPA	1942
Ofício da 5ª Delegacia de Educação para uma alternativa de aperfeiçoamento do Ensino de 2º grau no Rio Grande do Sul - Formação profissionalizante básica	-

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esses materiais estão nos armários localizados na secretaria da escola e em seu interior há preciosas fontes históricas do percurso histórico institucional. Compreendem toda a extensão da parede de entrada à sala, do piso ao teto, e são muito bem conservados. Fazem, assim, seu papel de preservação pois os materiais, na maioria, estão em ótimas condições. A seguir faço alguns registros do local e materiais do acervo:

Figura 2 – Local de salvaguarda do acervo



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Os documentos guardados estão com fácil identificação, são separados por temporalidade, principalmente os Diários de Classe. Embora alguns estejam desconstruídos, a maioria das fontes encontram-se organizadas.

Figura 3 – Disponibilização do material.



Fonte: Registrado pela autora (2024).

4.3 Procedimento para a análise das fontes históricas

Analisar dados em pesquisa documental histórica é um processo de descoberta dos caminhos a percorrer para tornar as fontes históricas conhecimento científico. Severino (2000) explana que:

A ciência, enquanto conteúdo de conhecimentos, só se processa como resultado da articulação do lógico com o real, da teoria com a realidade. Por isso, uma pesquisa geradora de conhecimento científico e, conseqüentemente, uma tese destinada a relatá-la, deve superar necessariamente o simples levantamento de fatos e coleção de dados, buscando articulá-los no nível de uma interpretação teórica. Por isso, fazer uma tese implica dois movimentos, com uma única significação, uma vez que são dialeticamente unificados. Com efeito, a ciência depende da confluência dos dois que, considerados isoladamente, só têm sentido formal. Só a teoria pode dar 'valor' científico a dados empíricos, mas, em compensação, ela só gera ciência se estiver em interação articulada com esses dados empíricos (Severino, 2000, p.149).

A metodologia atua como um guia, que de forma sistemática, auxilia no tratamento dos materiais garantindo que cada etapa da análise contribua para compreender o foco da investigação, conforme Barros (2005):

[...] a 'metodologia' remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou construir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que um pensamento remete a ação. Assim, enquanto a 'teoria' refere-se a um 'modo de pensar' (ou de ver), a 'metodologia' refere-se a 'modo de fazer', ou ao campo de atividades humanas que em filosofia denomina-se de *práxis*. [...] (Barros, 2005, p.80).

Barros (2005, p.81) ressalta que decisões metodológicas requerem uma série de cuidados e procedimentos e toda vez que se decide 'fazer' algo é necessário planejar sistematicamente esse 'fazer'. O autor defende que para amenizar riscos nesse percurso "devemos buscar conscientemente um conjunto de 'metodologias', de instrumentos e modos de fazer. A própria necessidade nos obriga a isto." (Barros, 2005, p. 81).

Dessa forma, o percurso metodológico para a análise de dados foi realizado seguindo os critérios de Barros (2005). O autor indaga 'Com o que fazer' e 'Como fazer?'. A primeira indagação refere-se aos instrumentos e a segunda às técnicas de pesquisa. E para dar criticidade às fontes pergunta 'A partir de que diálogos?' dando

lugar ao pesquisador para o ato de refletir sobre as fontes analisadas e tornar o trabalho científico (Barros, 2005, p.16-17).

A análise de fontes históricas abrange múltiplas dimensões, a ação não se resume em ler um documento. É primordial considerar o documento como um produto social, carregado de cultura e política relacionado a um determinado tempo histórico. Sendo assim, o tratamento das fontes realizou-se pelas etapas de identificação, contextualização e problematização. Para isso preparei fichas catalográficas com identificação do tipo de fonte e a data/período em que foi criada. Considerando a contextualização da época de criação, realizou-se uma análise crítica sobre mensagens explícitas e implícitas do documento histórico.

Os documentos encontrados são diversificados quanto às conjunturas sociais, como Mogarro (2005) ensina:

[...] Esses documentos configuram, na sua diversidade e variedade, o património educativo de cada instituição - o espaço físico (edifício e zona envolvente) corporiza esse universo); os espólios arquivístico, museológico e bibliográfico integram os documentos, portadores de informações valiosas e que nos trazem, do passado até ao presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição. No âmbito de processos de investigação, a análise desses documentos e a comparação que se estabelece entre as informações que, no seu conjunto, fornecem, permitem-nos conferir sentidos ao passado e compreender também a constituição / consolidação da cultura escolar, na teia das relações que esta estabelece com as outras culturas presentes na sociedade. (Mogarro, 2005, p. 105).

Evidentemente, foi-se possível compreender que documentos escolares não são apenas registros burocráticos, mas testemunhos vivos da memória, da cultura e do percurso das instituições de ensino sendo fundamentais para estudos históricos e para a preservação da identidade educativa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo, registro as principais ações, informações e reflexões da intervenção realizada. Destaco a decisão inicial, de natureza conceitual, o processo de seleção criteriosa dos artefatos; e a análise realizada.

5.1 Do Museu Histórico e Pedagógico à Sala de Memórias IEEES

Nessa fase final do trabalho, com apoio do Professor Alessandro Bica, co-orientador, optei por criar uma Sala de Memórias, ao invés do Museu Pedagógico, que era a ideia inicial. A substituição do Museu por uma Sala de Memórias não acarreta perdas, mas sim uma reconfiguração em razão do espaço, considerando as condições físicas, institucionais e pedagógicas da escola. Tal mudança justifica-se pelo fato de que o museu exigiria uma infraestrutura maior e mais adequada, bem como uma equipe especializada de curadoria e demais exigências legais de um museu formal. Logo, no decorrer do trabalho, assumi um espaço de caráter mais simples e afetivo, com a intenção de agrupar, preservar e expor lembranças, documentos históricos, materiais didáticos e registros da cultura escolar que façam uma ponte com a história da instituição e que aproximem alunos, professores e a comunidade escolar de suas trajetórias escolares.

Dessa forma, a sala foi organizada em um semicírculo, com espaço para circulação pela disposição dos materiais. Caso seja de interesse, poderá ser dupla a circulação pelos dois lados. O fluxo de visitação está indicado por setas no chão, ao redor das mesas escolares em que estão expostos os materiais.

A sala cedida pela escola é muito bem cuidada, o espaço é bem iluminado, pintura intacta, mesas e cadeiras novas e em perfeitas condições. O espaço é amplo e suficiente para a montagem da Sala de Memórias.

Figura 4 - Espaço da Sala de Memória



Fonte: Registrado pela autora (2025).

Os materiais foram organizados por categorias, dividido em *Memórias vivas* representando a cultura escolar, *Objetos que ensinam* significando os objetos escolares, *A história que se lê* para os materiais didáticos, *Papéis que contam histórias* para os documentos históricos. As fontes não expostas foram denominadas de *A história ainda continua*.

Cada uma dessas categorias é representada por uma cor específica. Então, o semicírculo está demarcado com cada cor que representa a categoria dos objetos expostos. Para isso, foi utilizado TNT na cor azul para representar a cultura escolar, vermelho para os objetos escolares, amarelo para os materiais didáticos, verde para documentos históricos, e marrom para os documentos não expostos.

Todos os materiais têm etiquetas de cores correspondentes a sua categoria para identificação no Guia de visitação (Anexo 1). Neste Guia está a ficha de identificação de cada objeto exposto e uma reflexão sobre o contexto histórico da época.

Figura 5 - Ficha de identificação e etiqueta para a Sala de Memória

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO:
TÍTULO:
DATA/PERÍODO:
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

ETIQUETA

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO:
TÍTULO:
DATA/PERÍODO:

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

5.2 Seleção do material

A escolha dos materiais para compor cada categoria da exposição baseou-se nos objetivos específicos desta pesquisa que busca compreender e analisar o patrimônio cultural da instituição; destacar o espaço escolar como lugar de memórias e histórias; e instigar a comunidade escolar a tornar-se fonte de preservação da instituição. Dessa forma, partiu-se para a seleção das fontes, considerando como critérios elementos que simbolizassem a constituição histórica e pedagógica da escola.

Assim, foram priorizados objetos que contemplassem as categorias de cultura escolar, objetos escolares, materiais didáticos e documentos históricos. Optou-se por não analisar, neste momento, algumas fontes que, embora relevantes, poderão

futuramente ser melhor exploradas por pesquisadores interessados em história da educação. Além disso, também poderão ser desenvolvidas aulas interdisciplinares, ampliando as possibilidades pedagógicas e investigativas do acervo.

Esses materiais fazem parte do armário e do conjunto de fotografias dos espaços da escola. Podem contribuir para desdobramentos futuros de pesquisa e possuem grande relevância, uma vez que também compõem a memória escolar e preservam a sua história. Por motivos metodológicos optou-se por não utilizá-los, a fim de dar melhor compreensão e objetividade à pesquisa.

Conforme as categorias e os materiais encontrados foram selecionados para exposição os seguintes:

Quadro 3 - Identificação dos materiais por categorias

Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Álbuns de fotografias de formandos - Álbuns temáticos de eventos - Negativos de fotos - Prêmio de qualidade e destaque impressa - Cartão postal - Recortes de Jornal - Convites para formaturas - Jornal escolar - Certificados concedidos à escola - Escudos escolares, flâmulas e bandeiras escolares - Instrumento musical da banda e Livro ouro de arrecadação - Uniforme - Quadros - Hinos
---------	--

Objetos escolares	<ul style="list-style-type: none">- Apontador- Agenda escolar- Trabalhos escolares- Caderno de presença em mostra de desenho infantil- Caderno folclore brasileiro- Suporte para caneta tinteiro- Penas de aço
Materiais didáticas	<ul style="list-style-type: none">- Globo celeste- Mapa histórico- Máquina datilográfica- Telefone- Aparelho de fax- Slides educativos- CPU- Módulo Digital
Documentos históricos	<ul style="list-style-type: none">- Atas- Regulamentos- Ofícios- Diários de Classe- Recorte de Jornal- Procuração
Materiais não analisados	<ul style="list-style-type: none">- Conjunto de fotografias de lugares a serem explorados- Armário com fontes

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

5.2.1 A Exposição “Lembrar para Educar, Educar para Transformar” na Sala de memórias do IEEES

A criação da Sala de Memória do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo foi o ponto de integração entre o processo de pesquisa histórica e a intervenção pedagógica no espaço da escola. A Sala de Memória representa a institucionalização para a preservação dos registros materiais e simbólicos da trajetória escolar. Em seu ambiente estão elementos que narram as transformações educacionais, sociais, culturais e políticas ao longo do tempo.

O tema da exposição “Lembrar para Educar, Educar para Transformar” surgiu no intuito de valorizar o passado como instrumento de aprendizagem e reconhecer a educação como força propulsora de transformação social. Ao lembrar, se reconhece os caminhos percorridos, os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas. Ao educar, cria-se pontes entre gerações, fortalecendo identidades e cultivando valores. Ao transformar, reafirma-se o papel da escola como espaço de construção coletiva, crítica e cidadã.

As áreas da Exposição são apresentadas a seguir. A primeira área da exposição é *Memórias vivas*, em que estão os objetos selecionados para representar todo contexto cultural da escola.

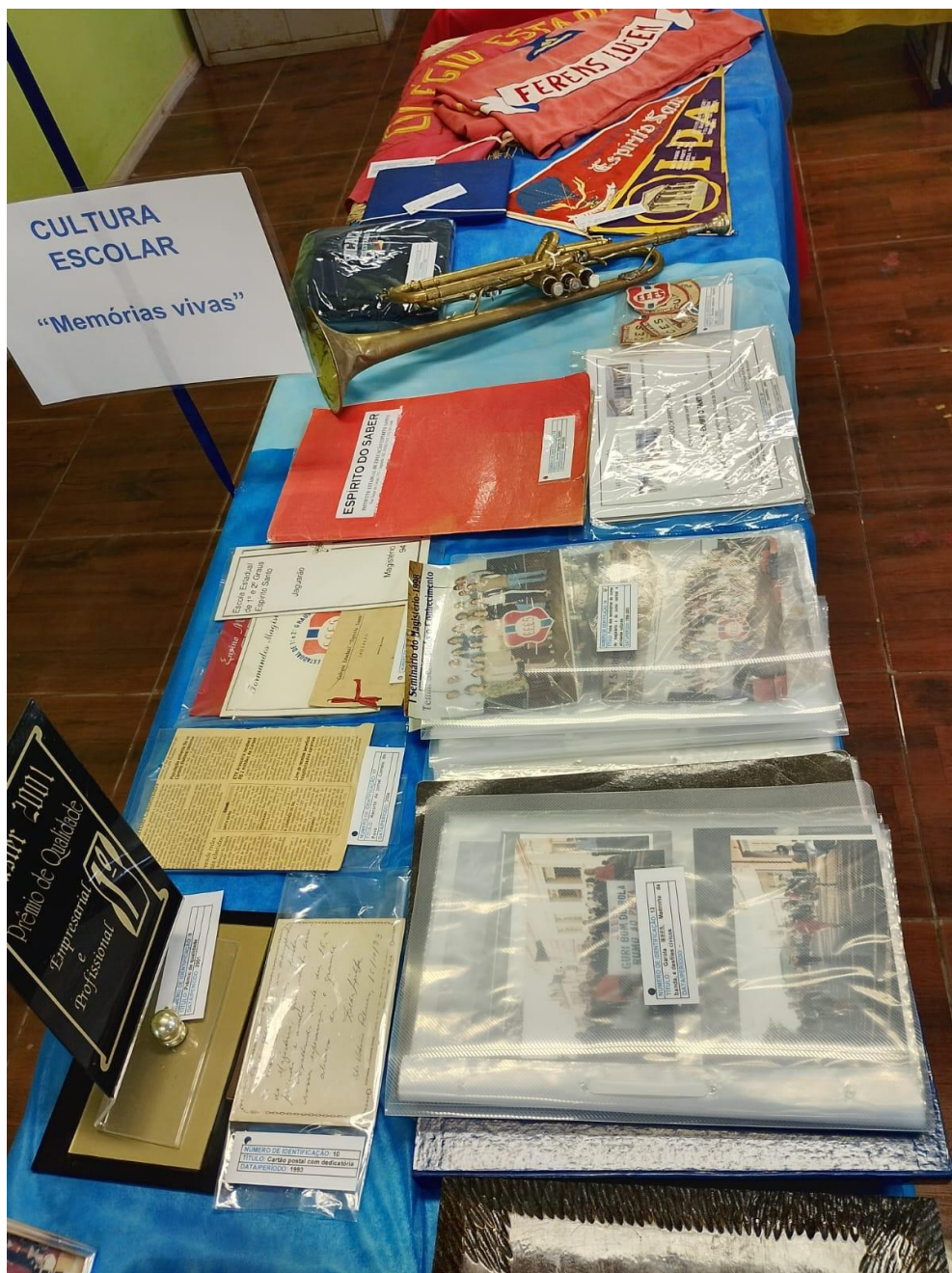
As Figuras 6 e 7 demonstram a disposição dos materiais que integram a Cultura Escolar, dentro do semicírculo:

Figura 6 - Disposição dos materiais da Cultura Escolar



Fonte: Registrado pela autora (2025).

Figura 7 - Disposição dos materiais da Cultura Escolar



Fonte: Registrado pela autora (2025).

A Figura 8 demonstra a disposição dos objetos que também fazem parte da mesma área, mas estão dispostos na parede da sala. Optou-se por expor essas fontes na parede para maior visibilidade ao acervo, valorizando sua dimensão estética e histórica.

Figura 8- Disposição dos materiais na parede



Fonte: Registrado pela autora (2025.)

Em vermelho estão os *Objetos que ensinam* significando os objetos escolares e representados na segunda parte da Sala de Memórias:

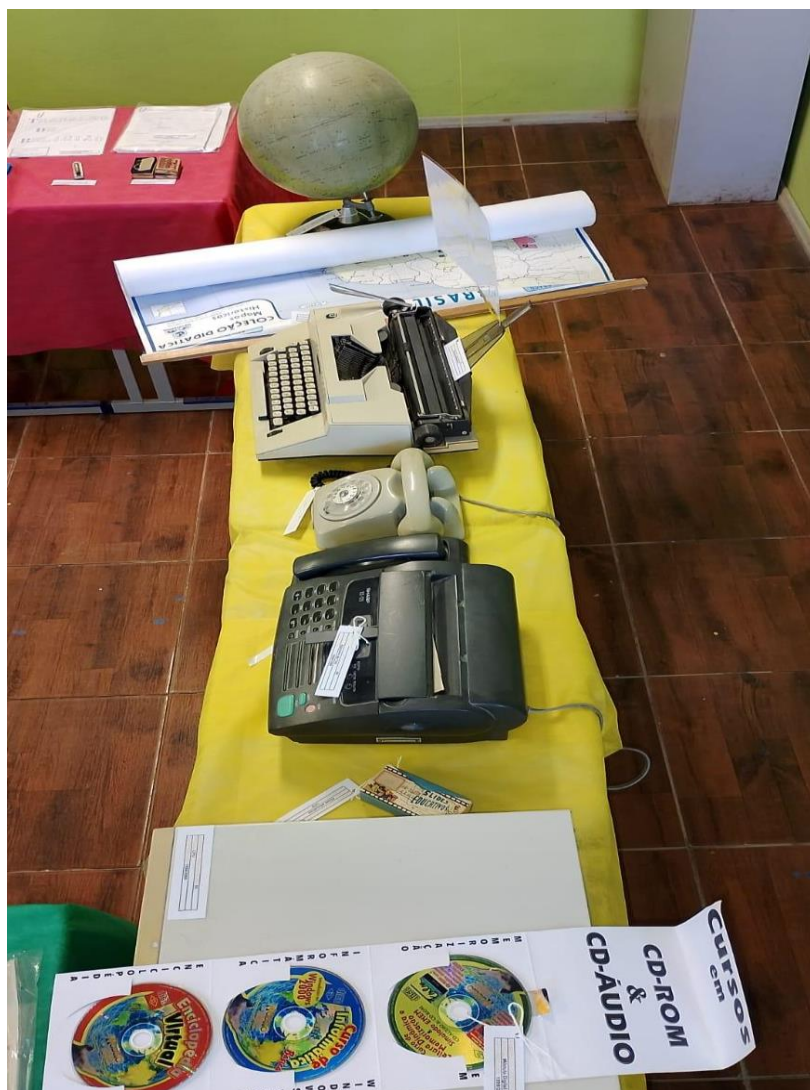
Figura 9 - Disposição dos materiais dos Objetos Escolares



Fonte: Registrado pela autora (2025).

A Terceira parte, em amarelo, estão os materiais de *A história que lê* demonstrando os materiais didáticos, apresentados na Figura 10:

Figura 10 - Disposição dos Materiais Didáticos



Fonte: Registrado pela autora (2025).

Em verde estão os documentos históricos, que constituem a parte da exposição “Os papéis que contam histórias”, como pode ser visto na Figura 11:

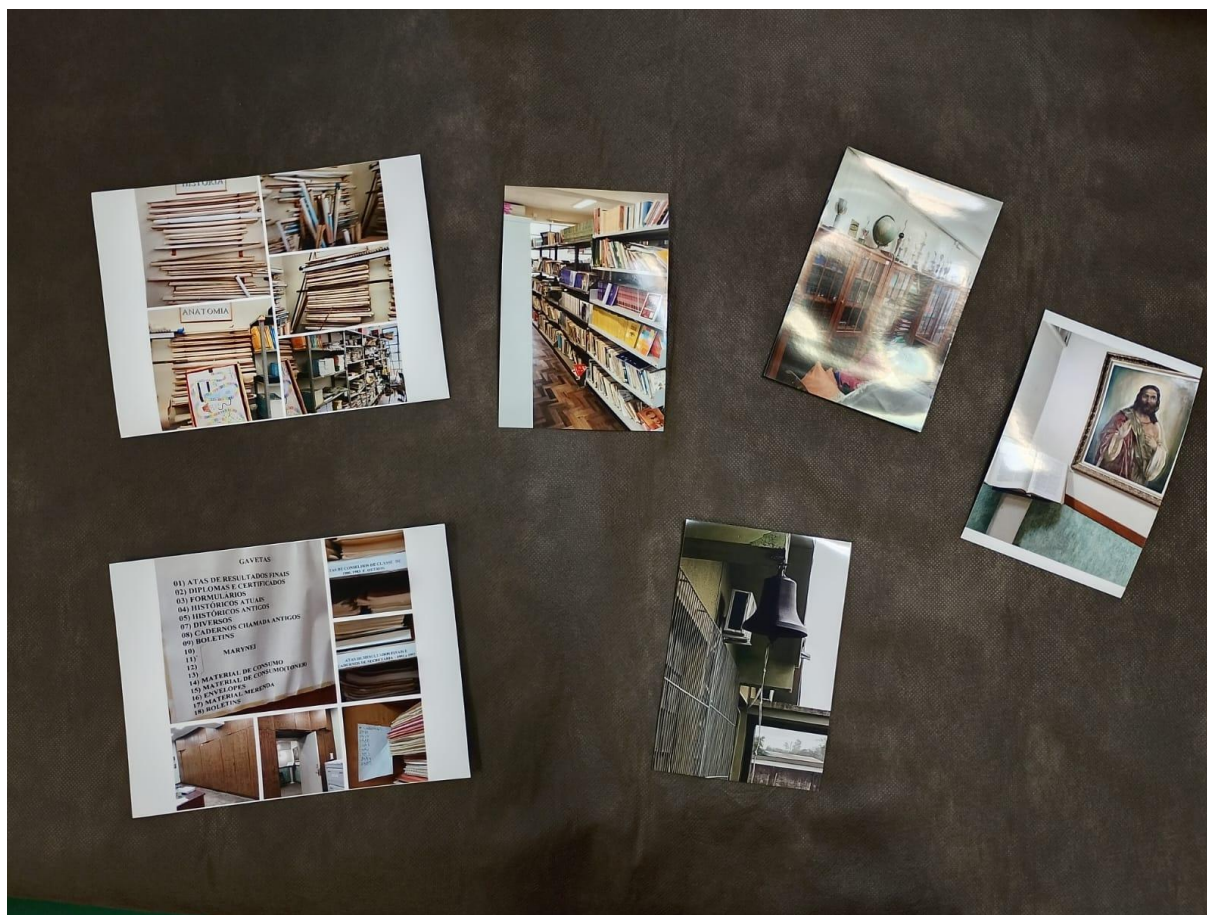
Figura 11 - Disposição dos documentos históricos



Fonte: Registrado pela autora (2025).

A última parte da exposição contém os documentos e fontes que não foram expostos, mas que são potentes possibilidades de pesquisas futuras, como pode-se constatar nas imagens a seguir:

Figura 12 - Potencialidades de pesquisas *A história continua*



Fonte: Registrado pela autora (2025).

As fotografias são de lugares para futuras pesquisas, ainda não explorados. Conforme as fotos são: almoxarifado (anexo a biblioteca); as duas fotos seguintes são da biblioteca escolar; a de Jesus Cristo e da bíblia sagrada estão no hall próximo à sala da Direção; a quinta fotografia é do lugar de salvaguarda que ainda tem muito material a ser explorado; e a última, da mesa, é a do sino presente no pátio da escola. Ainda existem mais duas fotografias de áreas anexas à área da exposição, são elas: o piano, que fica na parede ao lado da secretaria e o laboratório de biologia ao lado do banheiro feminino.

Os materiais disponíveis no armário estão organizados por década, para melhor organização da pesquisa. Na primeira prateleira estão atas, livros de registro de reuniões, livro de matrículas, álbum de formandos repetido, pastas com documentos e plantas do prédio, relatórios do IPA, diários de classe e outros materiais.

Figura 13 - Armário da categoria A *história continua*



Fonte: Registrado pela autora (2025).

Ao sair do percurso da Exposição, os visitantes são convidados a deixar suas impressões no livro atas disponibilizado na saída do ambiente. Nesse momento simbólico de assinatura, há uma frase inscrita no espelho “Você faz parte dessa história...”, reconhecendo o visitante como sujeito ativo da narrativa histórica da Instituição. A Figura 14 mostra o percurso culminante da Exposição:

Figura 14 - Percurso final da Sala



Fonte: Registrado pela autora (2025).

A inauguração do espaço, em acordo com a Direção escolar, ficou estabelecida para o dia 18 de novembro. Entretanto, o interesse dos alunos em conhecer o espaço já se manifesta antes da inauguração oficial, revelando o impacto positivo da iniciativa, ainda em fase de finalização dos últimos ajustes. A imagem a seguir exhibe alguns desses momentos:

Figura 15 - Alunos em visita à Sala de Memórias



Fonte: Registrado pela autora (2025).

O registro evidencia a interação dos alunos com os materiais do acervo da Sala de Memórias, observando atentamente os objetos e se expressando com frases como “Olha isso, que massa!”, “Nossa que legal”, “Meu avô tinha uma máquina dessas”, demonstrando interesse em conhecer a história da instituição. Essas reações demonstram o caráter afetivo e educativo da Sala de Memórias, capaz de despertar o reconhecimento e a valorização do patrimônio escolar.

A expectativa é essa, que a Sala seja mantida como monumento vivo, que promova o envolvimento constante da comunidade escolar e acadêmica em pesquisas, preservação e divulgação do patrimônio. Para ter acesso à Sala será preciso ligar para agendar a visita, pois a escola não tem possibilidade de delegar

alguém para atender, exclusivamente, a Sala de Memória. Dessa forma, a escola consegue se organizar e atender a comunidade externa.

5.3 Análise de dados

A partir da seleção e categorização dos materiais que compõem o *corpus* da pesquisa, tornou-se possível desenvolver a compreensão da constituição histórico-pedagógica do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, buscando identificar as práticas, os discursos e os contextos que marcaram a trajetória da escola. Dessa forma, evidenciar como se configuraram as suas dimensões educativas, administrativas e culturais ao longo de sua constituição, principalmente ao que tange o marco temporal desta pesquisa, que corresponde de 1952 a 1975. Este período foi definido a fim de acompanhar o processo de transformação da escola após ser encampada pelo governo estadual e observar as mudanças decorrentes da organização da educação brasileira pela Reforma de 1971.

Os materiais analisados evidenciam o modo como o instituto foi construindo sua identidade educativa, respondendo tanto às exigências do sistema de ensino quanto às demandas da comunidade escolar. Nesse sentido os registros históricos permitem reconhecer as dimensões que constituem a cultura escolar, tais como a organização curricular, as práticas docentes, as celebrações escolares e as relações de fé, moral e ensino, características marcantes das instituições confessionais no período.

Em vista de desenvolver a pesquisa, apresentou-se à escola uma carta de apresentação (Anexo 2) com a proposta de pesquisa para a história da educação do IEEES. A proposta foi muito bem aceita pela escola, as relações de colaboração para com a pesquisa foram perfeitas, toda a equipe diretiva quanto os funcionários não mediram esforços para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida.

Atualmente a escola atende 553 alunos, sendo o período da manhã com 187 alunos em 8 turmas; à tarde, 249 alunos em 9 turmas e à noite, 117 alunos em 6 turmas. Em relação aos funcionários, dispõe de 26 professores efetivos e 12 temporários; mais 3 funcionários efetivos e 7 temporários; e conta também com 3 especialistas.

O IEEES tem grande relevância no município, com importante papel social na história educativa de Jaguarão. A escola não foi apenas prestadora de ensino,

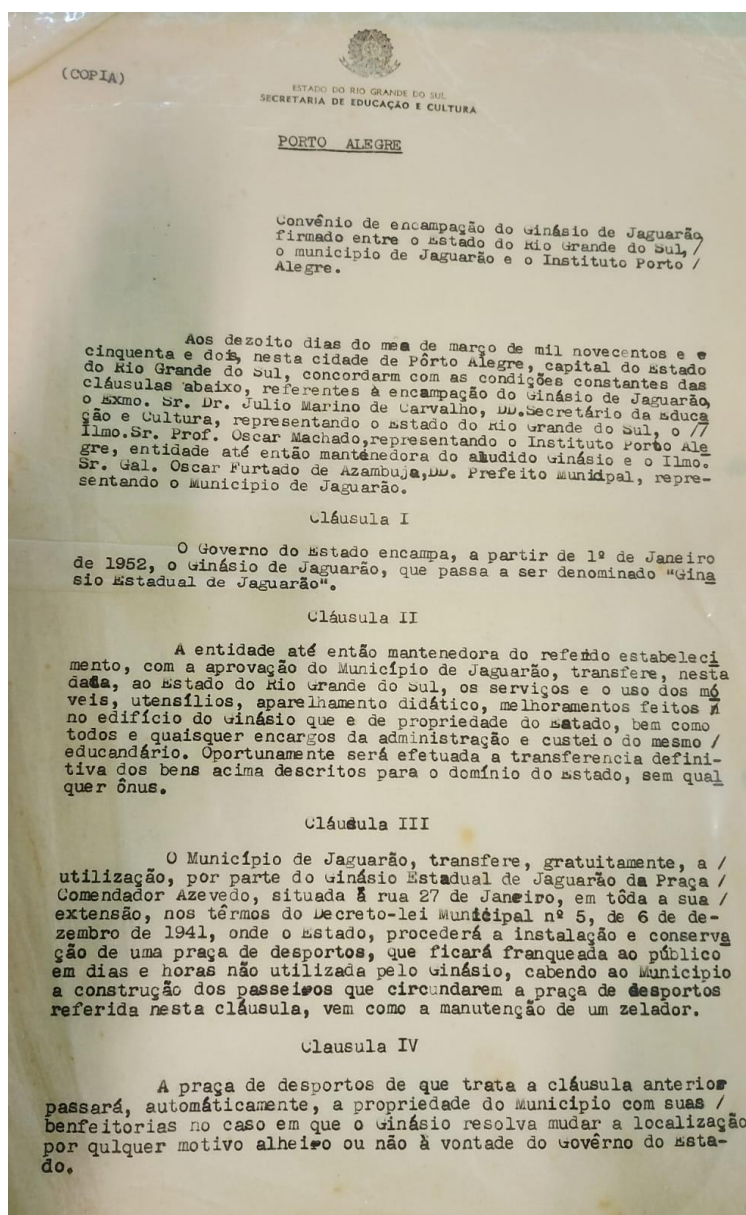
contribuiu significativamente para a preservação e salvaguarda da memória local em seu espaço. Faz parte da memória educativa de Jaguarão e aparece em trabalhos locais que tratam sobre memória, patrimônio e materiais pedagógicos. Inclusive a escola tem parceria com o curso de História da Unipampa, Campus Jaguarão, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência de Educação Patrimonial.

5.3.1 Trajetória institucional

Inaugurado em 11 de maio de 1942 o Ginásio de Jaguarão - Departamento IPA, cujo registro da inauguração está presente no Livro Atas de Congregação de Reuniões do IPA (1942, p. 2). Este é considerado o marco inicial do hoje Instituto Estadual de Educação Espírito Santo.

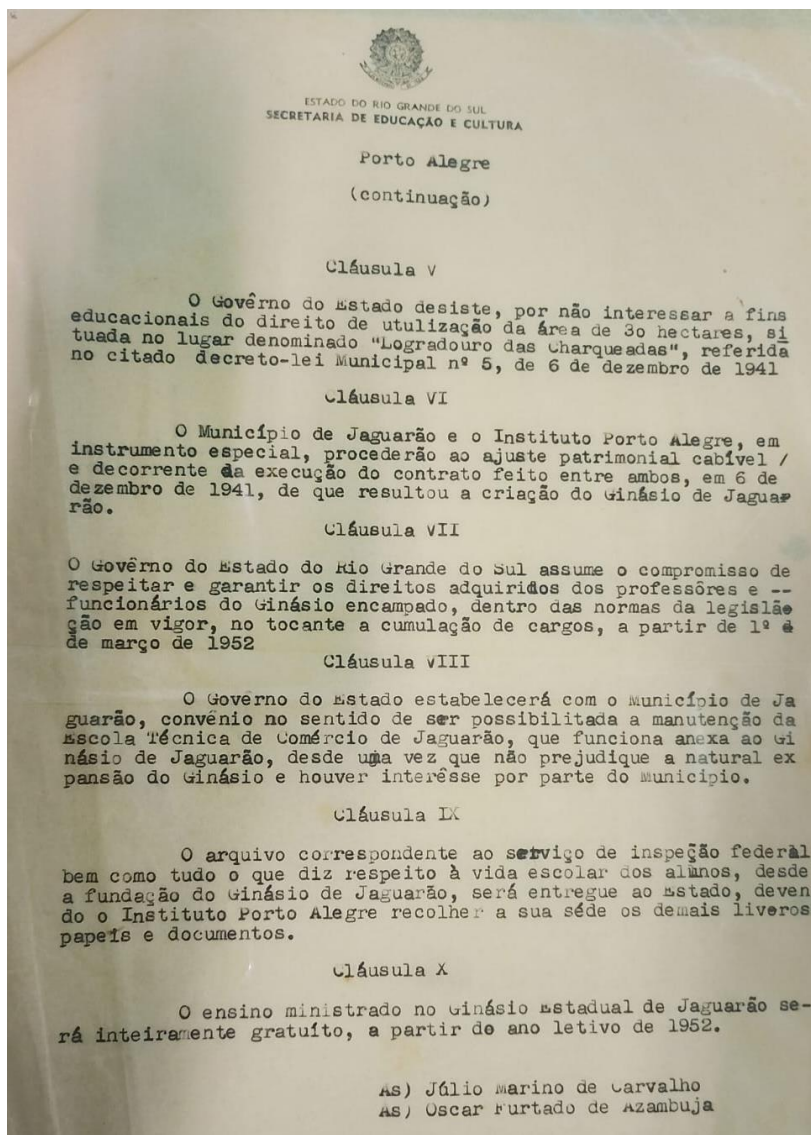
O IPA manteve suas atividades até 1952, quando foi encampado pelo Governo do Estado, estabelecido através do Convênio de encampação do Ginásio de Jaguarão em 18 de março de 1952. As Figuras 16 e 17 ilustram esse fato.

Figura 16 - Convênio de encampação do Ginásio Jaguarão



Fonte: Acervo escolar (2025).

Figura 17 - Convênio de encampação do Ginásio Jaguarão (continuação)

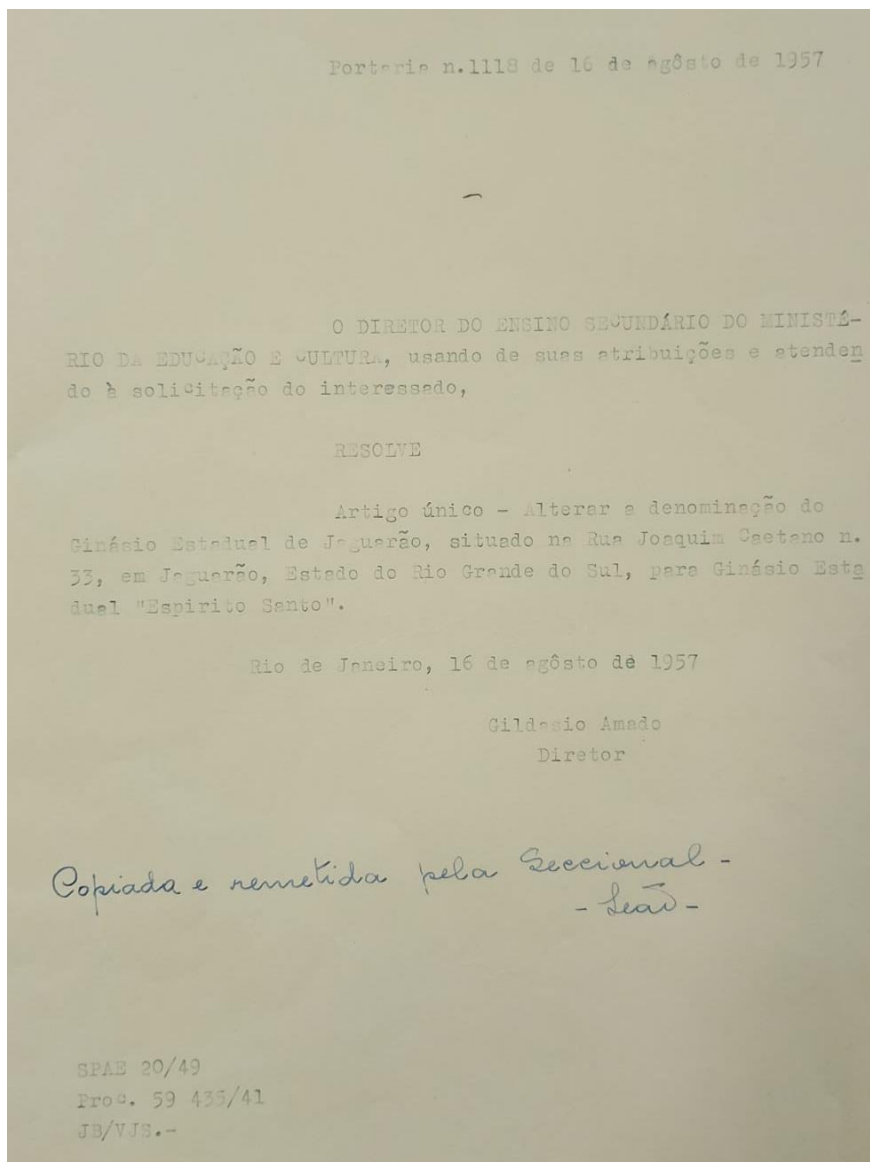


Fonte: Acervo escolar (2025).

Sob a responsabilidade do Governo, o ginásio foi denominado Ginásio Estadual de Jaguarão, de acordo com a cláusula primeira do contrato. A partir desse ano letivo o Ginásio, que até então era particular, passou a ser gratuito, como determinado na décima e última cláusula do convênio.

O Ginásio Estadual de Jaguarão, em 1957, tornou-se Ginásio Estadual Espírito Santo, assim declarado pelo Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, através da Portaria nº 1.118, de 16 de agosto de 1957, como observa-se na Figura 18:

Figura 18 - Portaria de denominação para Espírito Santo



Fonte: Acervo escolar (2025).

Segundo declarou o ex-diretor do Ginásio, Prof. Jorge Abel Neto, na cerimônia comemorativa do vigésimo aniversário de fundação e transcrito em reportagem pelo Jornal A FÔLHA em 1962, o nome "Espírito Santo" foi agregado como uma forma de homenagem ao antigo Gymnasio Espírito Santo, de acordo com a reportagem:

Figura 19 - Reportagem do ex-diretor Jorge Abel Neto ao Jornal A FÔLHA

O Colégio Estadual Espírito Santo no sua fundação

Com um solene Ofício religioso, na Matriz do Divino Espírito Santo, tiveram início a 11 do presente mês, os atos comemorativos ao 20º aniversário da fundação do Colégio Estadual Espírito Santo, desta cidade.

Em prosseguimento, realizaram-se diversos outros atos, tais como festivais esportivos, desfiles dos alunos, etc.

Pela noite e como broche de ouro, ao Cine Teatro Esperança, foi marco de um empolgante acontecimento, que superlotou todas as localidades daquela casa de espetáculos públicos.

Presidiu o ato, o Diretor do referido educandário, Rvd. Pe. Mário Prebianca, que, em belíssima elocução, frisou, em forma clara e inofensiva, a transcendental função que o Colégio Estadual Espírito Santo, tem cumprido, desde sua fundação em 1942 até a presente data, pondo de manifesto, um conjunto de expoentes que bem dizem dos elevados valores aprimorados naquela prestigiosa casa de ensino secundário. Também, e como por feliz coincidência, o ato que ali se estava comemorando, transcorria na ante vésperas do Rvd. Pe. Mário, "Tem tocantes palavras" e deu uma eloquente e emotiva homenagem às mães jaguarenses, na pessoa da Exma. Sra. D. Alda Fagundes de Azevedo, esposa de nosso dileto amigo, jornalista sr. Amadeu Azevedo.

Em continuação o talentoso jurista consultor, professor Dr. Abel Neto, fez, com essa elocução que lhe é característica o histórico do atual colégio Espírito Santo, desde sua fundação, como Departamento do Instituto Porto Alegre, mais conhecido pelo simpático denominativo IPINHA, até 1954 em que, como Colégio Estadual Espírito Santo, tem desempenhado com elevado patriotismo suas funções de aprimoramento cultural de nossa juventude.

Logo usou da palavra o professor Nelidson Fernandes Távora, que com frases de saudosas reminiscências emitiu conceitos de louvor às mães, e de franca solidariedade com o sentimento geral de reconhecimento e apoio ao obra que vem cristalizando esse educandário em estes 20 anos de fecundo labor educacional.

Ato seguido, o diretor de nosso jornal sr. Anyrio S. Resem, interpretando o sentir dos ex-alunos daquela prestigiosa casa de ensino, que ora registava seu vigésimo aniversário de fundação, destacando-se em este extremo meridional da Pátria, como sentinela avançada de nossa cultura.

Em prosseguimento, o intelectual compatriota senhor Auri Plúma, externou, em representação do ex reitor do ginásio, sr. Oscar Machado, atinados conceitos, sobre a significação e transcendência daquele ato, dando ainda leitura a uma expressiva carta do Dr. Oscar Machado.

Após a parte oratória, foram oferecidos ao público, vários números de arte, com a participação do prestigioso conjunto orquestral que dirige o jovem contrabaixo Geraldo Pluma e o Orfeão, magistralmente dirigido pelo dinâmico professor Stefano Roncato, alma máter deste festival, realizado com tão singular brilhantismo.

A seguir transcrevemos na íntegra o discurso do Prof. Dr. Jorge Abel Neto:

"Há, precisamente, 20 anos, e talvez na mesma hora em ambiente de geral expectativa, fulgurante de luzes, contagiante de alegria e resplandecente de galas, instalava-se, oficialmente, o Ginásio de Jaguarão — um Departamento do Instituto Porto Alegre — numa das mais expressivas solenidades, já registradas neste recanto sulino da Pátria.

Na qualidade de um dos professores mais antigos, mas não mais velhos, do Estabelecimento de Ensino, de cujo corpo docente temos a honra de fazer parte, e instado por bondosos colegas, que nos deferiram poderes, bem mais capacitados e informados do que aquele que vos dirige a palavra neste átimo festivo e confraternizando, aqui nos encontramos, para, em breves palavras, em rápidos traços, em ligeiras pinceladas apresentar um esboço histórico da Fundação do Ginásio de Jaguarão — Departamento do Instituto Porto Alegre — hoje, Colégio Esta-

dual «Espírito Santo».

Em 6 de dezembro de 1941, por iniciativa do Prefeito de Jaguarão, sr. Carlos Alberto Ribas, e outras pessoas gradas, com o apoio do Interventor Federal, Excmo. sr. Gal Osvaldo Cordeiro de Farias, o IPA, representado pelo Dr. Oscar Machado, firmava contrato para a fundação de um estabelecimento de ensino primário e secundário na cidade de Jaguarão, sob a denominação de Instituto Porto Alegre; Departamento de Jaguarão, chamado posteriormente, em linguagem afetiva, simplesmente de Ipinha.

A 8 de dezembro do mesmo ano, foi encaminhado o pedido de inspeção preliminar ao Ministério da Educação e Saúde, iniciando-se as aulas regularmente a 16 de março de 1942, na forma da legislação federal em vigor, culminando, todavia, a fundação do Educandário a 11 de maio do mesmo ano, com a instalação solene e oficial nesta cidade, neste mesmo teatro, palco dos mais variados e marcantes acontecimentos da cidade e do município na esfera social, política, artística e educacional.

O objetivo do Ginásio de Jaguarão — dependência fundada e mantida pelo I.P.A. — era proporcionar à mocidade jaguarensis e brasileira o desenvolvimento intelectual, a cultura física e o aperfeiçoamento moral-social, debaixo de influências positivamente cristãs, dentro do lema: «Mens sana in corpore sano», e dentro da regra de procedimento: «liberdade e responsabilidade».

A orientação era nacionalista e cristã como ainda o é hoje na célula máter, na Capital do Estado. Era um núcleo de brasilidade uma escola de civismo, procurando, honestamente, forjar o homem novo para a Nova e Grande Pátria.

O Brasil Eterno, a sua história, o seu presente, a sua destinação no mundo, no concerto dos povos democratas e cristãos, era a constante preocupação, sustentando, no entanto, o primado do Espírito a Supremacia das Forças Morais, colocando, acima de tudo a ideia de Deus, todo poderoso e sempre presente.

Papel importante, diríamos decisivo mesmo, na Fundação do Ginásio, desempenharam o então Prefeito de Jaguarão sr. Carlos Alberto Ribas, e o então Reitor do Instituto Porto Alegre, prof. Dr. Oscar Machado, verdadeiros espíritos de escola, vanguardeiros pioneiros, arrojados idealizadores de nobres cometimentos em nossa terra, sob cuja iniciativa e atividade, apoiados e encorajados por um pleiade de jaguarenses de senso de responsabilidade e de superior visão, ressurgiu, para glória da família jaguarense a brasileira, um estabelecimento de ensino secundário, que já tem dado a Jaguarão ao Rio Grande e ao Brasil apreciável contribuição para a elevação do nível cultural, social e moral de nossa gente.

Como Instituição de ensino particular o IPA funcionou durante uma década, num desabrancimento de atividades profícuas e modelares, no campo da educação e da instrução, quando o Ginásio de Jaguarão foi encampado pelo Governo do Estado, mediante prévio entendimento e acerto com a entidade mantenedora, a 1º de março de 1952.

Foi primeiro Diretor do Ipinha, hoje Colégio Estadual «Espírito Santo», o prof. Dr. Sebastião Gomes de Campos, seguindo-se, em ordem cronológica, o prof. Dr. Samuel Antônio de Figueiredo, em 1943; Prof. Dr. Wilson Fernandes, em 1944 e 1945; Dr. Euripedes Facchini, em 1946 e 1947; Dr. João Correa Lima, em 1948; Dr. Euripedes Facchini, em 1949; Quem, vos dirige a palavra neste momento em 1950 e 1951, prof. Dr. Stefano Roncato no exercício interino do cargo de 1º de junho a 4 de julho de 1952; Pe. Octávio Gurgel — 1º Diretor do Ginásio Estadual, empossado a 4 de julho de 1952, nomeado por portaria assinada pelo Excmo Sr. Governador do Estado, cujas funções desempenhou até 1960, e finalmente, respondendo pela Direção, Pe. Mário Prebianca, de 1961 até a presente data.

Como inspetores federais do ensino secundário, no Ginásio e atual Colégio, podemos relacionar, ainda em ordem cronológica, os seguintes nomes:

Dr. Hipólito Jezus do Amaral Ribeiro, que desempenhou as suas funções apenas na verificação previa das condições do funcionamento do

Instituto P. Alegre, Departamento de Jaguarão em princípios de 1942.

Otávio Moreira Fialho — 1º Inspetor efetivo no exercício de suas funções até fins de 1949; Anacleto Ferreira Porto em 1945; Nell Jac Romero em 1946, Dr. Jacob José Parmagi de 1947 a 1954, Dulceino Goulart Pinto — em 1º de Elviro Paiva Silva, em 1956; e Gal Walter D. da Silveira, de 1957 até a presente data.

Longe iríamos, se, porventura, fôssemos mencionar também fôssemos declinar os nomes, feríamos com reverência e respeito, de todos os professores, que já desempenharam funções gístrais em nossa Escola, e que somam aproximadamente duzentos, e se fôssemos relacionar to os alunos que passaram pelos bancos escolares do Ipinha e do Colégio Estadual Espírito Santo que são mais de três mil, alguns, professores, alguns, já ceifados pela Parca impiedosa, e quais rendemos, nesta hora, nosso comovido luto de saudade, não podemos, porém, aos furta declinar os nomes dos integrantes do 1º corpo do 1º e dos graduados da turma de ginasianos, ano de 1942.

Assim, no rol dos professores aparecem Samuel Antonio de Figueiredo, Otávio Tór Tracema Santos, Clotilde Ordoval Santos, Le Tóres e Silvio Santos, e a turma de formados, no mesmo ano, já que o ginásio começou a funcionar com as quatro séries simultaneamente está constituída pelos seguintes alunos: Mal Mandarino, Alfa Costa Alves, Zita Burch Du Ieda Costa Cunha e Trajano Augusto Saravá

O Ginásio Estadual de Jaguarão, veicula de conhecimentos de grau secundário — 1º ciclo, passou, no ano de 1949, a manter também o ciclo através do curso científico, cuja ta tu recebeu seu certificado em fins de 1961, eis que o estabelecimento de ensino, ao qual pertencemos, se denomina Colégio Estadual «Espírito Santo», justificando-se o final da denominação oficial como homenagem ao antigo e extinto Ginásio Espírito Santo, que funcionou no município de hoje, há aproximadamente meio século.

Tem significado especial no curso das condições e na história do Instituto P. Alegre — seu hino, verdadeiro cântico de paz e de unidade em sua simplicidade, em sua linguagem consorte de ligação entre o presente moço — cheio de ardor e de esperança — e o passado fidalgo experiência e de serenas realizações, traço unido entre a juventude e a maturidade, entre a Escola, instrumento de aproximação e do professor e o aluno:

«Na fronteira do Brasil, ergue a fronte gloriosa a Escola majestosa, nosso lar. Instituto Porto Alegre, nós seremos tuagl O teu nome, tua história, honraremos».

Senhores: A data festiva, a efeméride memorativa de hoje tem motivos soberbos, que seja grata aos corações de todos os jaguarenses — que realmente amam a sua terra a sua cidade, que se empolgam com nobres acontecimentos que vibram com os feitos, e que constituem as páginas vivas, incalculáveis, indeleveis eternas nos anais da heróica.

O corpo docente do nosso Educandário sente das graves responsabilidades que lhe são sobre os ombros, imbuído dos mais altísimos propósitos, e plenamente consciente de deveres que lhe são inerentes, não poderia ficar apático indolente ao edejejo de grato acontecimento, e por isso aqui está, e vê-se de nossa modesta e despretenciosa pala para associar-se às comemorações, a fim participar das festividades do vigésimo aniversário de Fundação do atual Colégio Estadual «Espírito Santo», e congratular-se com a Direção do estabelecimento com os alunos, com os pais e familiares, com os funcionários e amigos da Escola, com as autoridades e população em geral, por tão marcante ocasião — ocasião magnífica, oportunidade para ensino feliz de verdadeira, de sãdã contratação democrática, numa manifestação de monico entendimento, como, aliás, convém a blime, ao alcandorato ideal da fraternidade hu Calorosos parabéns — povo jaguarensis.

Congratulações efusivas — Direção, funcionários e corpo discente da Escola. Cumprimentos fervorosos — pais e família de alunos.

Respeitosas felicitações — autoridades militares e eclesásticas.

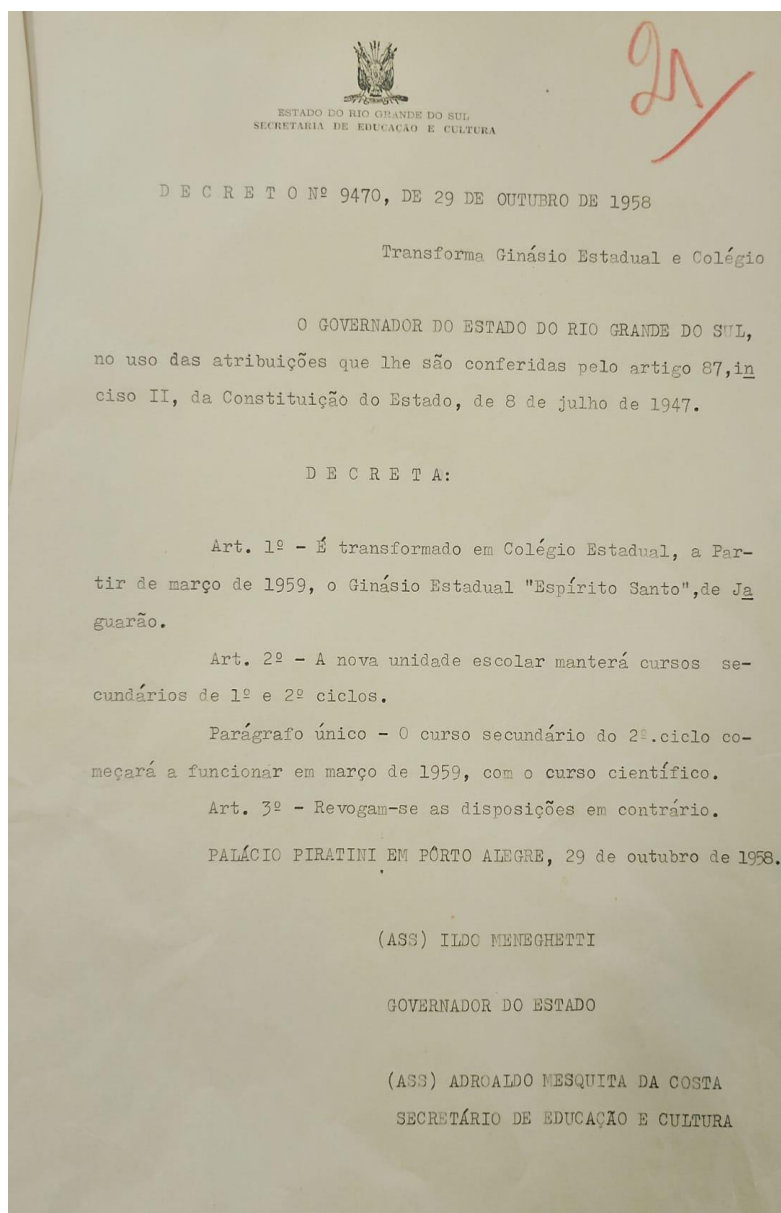
Salve: Colégio Estadual Espírito Santo.

A Fôlha

Jorge Abel Neto fez uma retomada do percurso histórico muito interessante e destaca pontos importantes da trajetória do IPA ao Colégio Estadual Espírito Santo.

A troca de Ginásio Estadual Espírito Santo para Colégio Estadual Espírito Santo deu-se no ano de 1959 por meio do Decreto nº 9.470. O Governador do Estado decretou a transformação, com a introdução do curso Científico, que hoje equivale ao Ensino Médio.

Figura 20 - Decreto de Transformação em Colégio IEEES



Fonte: Acervo escolar (2025).

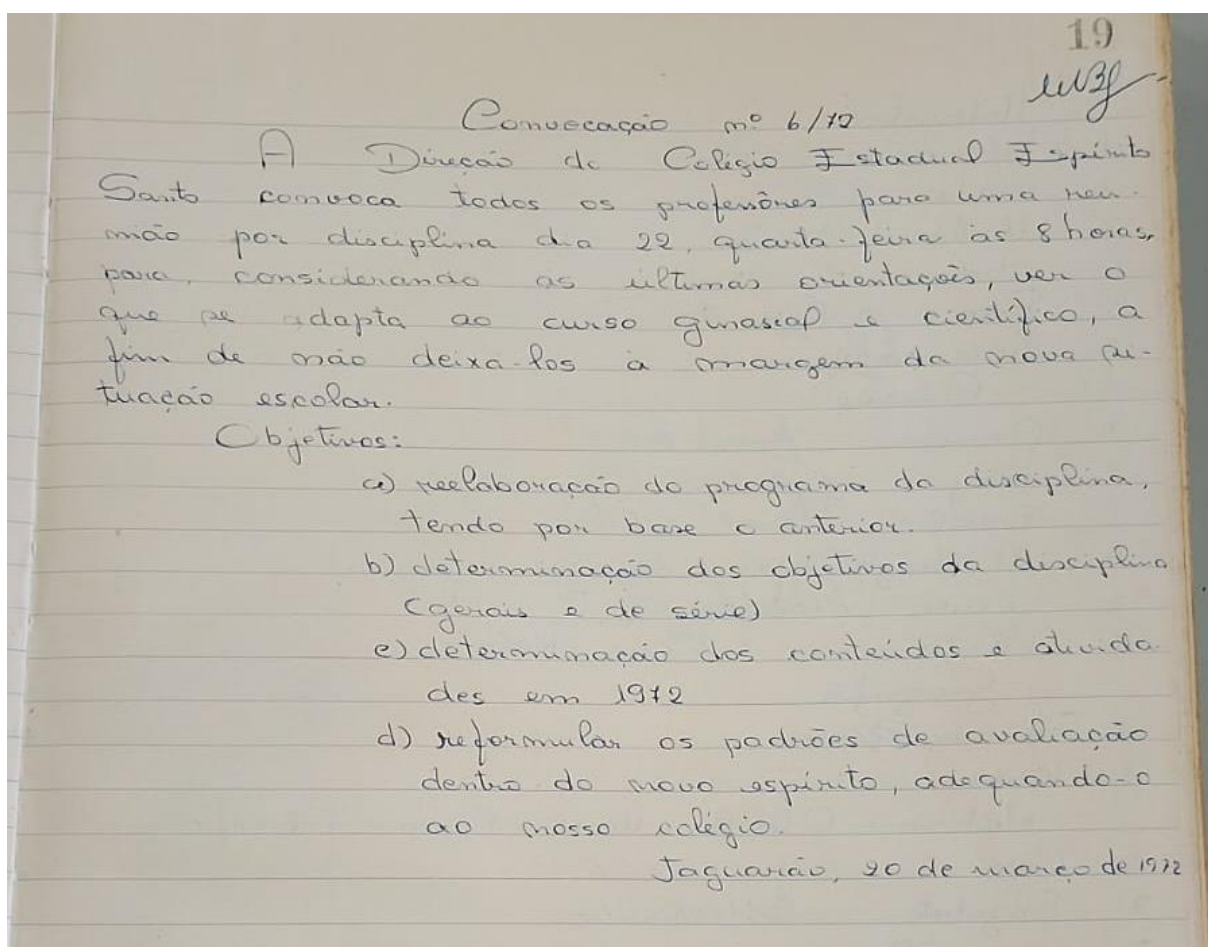
Todas essas transformações do Ginásio Jaguarão ao Colégio Estadual Espírito Santo realizaram-se no mesmo prédio em que o IPA se instalou. Em 1971, o Colégio

mudou-se para o prédio novo em que está atualmente, situado na Rua Duque de Caxias nº 1721.

Concomitante à mudança de prédio, a educação brasileira passava por grandes transformações nas políticas educacionais, promovidas pela Lei nº 5.692/71, que constituiu os níveis de ensino em 1º e 2º Graus. As escolas precisaram se adaptar ao novo contexto que o período ditatorial exigia integrando o anterior ensino primário, de cinco anos, com o ginásio de quatro anos. Assim, primário ensino de 1º grau passou a ter duração de oito anos, enquanto o 2º grau passou a ser profissionalizante, obrigatoriamente.

No livro de convocação de professores (1972, p.19) há registros da organização do Colégio referente às orientações do Conselho Estadual de Educação para a implementação da nova estruturação. Como pode ser observado na Figura 21:

Figura 21 - Registro de reunião para organização do ginásio e científico



Fonte: Acervo escolar (2025).

Ainda é possível observar, em outros documentos da Sala de Memórias, os efeitos diretos dessa política, por exemplo, a inclusão de disciplinas de caráter prático profissionalizante, como apontam os diários de classe com disciplinas de técnicas industriais e técnicas domésticas. Outras de caráter doutrinador do perfil ideal do trabalhador do regime militar, como Educação Moral e Cívica e também Organização Social e Política Brasileira.

Os quatro primeiros anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 representam um período de ajustes e adaptações em que o colégio buscou alinhar suas práticas pedagógicas, currículos e organização administrativa às novas diretrizes da reforma educacional. O momento exigia reestruturação interna, redefinição de objetivos formativos e adequação dos métodos de ensino às orientações propostas pela reforma.

É interessante ressaltar que, ao mesmo tempo que a LDB obrigou o ensino de 2º grau ser profissionalizante, não fornecia aportes financeiros, pois exigia que a implantação ocorresse com o mínimo de custos possível. Lei foi imposta, mas não auxiliou na estrutura para adaptação das escolas, tanto que alguns cursos profissionalizantes foram realizados no Conjunto Agropecuário Visconde da Graça em Pelotas, em regime de intercomplementaridade, ou seja, durante o período em que os alunos do Conjunto estavam de férias os alunos de Jaguarão faziam aulas práticas intensivas para aproveitar os recursos que não dispunham no Colégio.

A implantação do Ensino de 2º grau foi gradual e os cursos profissionalizantes foram se concretizando, como o pedido da habilitação do curso de Magistério na escola, em 1977, aprovado no mesmo ano. Vale ressaltar que já eram existentes os cursos profissionalizantes de auxiliar de Inspeção de Alimentos, Auxiliar de Inspeção de Leites e Derivados, Auxiliar de Carnes e derivados, Agente de Defesa Sanitária Animal, Visitadora Sanitária e Ornamentista de Interiores. Conforme declarado no documento administrativo referente à implantação do curso de Magistério:

Figura 22 - Implantação do Ensino de 2º Grau

IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU

5ª Delegacia de Educação
1ª Coordenadoria da SEC

**COLÉGIO ESTADUAL
ESPÍRITO SANTO**
JAGUARÃO - R. G. da S. U.

FICHA Nº 2 - : Dados Gerais da Escola
ESCOLA - : "COLÉGIO ESTADUAL ESPÍRITO SANTO"
MUNICÍPIO - : JAGUARÃO - RS

01 - ENDEREÇO
Rua: Duque de Caxias nº 1721 Bairro: C.F.: 83 CEP: 96.300 Tel.: 213

02 - DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
Federal Estadual x Municipal Particular

03 - MANTENEDORA
Nome: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Sede: PORTO ALEGRE

04 - HABILITAÇÕES PLEITEADAS
PLENEAS: 1.- MAGISTÉRIO DE ENSINO DE 1º GRAU DE 1ª à 4ª SÉRIE PARCIAIS: 1.-
2.- 2.-
3.- 3.-
4.- 4.-
5.- 5.-
6.- 6.-

05 - DADOS SOBRE OS CURSOS MANTIDOS E AS HABILITAÇÕES AUTORIZADAS

L. - CURSOS E HABILITAÇÕES	ESCOLA PÚBLICA				ESCOLA PARTICULAR				MATRÍCULA		
	CRIAÇÃO		AUTORIZAÇÃO		AUTORIZAÇÃO		RECONHECIMENTO		Manhã	Tarde	Noite
	2.º Nº do Par./CEE	3.º Nº do Decreto	4.º Nº do Par./CEE	5.º Nº da Port. e Orgão Expedidor	6.º Nº do Par./CEE	7.º Nº Port. Org. Exped.	8.º Nº do Par./CEE	9.º Nº Port. Org. Exped.			
a. Científico (Extinção DEZ.1975)	Não tem	9470/58 de 29/10/58	Não tem	Não tem	-	-	-	-	Extinção-DEZ/1975		
b. Auxiliar de Inspeção de Alimentos	-	-	86/74	7222/74/SEC	-	-	-	-	57	-	-
c. Auxiliar de Inspeção de Leite e Derivados	-	-	86/74	7222/74/SEC	-	-	-	-	36	-	-
d. Auxiliar de Inspeção de Carne e Derivados	-	-	86/74	7222/74/SEC	-	-	-	-	18	-	-
e. Agente de Defesa Sanitária Animal	-	-	86/74	7222/74/SEC	-	-	-	-	56	-	-
f. Visitadora Sanitária	-	-	86/74	7222/74/SEC	-	-	-	-	47	-	-
g. Ornamentista de Interiores	-	-	86/74	7222/74/SEC	-	-	-	-	36	-	-

15/ 09/ 1977

Assinatura do Diretor: Maria Amélia Bretanha Jacques Nome: Maria Amélia Bretanha Jacques

Assinatura da Comissão Verificadora: Perito Nome: Maria Helena Affonso Martins

Assinatura de Outros membros:
Tereza Maria Seifriz Badia Assinatura Nome
Maritana Viana Silveira Assinatura Nome

Registro nº 63/SEC
- Nº do Registro e Órgão Expedidor

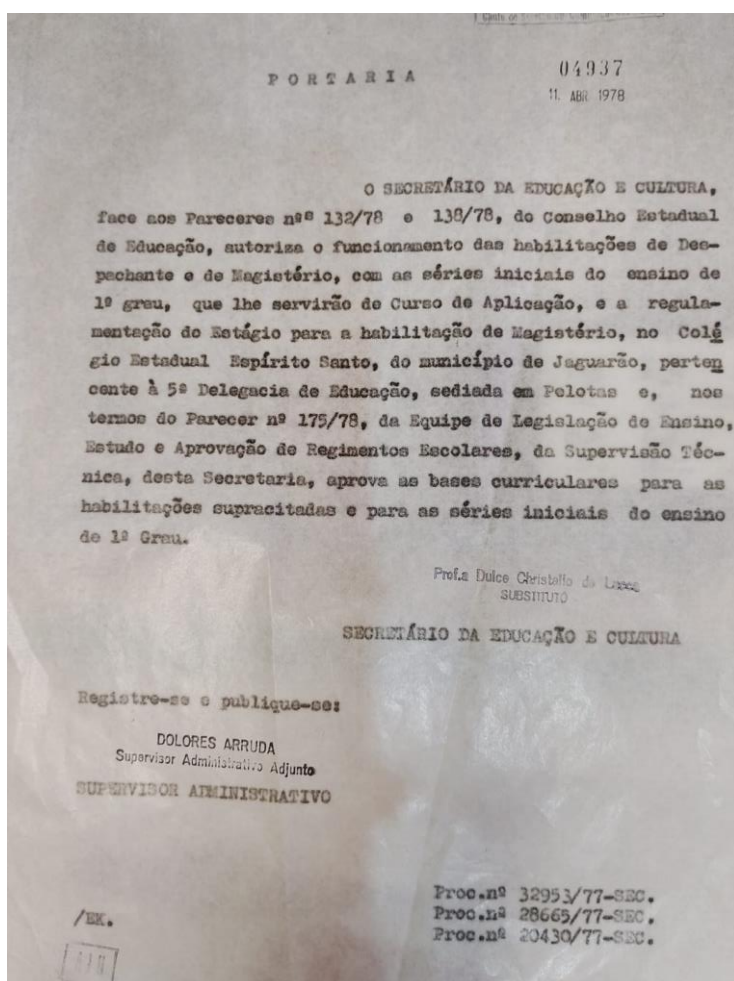
PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO VERIFICADORA
A Comissão Verificadora declara haver examinado os comprovantes dos dados registrados nesta ficha pela direção da Escola e faz a seguinte observação:
quanto às HABILITAÇÕES:
A Portaria 7222/74/SEC autoriza apenas estas 6 HABILITAÇÕES, indicadas no item 05. O Colégio Estadual Espírito Santo solicitara, além destas, outras cinco. Embora o Parecer 86/74/CEE de 09/12/74 tenha sido favorável à implantação das onze HABILITAÇÕES solicitadas, o Parecer 66/74/EE/SUT de 18/02/74 que aprova o Plano Pedagógico do Colégio Estadual Espírito Santo, reduz as HABILITAÇÕES para as 6 aqui citadas.

Fonte: Acervo escolar (2025).

Esse registro evidencia também o papel mediador da direção e da supervisão pedagógica com a política pública e a realidade escolar. O conjunto desses registros permite compreender como a reforma se materializou no cotidiano escolar, transformando suas práticas em um novo cenário educacional.

Em 1978, a Portaria 04937 evidencia os rumos que o Colégio estava tomando dentro da lógica de profissionalização rápida e de baixo custo. Essa Portaria autorizou o funcionamento de uma nova habilitação, o curso de Despachante, além do Magistério de ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série, aprova o regulamento de estágio do mesmo. As séries iniciais de 1º grau também foram aprovadas na escola, e serviriam como recurso para aplicação do estágio do magistério. Como pode ser visto abaixo:

Figura 23 - Portaria que aprova as habilitações de despachante, magistério de ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série e aprova o regulamento de estágio

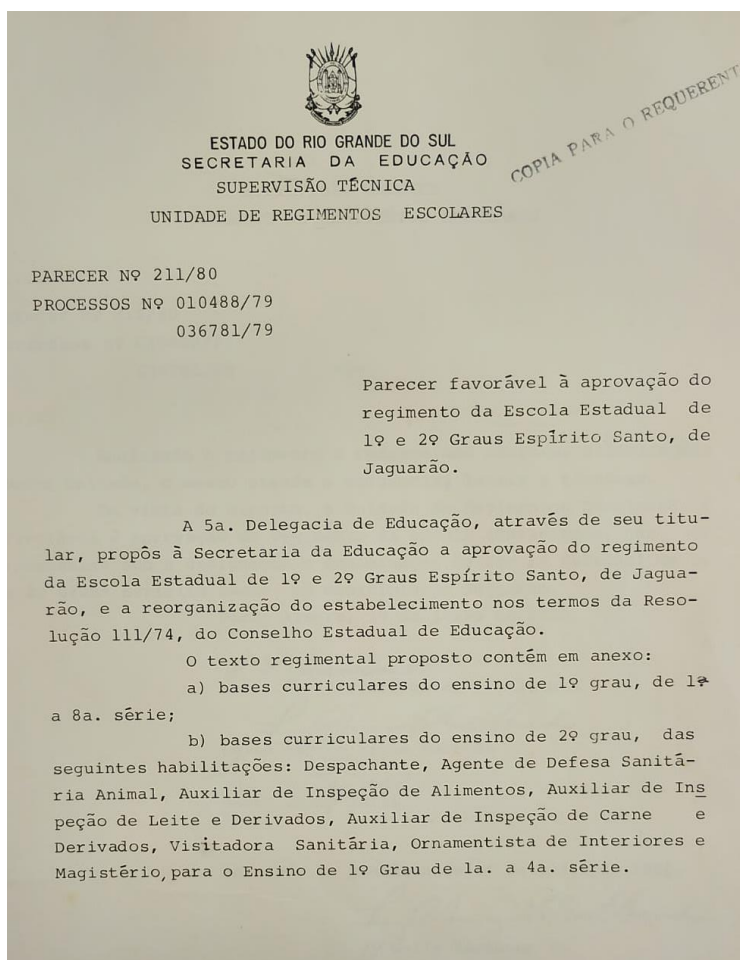


Fonte: Acervo escolar (2025).

O Regimento dessa nova estruturação foi aprovado no ano de 1980, pela estruturação das bases curriculares de 2º grau com as habilitações do

estabelecimento e as bases curriculares do ensino de 1º grau, como é possível verificar no Parecer nº 211/80:

Figura 24 - Aprovação do Regimento de 1º e 2º grau



Fonte: Acervo escolar (2025).

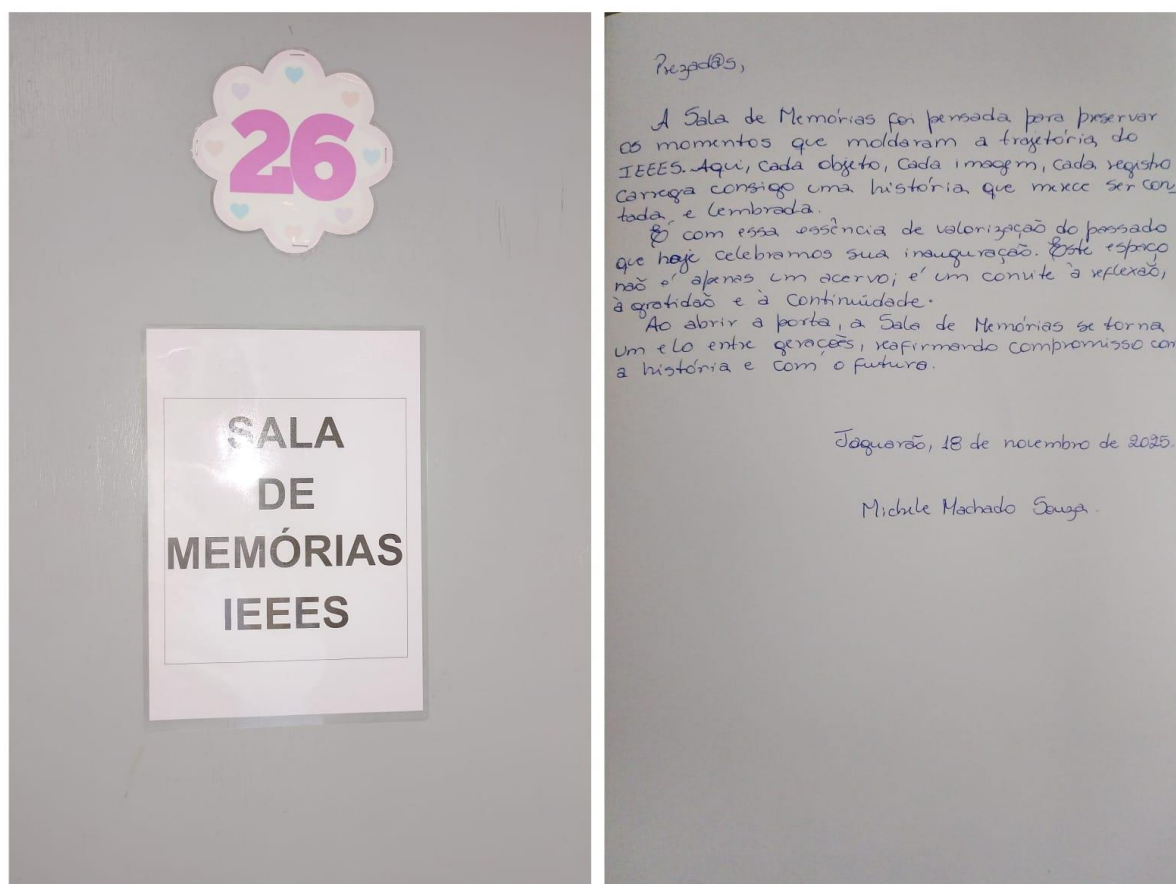
O Regimento entrou em vigor no ano letivo seguinte à sua aprovação e assim a denominação oficial de Escola Estadual de 1º e 2º grau Espírito Santo ocorreu a partir de 1981 e vigorou até o ano de 2001, quando tornou-se o Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, possivelmente por ter contemplado o curso de Magistério. Este processo deu-se na reorganização da educação determinada pela nova LDB, a Lei nº 9.394/96, que marcou a transição do modelo antigo para as novas diretrizes nacionais ainda mantendo a escola como formadora de professores, apesar da orientação para que esta venha a ser feita na Educação Superior.

5.3.2 Inauguração

A inauguração da Sala de Memórias, realizada em 18 de novembro de 2025, representou a culminância do percurso investigativo e a efetivação dos objetivos propostos nesta dissertação. Ao materializar a organização do acervo escolar e a criação de um espaço destinado à preservação e difusão da história institucional, a inauguração evidenciou o atendimento ao objetivo geral de promover a patrimonialização escolar como prática educativa. A seguir estão alguns registros da inauguração.

A Figura 25 evidencia a placa de identificação fixada na porta de entrada da Sala e o texto da ata de abertura:

Figura 25 – Identificação e ata de abertura



Fonte: Registrado pela autora (2025).

A Figura 26 registra um dos momentos marcantes da inauguração, evidenciando grande participação e envolvimento da comunidade escolar:

Figura 26 – Recepção dos alunos



Fonte: Registrado pela autora (2025).

Observa-se os alunos em grupos circulando pelo espaço, atentos aos materiais dispostos, enquanto acompanham através do Guia de visitação. As fontes estão organizadas de forma acessível, favorecendo a leitura, a observação e o diálogo.

Figura 27 - Circulação entre as categorias



Fonte: Registrado pela autora (2025).

O ambiente organizado e acolhedor, recebeu os visitantes em pequenos grupos, que aguardavam para entrar e circular pela Sala de Memórias. A movimentação intensa revela que a inauguração consolidou as expectativas, transformando a Sala em um espaço vivo de aprendizagem, diálogo e valorização da história.

Dessa forma, a inauguração configurou-se não apenas como um evento simbólico, mas como um desdobramento completo da pesquisa, reafirmando a memória escolar como instrumento formativo, identitário e educativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a constituição histórico-pedagógica do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, no marco temporal de 1952 a 1975, proporcionou a compreensão das políticas educacionais em conjunto com as transformações pedagógicas da escola. Embora o recorte cronológico desta pesquisa esteja delimitado, identificou-se a necessidade de utilizar documentos e registros produzidos em período anterior e posterior a esse intervalo. A memória e a cultura escolar não se constroem de forma linear e estática, mas através de permanências, ressignificações e releituras produzidas ao longo do tempo.

Durante o período de 1952 a 1975 a escola atravessou transformações significativas como a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, Lei nº 4.024, e da Reforma da LDB em 1971, que instituiu o ensino de 1º e 2º Graus, através da Lei nº 5.692. Importante ressaltar o momento político do regime militar instaurado em 1964, que perdurou até 1985 e influenciou diretamente o ensino dos quatro primeiros anos analisados nessa pesquisa. O ensino que era humanista, mudou para tecnocrático e esse modelo impactou tanto no cotidiano da escola quanto a formação de professores, bem como a gestão da educação.

A pesquisa evidenciou que a trajetória do Instituto não se construiu de maneira isolada, mas profundamente articulada à dinâmica histórica do município, às demandas da comunidade jaguareense e às mudanças políticas e educacionais do país.

Ao longo da investigação o IEEES consolidou-se como uma das principais referências educacionais de Jaguarão, exercendo papel central na formação de professores e na escolarização de diferentes gerações. A instituição acompanhou e refletiu as transformações vivenciadas pela própria cidade, marcada por sua condição fronteiriça, por intensas trocas culturais e por um significativo papel regional no Sul do Rio Grande do Sul.

Nesse percurso, a Sala de Memórias do IEEES consolidou-se, nesse contexto, como fonte histórica e como espaço educativo de preservação da cultura escolar. Além de ter especial relevância para Jaguarão, representa um esforço de preservação da memória escolar e da memória da própria cidade. O acervo da Sala de Memórias também guarda aspectos da vida social, cultural e educativa jaguareense.

Assim, a Sala configura-se como um espaço educativo, formativo e identitário para Jaguarão. Ao possibilitar o contato com a história da instituição e da formação docente, o espaço favorece a reflexão sobre o papel social da escola na cidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento de estudantes, professores e moradores. A memória escolar articula-se à memória urbana, permitindo compreender como o IEEES contribuiu para o desenvolvimento educacional, cultural e social de Jaguarão ao longo das décadas.

Como pedagoga, percebo que cada decisão pedagógica carrega ecos do passado e projeta horizontes para o futuro. Essa percepção pedagógica orientou a seleção das fontes, a análise dos documentos e a interpretação das práticas educativas, possibilitando reconhecer permanências, rupturas e ressignificações na cultura escolar ao longo do tempo. A inserção profissional no campo educacional e o vínculo com a comunidade favoreceram o diálogo com professores, ex-alunos, gestores e demais sujeitos, cujas narrativas enriqueceram o estudo e fortaleceram seu caráter coletivo, formativo e reflexivo.

Nesse sentido, a pesquisa assume um caráter que ultrapassa a análise distanciada da história institucional, ao me reconhecer como construtora do processo investigativo e parte integrante do movimento de patrimonialização da memória escolar. Tal posicionamento reafirma o compromisso ético, político e social da Pedagogia com a valorização da história da educação, da identidade docente e das trajetórias individuais e coletivas que constituem a escola pública.

Entende-se que essa pesquisa, ao provocar a comunidade escolar à preservação da memória, contribui para fortalecer os vínculos entre história, identidade e pertencimento, promovendo uma educação comprometida com a valorização da trajetória individual e coletiva do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo. Assim, avalio que a pesquisa atendeu os objetivos de compreender e analisar o patrimônio cultural da instituição, evidenciando a cultura escolar e as práticas educativas como fonte historiográfica; destacar o espaço escolar como lugar de memórias e histórias, para entender a trajetória e desenvolvimento escolar, bem como sua contribuição para a sociedade; instigar a comunidade escolar a tornar-se fonte de preservação da instituição, através da Sala de Memórias.

A pesquisa não se encerra em si mesma: ela se projeta como prática educativa e política, capaz de instigar novos olhares sobre a escola pública e sobre a importância da valorização da memória como elemento formativo.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário Pires. Roque Spencer Maciel de Barros defensor da escola pública. **Educação E Pesquisa**, 25(1), p. 167-169, 1999. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1517-97021999000100013>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 20205.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.33662/ctp.v11i02.15006>>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 667**, de 16 de agosto de 1890. Cria o estabelecimento de ensino profissional chamado *Pedagogium*.

BRASIL. **Lei nº 5.452**, de 1 de março de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 7.044**, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 26 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação**. IN: Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa: Iphan, 2013.

COUTINHO, Ticiania Patricia da Silveira Cunha; SILVA, Rosália de Fátima e. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE 1964 A 1984: A DUALIDADE ESTRUTURAL COMO UMA REALIDADE. **Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional**, 2015. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-40.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CRUZ, Adelina Maria Alves Novaes e; GARRIDO, Ayra Guedes; ALVES, Carolina Gonçalves; OLIVEIRA, Daniele Chaves Amado de; SILVA, Gabriel Cardoso Borges; LIMA, Ninna de Araújo Carneiro; CASTRO, Renan Marinho de; BLANK, Thais Continentino. **Memória e Patrimônio: conceitos e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

CUNHA, L.A.; GÓES, M. de. 7.ed. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. **Revista História da Educação – RHE**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 293-296, set./dez., 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila.

ENSSLIN, Anna Beatriz Ereias. **Uma missão educativa metodista: o Instituto Porto Alegre – Departamento de Jaguarão 1942-1952**. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ESCOLANO, Agustín Benito. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**. v. 16, n. 1 (46)- jan./abr.2005. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2293/46-dossie-felgueirasml.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 67-92, jan./abr. 2011.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Educação Brasileira no Período 1960-2000: de JK a FHC**. 2010. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/108>>. Acesso em: 5 mai. 2025.

FRAGO, A. Viñao. La historia material e inmaterial de la escuela: memoria, patrimonio y educación. **Educación**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 7-17, jan./abr. 2012.

FRAGO, A. Viñao. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: ALMUIÑA FERNÁNDEZ, C.; ARBAT, T.C.; ARTOLA, M.; MARTÍN, J.A.M.; MOLINA, M.G.; TAVERA, S.; VILLARES, R.; VIÑAO FRAGO, A.; BERAMENDI, J.G.; GUEREÑA, J.-L.; SERRANO, C.S. (Orgs.). **Culturas y civilizaciones: III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998.

FRAGO, A. Viñao. MEMORIA, PATRIMONIO Y EDUCACIÓN. **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v. 15, n. 34, Jan./abr. 2011 p. 31-62. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/20100>>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação** – São Paulo: Cortez, 2000.- 2. ed. rev. – (Coleção magistério). 2º grau. Formação do professor).

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula** / Paulo GhiraldeLLi Jr. -- 2. ed. -- Barueri, SP: Manole, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Dalva Maria Alves; MARQUEZ, Nakita Ani Guckert. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, maio-ago. 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.14393/REP-2020-51940>>. Acesso em: mai. 2025.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira; MORAES, Luana Aparecida; BEZERRA, Vinicius Ramos. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A REPETIÇÃO DA HISTÓRIA: a primeira como tragédia e a segunda como farsa. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 14, p. 01 - 25, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.24065/re.v14i1.2612>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial; IPHAN, 1999. 120p.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF, 2018.

ICOM. Comitê Brasileiro do ICOM – **ICOM BRASIL** (International Council of Museums), 2022.

Disponível em: < https://www.icom.org.br/?page_id=12 >. Acesso em: 25 mai. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação patrimonial: **educação, memórias e identidades** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa, Iphan, 2013. 108 p. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

JULIA, D.. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001. Disponível em:

<<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>> Acesso em: 09 mai. 2024.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.], Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LIVRO ATAS DE CONGREGAÇÕES Nº 1. Inauguração Oficial do Ginásio de Jaguarão. 1942.

MACHADO, Carlos José de Azevedo. **O Gymnasio Espírito Santo e a atuação da Ordem Religiosa Premonstratense em Jaguarão, RS, Brasil (1901-1914)**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2024.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANSOUR, Renata Nascimento y. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO AÇÃO POLÍTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA**. In: Textos completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. Elis Regina Barbosa Angelo (ORG). Porto, Portugal: Cravo, 2021.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, 1, p. 71-84, 2006. Disponível em <<http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/40/40>>. Acesso 20 jul. 2024.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-posições**, v. 16, n. 1, p. 103-116, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3368>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MORAES, Raquel de Almeida; PEREIRA, Eva Waisros; TAUNAY, Maria Paula Vasconcelos. Dossiê Paulo Freire: Um projeto-piloto de alfabetização de adultos – de Brasília para o Brasil. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 104, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5562>>. Acesso em: 03 mai. 2025.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, 10, 7-28, 1993.

NÓVOA, António, (1996). **História da educação: percursos de uma disciplina**. Análise Psicológica, Lisboa, nº 4, p. 417-434, 1996. Disponível em <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3198/1/AP_1996_4_417.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. “Com o mar por meio”: patrimonialização escolar em instituições educativas luso-brasileiras. **Revista História da Educação**. v.27, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/heduc/a/DH6TQzNyzS7Hb8TVbSFNQJN/>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

O COLÉGIO ESTADUAL ESPÍRITO SANTO 20 anos de sua fundação. Jornal A FÔLHA, Jaguarão, 19 mai. 1962.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; SILVA, Alexandra Lima da. Memória e patrimônio na história da educação: possibilidades e desafios. **Cadernos de História da Educação**, v.18, n.2, p. 425-444, mai.- ago. 2019.

PEREIRA, Marcele R. N. Museus escolares: trajetória histórica e desafios à luz da museologia social. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 51, p. 96-118, 2019.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande**, MS, n. 38, p. 237-250, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/750>>. Acesso em: 10 dez. 2025.

PNEM. **Política Nacional de Educação Museal: relatório de gestão 2003-2006** / Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. _ [Brasília]: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. 144 p. Disponível em: <<https://pnem.museus.gov.br/>> Acesso em: 7 dez. 2023.

POSSAMAI, Zita Rosane. Exposição, Coleção, Museu Escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 103-119, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.43467>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

POSSAMAI, Zita Rosane; WITT, Nara Beatriz. Ensino e Memória: os museus em espaço escolar. *Rev. Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 29, n. 44, p. 7-15, Jun/2016 Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RIBAS, Adrielly. **Paulo Freire e a educação museal: dos vínculos históricos às ações para o esperar** / Fernanda Castro [et al]. (Orgs.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2022.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar** / Maria Luisa Santos Ribeiro — 12. ed. — São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea).

ROSSI, C. M. S. Educação Patrimonial e História da Educação: contribuições para a formação de professores. *Horizontes*, v. 35, p. 113–120, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.122>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SANTOS, Monica Costa. As ideias de Geraldo Bastos Silva veiculadas em periódicos brasileiros, nas décadas de 1950 e 1960. **Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade – EDUCON – 22 e 24 de setembro de 2021**, vol xvi, n.4, set 2022. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.29380/2021.15.04.19>>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** — Antônio Joaquim Severino. — 21. ed. rev. e ampl. — São Paulo : Cortez, 2000.

SCIFONI, Simone. CONHECER PARA PRESERVAR: UMA IDEIA FORA DO TEMPO. *Rev. CPC*, São Paulo, n.27 especial, p.14-31, jan./jul. 2019.

SILVA, Camila Marchi da. Museu Pedagógico Nacional – Pedagogium, uma vitrine comercial (Rio de Janeiro, Brasil / 1890-1919) **Cadernos de História da Educação**, v.21, p. 1-20, e106, 2022.

SOUZA, Katia Reis; SANTOS, Maria Blandina Marques dos. Pedagogia da democracia: a educação da classe trabalhadora nos primeiros escritos de Paulo Freire. **Pro-Posições** | Campinas, SP | V. 35 | 2024. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2023-0089BR>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

WUNSCH, Luana; MARTINEZ, Flávia Werrzyn Magrinelli; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. Denice Catani: notas de leitura sobre memória, história e formação docente. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 24, n. 80, p. 156-169, jan. 2024. Disponível em <<https://doi.org/10.7213/1981-416x.24.080.ds10>>. Acesso em: 08 set. 2024.

ANEXOS

Anexo 1 – Guia de Visitação

SALA DE MEMÓRIAS IEEES



GUIA PRÁTICO DE VISITAÇÃO

BEM-VINDOS à Sala de Memórias IEEES

É com entusiasmo que lhes recebemos em visita a este espaço dedicado a conhecer, lembrar e preservar a história, lutas e conquistas que fazem parte da trajetória do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo.

A partir da Exposição “Lembrar para educar, Educar para Transformar” buscamos a preservação e valorização da memória escolar, e através de suas fontes, retomar as práticas pedagógicas, histórias, objetos e documentos que marcaram momentos distintos da educação. É um convite a reconhecer e refletir sobre a trajetória percorrida pela instituição.

Esperamos que seja uma experiência enriquecedora pois, educar para a memória é semear a consciência crítica e transformadora. Aqui cada memória é semente. Este Guia é de uso coletivo, por favor, ao terminar de utilizá-lo coloque-o na mesa de entrada.

ORIENTAÇÕES

Para compreender a exposição cada área foi possui uma cor de identificação e denominação, assim as setas indicam a ordem de partida da exposição. A primeira área representa a cultura escolar *Memórias vivas* representadas pela cor azul em suas etiquetas. Seguindo o semicírculo estão os objetos escolares *Objetos que ensinam*, em vermelho. Em amarelo estão *A história que se lê*, representando os materiais didáticos, em verde os documentos históricos intitulados de *Papéis que contam histórias*. Por fim, em marrom, estão documentos e objetos com o título *A história ainda continua*, que fazem parte da história escolar que não entraram nas análises.

A seguir estão as fichas de identificação com o contexto histórico-educativo de cada material exposto para tornar a experiência mais significativa.

Memórias vivas

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 1
TÍTULO: Álbum de fotografias dos formandos
DATA/PERÍODO: 1945
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Álbum dos formandos do Ginásio de Jaguarão Departamento do instituto Porto Alegre. Contém o Hino do Ipinha, registro do paraninfo civil Dr. Oscar Machado – Reitor (sem foto), fotografias: do paraninfo religioso Rev. Dr. Derly de Azevedo Chaves, dos homenageados, do diretor Dr. Wilson Fernandes e dos formandos.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 2
TÍTULO: Turma dos formandos do Ginásio de Jaguarão – IPA
DATA/PERÍODO: 1948
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Álbum dos formandos do Ginásio de Jaguarão Departamento do instituto Porto Alegre, Hino do Ginásio. Contém as fotografias do paraninfo civil Frederico Guilherme Radunz, paraninfo religioso Rev. Walter Antunes Braga, diretor do Ginásio Prof. João Corrêa Lima e o inspetor federal Rev. Irmão Benildo, os homenageados e formandos.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 3
TÍTULO: Turma da noite dos formandos do Ginásio de Jaguarão – IPA
DATA/PERÍODO: 1949
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Álbum dos formandos do turno da noite do Ginásio de Jaguarão Departamento do instituto Porto Alegre, Hino do Ginásio. Contém as fotografias: do paraninfo civil Prof. Walter Costa Lopes, paraninfo religioso Rev. Prof. Diamantino Bueno, diretor do Ginásio Prof. João Corrêa Lima e o inspetor federal Dr. Jacó José Parmagnani, os homenageados e formandos. Existem mais dois álbuns iguais da mesma turma e do mesmo ano.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 4
TÍTULO: Álbum de formatura em madeira
DATA/PERÍODO: 1955
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O álbum, ainda que não preenchido com fotos, textos ou anotações, preserva registros visuais significativos do período em que o IPA esteve alocado no prédio do Colégio Carlos Alberto Ribas. As fotos documentam os espaços de uso comum e cotidiano, compondo um padrão das condições materiais e do ambiente escolar da época.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 5
TÍTULO: Álbum de formatura em madeira
DATA/PERÍODO: 1958
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Álbum dos formandos de 1958, contém registros fotográficos do paraninfo Sr. José Maria B. Marques, homenageados de honra a Prof. de história Nilza Velasquez, homenageado especial Prof. de Francês Estefano Roncato, Diretor Dr. Pe. Octávio Gurgel, Vice-diretor e Prof. de Latim Pe. Márcio Prebianca, na sequência estão o Pe. Carlos Jobannes professor de Religião, Dr. Jorge Abel Neto de Português (com registro de 11 de dezembro de 1958), Dr. João S. Carriconde de Inglês, Cap. Paulo Lippolis de Ciências, Ary Vaz Kussler de Ciências, Suelly Lima Lopes de Desenho, Giselda Iponema Matemática, Terezinha Maliana Costa de Geografia (com registro de 9 de dezembro de 1958), Leonete Cavalcanti de Economia Doméstica, Verdina R. Souza Soares de Canto Orfeônico, foto dos formandos, e fotos da solenidade da entrada no teatro, dos formandos e da mesa de autoridades, da oradora da turma, do coquetel, e dos formandos entrando no clube Jaguareense. O álbum todo escrito à mão reforça a dimensão simbólica e artesanal desse registro valioso da cultura escolar destacando também a relação institucional, religiosa e social.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 6
TÍTULO: Caixa com álbuns temáticos
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A caixa apresenta álbuns de fotografias de diferentes eventos e períodos, reúne imagens que representam as práticas culturais, ocasiões de socializações com a comunidade escolar e representações simbólicas do coletivo. Essa caixa registra a vida escolar em múltiplos aspectos.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 7
TÍTULO: Negativos de fotos
DATA/PERÍODO: 2004
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Os negativos fotográficos ajudam a compreender a constituição da memória escolar, visto que a matriz preserva momentos de grande valor cultural.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 8
TÍTULO: Foto de representantes da escola na missa crioula
DATA/PERÍODO: 1985
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Missa crioula faz parte dos festejos alusivos à Semana Farroupilha, contribuindo para manter viva a cultura gaúcha, o que mantém o sentimento de pertencimento e identidade cultural. A foto está em um porta retrato em moldura de prata.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 9
TÍTULO: Prêmio de qualidade
DATA/PERÍODO: 2001
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Recebeu um troféu do prêmio Master Empresarial e Profissional, em 2001, por reconhecimento de excelência institucional e valorização da comunidade escolar.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 10
TÍTULO: Cartão postal com dedicatória
DATA/PERÍODO: 1993
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Cartão postal recebido da Professora Zilda em homenagem ao Dia do professor, ressaltando as trocas afetivas entre escola e comunidade.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 11
TÍTULO: Álbum de fotografias de festividades
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O álbum reúne registros fotográficos de eventos comemorativos, celebrando páscoa, natal, junina, gincana e confraternizações na escola. As imagens apresentam momentos culturais e fortalecimento de vínculos interpessoais.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 12
TÍTULO: Pasta com fotografias
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Pasta contendo fotografias coladas em papel timbrado da Prefeitura Municipal de Jaguarão. As fotos retratam a estrutura do espaço escolar e uma releitura em xerox com apontamentos relacionados às condições físicas do prédio.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 13
TÍTULO: Pasta de fotografias da escolha Garota IEEES, Madrinha da banda, e desfiles cívicos
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Pasta contendo fotografias que evidenciam as práticas culturais e comemorativas da escola com a escolha da Garota IEEES e da Madrinha da banda, e dos tradicionais desfiles cívicos da escola.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 14
TÍTULO: Fotos dos seminários do curso do magistério e do curso normal e atividades culturais
DATA/PERÍODO: 1998-2003
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Registros dos participantes do I Seminário do Magistério com o tema: Semeando o conhecimento no ano de 1998 com fotos até 2003 dos seminários, III Seminário do curso Normal em 2002 e IV Seminário, mas com a data de registro na foto em 2001. Atividades culturais de teatro e sarau literário.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 15

TÍTULO: Fotos da escola
DATA/PERÍODO: 2013
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Registros feitos pelos alunos de diferentes ângulos da escola, incluído turmas do 6º ano do fundamental ao 3º ano do ensino médio.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 16
TÍTULO: Fotos do IPA e do Colégio Estadual Espírito Santo
DATA/PERÍODO: 1948 -1960
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Fotos de confraternizações do IPA, dormitórios e de uma sala de aula (sem data específica), desfile cívico do IPA, festividade do 20º aniversário do Colégio Estadual Espírito Santo, foto da formatura das Professoras Lélia e Daria e registrada pelo colega Octávio “Junes” em 1960, quando tomou posse como Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Sul Riograndense de Pelotas em 12/12/1960, e fotos soltas repetidas do álbum número 3.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 17
TÍTULO: Recorte de jornal Correio do Povo
DATA/PERÍODO: 2004
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O recorte denota a vinda de ex-alunos do Ipinha, residentes em Porto Alegre, para as comemorações do 62º aniversário do ginásio jaguarense.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 18
TÍTULO: Convites de formaturas

DATA/PERÍODO: 1960-1994-1999-2005

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Os convites marcam diferentes momentos em suas temporalidades, cada qual com sua linguagem e elementos visuais. A função vai além de registrar as celebrações de cada turma formanda, pois evidencia os valores sociais e educacionais de sua época, representando a identidade escolar de cada turma, e enfatiza a importância da memória afetiva ao final de um ciclo e o início de outro.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 19

TÍTULO: Jornal Espírito do Saber

DATA/PERÍODO: 2004-2005

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Trata-se de um jornal escolar com dois anos de edição, o primeiro em 2004 com sete exemplares e o segundo em 2005 com VERIFICAR AMANHÃ. Neles estão textos literários, momentos escolares, reflexões, notícias, ou seja, representa diferentes maneiras de comunicação e é uma fonte de expressões de ideias e do cotidiano comunitário.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 20

TÍTULO: Certificados recebidos pela comunidade

DATA/PERÍODO: 2002-2003-2004-2005-2016-2018

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Os certificados recebidos pela escola refletem o reconhecimento da comunidade por suas contribuições à sociedade, destacando a valorização institucional da escola.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 21

TÍTULO: Escudos pequenos “Jaguarão CES” e “EEES”

DATA/PERÍODO: -

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Representam a identidade visual da escola, eram usados em uniformes e/ou materiais escolares que identificassem a qual escola pertenciam. Além disso, os brasões davam prestígio à escola e projetavam a escola na sociedade.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 22

TÍTULO: Clarim

DATA/PERÍODO: -

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Esse instrumento fez parte da banda escolar, e reforça a importância e a dimensão cultural da música como expressão coletiva de comunicação, e representa a memória musical da escola. O instrumento foi recuperado e doado à escola.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 23

TÍTULO: Uniforme

DATA/PERÍODO: 2025

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

O uniforme escolar tem por função promover igualdade social, pois diminui as diferenças econômicas. Além de gerar economia para os responsáveis dos alunos e representar a ideologia da rede estadual de ensino.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 24

TÍTULO: Livro de Ouro

DATA/PERÍODO: 1970

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

O livro conta com um pequeno texto introdutório solicitando auxílio da comunidade para aquisição de instrumentos para banda, assim como foi feito para a construção do prédio novo do colégio. No livro estão reunidas dezenas de assinaturas, o que demonstra a mobilização social da comunidade em torno da escola.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 25

TÍTULO: Flâmula do Colégio Espírito Santo e do IPA

DATA/PERÍODO: -

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

As flâmulas simbolizam o orgulho e o sentimento de pertencimento escolar, utilizadas em desfiles cívicos, assim como em eventos culturais para identificar publicamente a instituição escolar.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 26

TÍTULO: Bandeiras do Colégio Espírito Santo

DATA/PERÍODO: 1958

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

As bandeiras escolares são símbolos que representam as tradições, os valores, a identidade em diferentes tipos de eventos comemorativos. Os elementos gráficos em suas bandeiras evidenciam a sua história e sua missão educativa. Está escrito, em ambas bandeiras, a frase "*Ferenses Lucen*", que traduzido do latim significa "Portador da Luz". Assim, a escola toma a responsabilidade de formador intelectual, social e cultural. A Bandeira que em suas extremidades apresenta franjas foi ofertada pelos formandos do ano de 1958.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 27

TÍTULO: Quadro de foto

DATA/PERÍODO: -

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

O quadro não apresenta um contexto específico de identificação visual de um evento, mas é possível perceber que se trata de uma turma da escola majoritariamente feminina.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 28

TÍTULO: Quadro de foto do Magistério

DATA/PERÍODO: 1991

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

A foto é da turma do Magistério no ano de 1991 em uma fotografia tirada no portão de entrada da escola.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 29
TÍTULO: Quadro recebido da escola Carlos Alberto Ribas
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O quadro carrega em si um valor simbólico como marca de respeito e reconhecimento institucional entre instituições, pois reconhece as trajetórias e contribuições na formação de cidadãos.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 30
TÍTULO: Destaque imprensa
DATA/PERÍODO: 1990
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A Sociedade Rádio Cultura e o jornal A Folha concederam, em 23 de novembro de 1990, uma placa metálica como prêmio de Destaque Imprensa à Escola Estadual Espírito Santo. Essa premiação demonstra o papel social da instituição e sua presença na história local.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 31
TÍTULO: Placa de 57 anos de EEES
DATA/PERÍODO: 1999
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Placa em comemoração dos 57 anos do EEES em 11 de maio de 1999. Essa homenagem marca o orgulho e a dedicação da escola para a comunidade escolar, como meio de transformação social e cultural.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 32
TÍTULO: Quadro em homenagem aos 60 anos de IEEES
DATA/PERÍODO: 2002
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Os alunos do 1º ano PT homenagearam a escola pelos seu 60º aniversário em um texto poema ressaltando a sua origem até a data de aniversário 11 de maio de 2002. O ato simboliza a valorização da memória institucional e o reconhecimento do percurso histórico.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 33
TÍTULO: Quadro em agradecimento Brasil-Uruguai
DATA/PERÍODO: 1981
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Agradecimentos da Comissão Patriótica e Forças Vivas de Rio Branco- Uruguai à participação da escola nas festividades relativas ao 170º aniversário da Batalha de Las Piedras e o Dia do Exército Nacional. O que evidencia a relação de amizade e cooperação entre os países fronteiriços e o quanto a educação aproxima a integração cultural entre as duas cidades.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 34
TÍTULO: Foto dos formandos do Curso Preparação para o Trabalho
DATA/PERÍODO: 1999
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O Curso Preparação para o Trabalho (PPT) visava preparar o aluno para o mercado de trabalho, oferecendo aos educandos

conhecimentos e capacidades para iniciar. Representava as ideologias educacionais do período.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 35

TÍTULO: Hino do Ginásio Jaguarão

DATA/PERÍODO: 1949

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

O Hino do Ginásio Jaguarão simboliza a identidade e os valores da instituição. Representa também o sentimento de pertencimento ao universo que o IPA representou na cidade, unindo gerações na sua história.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 36

TÍTULO: Hino do IEEES

DATA/PERÍODO: 2010

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

O Hino do IEEES expressa os valores e a identidade escolar. Preserva a memória e traduz os valores sociais da época.

Objetos que ensinam

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 37

TÍTULO: Apontador à manivela

DATA/PERÍODO: -

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Foi difundido nas escolas no início do século XX, era utilizado de forma coletiva em sala de aula. Esse objeto, aparentemente, foi manipulado em algum trabalho escolar visto que contém assinaturas e data do ano 2001 na madeira em que está fixado. Representa mais que um objeto, o apontador guarda memórias

e evidência o quanto a escola é interessada em apreciar e preservar o seu passado.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 38

TÍTULO: Agenda escolar

DATA/PERÍODO: 2017

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

A agenda escolar além de ser uma forma de comunicação entre escola e família, ela era usada para o planejamento mensal do aluno, e o gerenciamento do seu tempo. O calendário começa em 2016 com término em 2018. Contém feriados internacionais, código de discagem direta internacional, fusos horários e as novas regras ortográficas que se tornaram obrigatórias em 2016. O brasão, da escola, em sua capa reafirma o sentimento de orgulho e pertencimento.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 39

TÍTULO: Trabalhos de Religião

DATA/PERÍODO: 2010

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Em 2010 o ensino religioso tinha caráter plural não confessional, após alteração do Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1997 (Lei nº 9.475/97) e passou a ser ofertado obrigatoriamente pela escola e a matrícula facultativa. A disciplina de Religião passou a ter enfoque no fenômeno religioso e não a ensinar propriamente religião. Dessa forma, tomou rumo a novas perspectivas como a diversidade, ética, tolerância, cidadania e o respeito às diferenças culturais.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 40
TÍTULO: Trabalhos de Metodologia de História e Geografia
DATA/PERÍODO: 2005 - 2008
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A disciplina fez parte do Curso Normal e tinha como objetivo ensinar aos alunos metodologias para conteúdos de história e geografia, por meio do uso de fontes e documentos históricos que ajudassem a interpretar o tempo, o espaço e a sociedade. Essa disciplina surgiu como parte de preparação prática para futuros professores.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 41
TÍTULO: Caderno de presença em mostra de desenho
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O caderno é um registro de presença em uma Mostra de desenhos infantis da escola em comemoração ao sesquicentenário da Independência do Brasil. O evento do sesquicentenário foi um evento que marcou e reforçou a ideologia política dessa época, quando o Brasil passou pelo período da ditadura militar. No sentido de fortalecer e legitimar o projeto político, por diferentes meios, inclusive no planejamento escolar, através do sentimento de pertencimento nacional.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 42
TÍTULO: Caderno folclore brasileiro
DATA/PERÍODO: 2001
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O caderno do folclore estimula a memória coletiva, o respeito às diferentes manifestações culturais, formando rico patrimônio imaterial.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 43
TÍTULO: Suporte para caneta-tinteiro
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O servia como apoio para caneta-tinteiro. O suporte representa uma temporalidade anterior à caneta esferográfica de hoje, além de zelar pelos materiais escolares, pois evitava que a caneta manchasse caderno, roupa, carteira, etc.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 44
TÍTULO: Penas de aço
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: As penas de aço eram utilizadas como instrumentos para a escrita. Substituíram as penas de aves, e posteriormente foram substituídas por materiais plásticos das canetas esferográficas. Demonstram a evolução na escrita pela otimização do tempo.

A história que se lê

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 45
TÍTULO: Globo Celeste
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O globo celeste evidencia métodos de ensino, registrando o conhecimento científico de astronomia e a maneira como os estudantes aprendiam em determinado contexto histórico. Representa também os recursos didáticos presentes na escola.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 46
TÍTULO: Mapa histórico
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O mapa faz parte de uma coleção de mapas didáticos, utilizados como suporte didático para o ensino de história e geografia. Esse recurso permitia que a explicação do conteúdo fosse visual e desenvolvida no coletivo.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 47
TÍTULO: Máquina datilográfica
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A máquina datilográfica otimizou a escrita e através dela foi possível diminuir o tempo de preparo de materiais didáticos e documentos. Marcou a passagem da escrita manual para a mecanizada. Inspirou o teclado do computador.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 48
TÍTULO: Telefone
DATA/PERÍODO: -
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O telefone, além de seu uso administrativo, tornou-se um meio de manter contato com outras instituições e facilitar a comunicação entre escola e comunidade, fortalecendo a organização pedagógica.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 49
TÍTULO: Aparelho de fax
DATA/PERÍODO: 1980/1990
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O fax permitia a troca de informações administrativas por telefone, de forma rápida, entre escolas e secretarias, assim como materiais pedagógicos. O aparelho era importante meio de comunicação antes do uso da internet.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 50
TÍTULO: Slides educativos
DATA/PERÍODO: 1979
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Esse recurso pedagógico marca a modernização do ensino, pois possibilitou aos professores dinamizar as aulas. Os conteúdos eram ampliados em um aparelho específico para essas lâminas e o professor comandava manualmente a apresentação dos conteúdos tornando a aula atrativa e tecnológica.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 52
TÍTULO: Módulo Digital - CD's
DATA/PERÍODO: 1999/2000
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Os cursos representam uma forma de aprendizagem digital, embora ainda não houvesse a banda larga nesse período, os módulos eram apoios pedagógicos tanto para quem frequentava a escola quanto para quem desejasse se qualificar à parte do currículo escolar. Demarca também uma introdução a metodologia online de ensino, que se concretizou com a banda larga de conexão.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 51
TÍTULO: CPU
DATA/PERÍODO: 1999/2000
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O CPU, núcleo do computador, colaborou para o acesso à informação e ao ensino. Logo, tornou-se essencial aprender a operá-lo. Assim começaram a surgir os cursos de informática, pois os computadores já começavam a fazer parte de algumas escolas e de residências. Impulsionou também o ensino à distância.

Papéis que contam histórias

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 53
TÍTULO: Ata de reuniões da Congregação do IPA
DATA/PERÍODO: 1942-1951
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A primeira reunião registra, de forma geral, a organização administrativa e pedagógica inicial do Ginásio. Estabeleceu-se, dentre muitos assuntos, medidas sobre a organização das classes na qual cada turma deveria ter a sua diretoria com um professor conselheiro e fez a nomeação dos professores. Trata sobre a remuneração dos professores de forma anual. A Ata contempla reuniões até o ano de 1951, apresentando diversas situações, que permite ver que não é apenas um registro da maneira como a escola se organizou nesse período, revela também a memória institucional e os valores que pretendia transmitir.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 54
TÍTULO: Convênio de encampação do Ginásio Jaguarão
DATA/PERÍODO: 1952
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: No dia dezoito de março de 1952, atualizou-se o texto do convênio no qual foram adicionadas duas novas cláusulas em que, além de outras providências, determina que o ensino passa a ser totalmente gratuito.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 55
TÍTULO: Relação do pessoal docente e administrativo do Ginásio Jaguarão
DATA/PERÍODO: 1952
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Esse documento além de registrar o quadro de professores e funcionários do Ginásio, na data de primeiro de março de 1952, destaca as suas funções e preferências por lecionar algumas disciplinas. É possível perceber a estrutura curricular do Ginásio, com as disciplinas clássicas e também as que refletiam a cultura da época, como: trabalhos manuais, economia doméstica e canto orfeônico. Sendo esta última disciplina criada no Governo de Getúlio Vargas, representando seus ideais de patriotismo e identidade nacional, pois a disciplina desenvolvia educação musical disciplinadora, moral e cívica.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 56
TÍTULO: Ofício do Rotary Club de Jaguarão ao Assistente do Ensino Secundário
DATA/PERÍODO: 1954
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Ofício enviado pelo Presidente do Rotary Clube de Jaguarão, reforçando um pedido de ampliação do ensino secundário com a instalação do colegial no Ginásio Estadual de Jaguarão, enviado ao Assistente do Ensino Secundário. O documento representa o empenho do Rotary em trazer a cidade o curso colegial, o que demonstra sua influência social e o perfil elitista que o clube tem até hoje. O ensino colegial era privilégio para poucos e era a ascensão da elite ao ensino superior.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 57
TÍTULO: Tentativas para a construção de novo prédio
DATA/PERÍODO: 1953-1961
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Carta oficial do Prefeito de Jaguarão, General Oscar de Azambuja, ao Ministro da Educação pleiteando verba para a construção do novo prédio. Relata as condições do prédio do Ginásio Espírito Santo, destaca as condições da construção com prejuízo a saúde de todos e a disciplina dos alunos, assim como a crescente procura de alunos para frequentar o ginásio. Fala sobre a importância cultural e educacional da cidade. Compara a educação de Rio Branco (Uruguai) com Jaguarão e enfatiza o constrangimento de receber visitas na situação que o prédio se encontrava, o que evidencia a relação entre educação e soberania. A Prefeitura Municipal de Jaguarão doou ao Estado, através da Lei nº 254, a o terreno situado na Praça Comendador Azevedo, com a ressalva de que caso a obra da construção do novo prédio do Ginásio não se realizasse no período de cinco anos, o terreno voltaria à Prefeitura. A Reforma Capanema era vigente nesse período como orientadora da educação disciplinadora e seletiva, crescia a busca por instalações mais modernas e adequadas às novas exigências pedagógicas. A planta do novo prédio chegou a ser feita e até mesmo divulgada, inclusive realizado o orçamento de gastos, e na sequência pedidos de verba para construção, o que não se concretizou. O último registro, em 1961, é de uma carta oficial ao Prefeito de Jaguarão Odilo Marques Gonçalves solicitando, novamente, o terreno à Praça Comendador Azevedo.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 58
TÍTULO: Recorte de Jornal - Criação do Ginásio Noturno
DATA/PERÍODO: 1955
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O recorte do Jornal A FÔLHA noticia a aprovação do Ginásio noturno para o ano seguinte. Em entrevista o Diretor Padre Octavio Gurgel expõe toda a trajetória do pedido ao Superintendente do ensino secundário e os motivos pelos quais se fazia necessário tal curso, até a aprovação do pedido. O turno noturno diminuiria as desigualdades regionais e ampliaria o acesso à educação. O Diretor afirma que durante o funcionamento do IPA havia o turno noturno.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 60
TÍTULO: Decreto de transformação em Colégio
DATA/PERÍODO: 1959
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O Governador do Estado através do Decreto nº 9470 de 29 de outubro de 1959, determina a transformação do Ginásio em Colégio com a introdução do segundo ciclo de ensino secundário com o curso científico. Houve a necessidade de expansão do ensino secundário, devido ao modelo político de industrialização da época da presidência de Juscelino Kubitschek, embora fossem frequentados majoritariamente pela elite e a classe média alta.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 59
TÍTULO: Denominação de “Espírito santo”
DATA/PERÍODO: 1957
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Em dezesseis de agosto de 1957, pela Portaria nº 1118, o Governador do Estado determina que o Ginásio Jaguarão passe a denominar-se Ginásio Estadual Espírito Santo. Este nome seria uma homenagem ao Ginásio Espírito Santo, que funcionou no mesmo prédio, de 1901 a 1914, sob a ordem dos Padres Premonstratenses. Essa é a relação entre os nomes, utilizaram o mesmo prédio. O Professor Jorge Abel Neto relata, em seu discurso em comemoração ao vigésimo aniversário de fundação do Colégio, que o nome Espírito Santo foi uma homenagem ao antigo Ginásio.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 61
TÍTULO: Recorte do Jornal A FOLHÂ - 20º Aniversário do Colégio Estadual Espírito Santo
DATA/PERÍODO: 1962
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A matéria noticia as comemorações ao vigésimo aniversário do Colégio, dando destaque para a solenidade que ocorreu no Cine Teatro Esperança, momento que o Professor Jorge Abel Neto discursou sobre o histórico do Colégio, retomando o tempo do IPA em que ele também foi professor. Várias foram as homenagens para ressaltar a importância na formação dos alunos, e por final foi realizado atos musicais e artísticos. O Jornal transcreve na íntegra o discurso de Jorge Abel Neto, ele destaca a relevância do ensino secundário na cidade refletindo o prestígio social da escola nos anos 60, momento em que o Presidente do Brasil João Goulart aprovou Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 62
TÍTULO: Procuração para recebimento do Fundo Nacional de Ensino Médio
DATA/PERÍODO: 1964
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O documento, de cinco de junho, demonstra a procuração do diretor do Colégio, o Padre Mário Prebianca à Weber Gonçalves Sanz militar residente na cidade do Rio de Janeiro, para que tivesse autonomia em receber do Governo Federal a subvenção destinada ao ensino médio. Essa política de financiamento da educação era destinada à ampliação e manutenção do ensino médio. O Brasil passava pelo período da ditadura militar, instaurada pelo golpe militar que destituiu o Presidente João Goulart, e a educação passou a ser mais centralizada e burocrática. Dessa forma, era necessário nomear um procurador para receber a subversão.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 63
TÍTULO: Livro Ouro
DATA/PERÍODO: 1966
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O livro apresenta registros de doações em dinheiro para a construção do novo edifício do Colégio. Doar e assinar o livro era além de um gesto público de apoio a instituição, era visto como prestígio social, simbolizando pertencimento, reconhecimento social e também exclusão, basta observar o registro na página nove de assinatura em que é possível verificar a nomeação de dois alunos que não contribuíram em conjunto com turma do terceiro ano ginásial, o que criava uma distinção dos demais colegas e ao mesmo tempo uma repreensão social e moral. O livro destaca a contribuição de funcionários do Banco do Brasil, estudantes, empresas, associação de orizicultores e pecuaristas da cidade.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 64
TÍTULO: Livro Ouro Milionário
DATA/PERÍODO: 1966
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O Livro de Ouro Milionário tem a mesma finalidade do anterior, porém deixa evidente, que reúne contribuições mais elevadas. O registro associa moral, religião e progresso social em parceria com o poder local e a sociedade, voltada ao apoio e à valorização do Colégio como formador da juventude. Os dois livros mostram um “jogo” de influências sociais, diferenciando a sociedade pelo valor da contribuição.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 65
TÍTULO: Recorte do Jornal A FOLHÃ em comemoração aos 30 anos do Colégio Espírito Santo
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A reportagem expõe a vinda de ex-alunos e do primeiro diretor do IPA para comemorar o trigésimo aniversário da escola. O desfile cívico, a apresentação teatral patriota, o canto do Hino, trocas de bandeiras representam além do sentimento de pertencimento e identidade. Considerando o período em que o registro foi feito, todos esses contextos reverberam a escola como mecanismo de propagação da ideologia da ditadura militar.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 66
TÍTULO: Resolução nº97/72 do Conselho Estadual de Educação
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Determinava as matérias que poderiam fazer parte do currículo, na parte de diversidade. O currículo estava se adaptando à Lei 5.692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus. O Conselho Federal de Educação ficou responsável por determinar os conteúdos do núcleo comum e matérias diversificadas e orientar os Conselhos Estaduais, que por sua vez orientavam as escolas. Nessa perspectiva, no ensino de 1º grau os alunos passavam por sondagens de aptidões, direcionando para áreas em que os alunos poderiam se interessar futuramente no mercado de trabalho e no ensino de 2º grau era obrigatório ser profissionalizante. Com características fortemente tecnocráticas, a educação passou ter objetivos de produção de mão de obra e não como meio de emancipação, pois não focava na formação integral do aluno. Enquanto as escolas públicas lutavam para se adequar ao novo sistema de ensino, a escola particular burlava o sistema e preparava a elite para o ingresso no ensino superior.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 67
TÍTULO: Livro de presenças dos Professores em reuniões
DATA/PERÍODO: 1957-1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O livro documenta a assinatura de presenças e reuniões convocadas pela direção do Colégio. Importante fonte do cotidiano pedagógico e administrativo da escola, além de registrar a organização e práticas da gestão.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 68
TÍTULO: Implantação do Ensino de 2º grau no Colégio Estadual Espírito Santo
DATA/PERÍODO: 1973-1974
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A pasta da documentação apresenta, dentro das habilidades oferecidas, as que a escola propôs à Comissão Verificadora do Conselho Estadual de Educação como alternativas de cursos para o ensino profissionalizante. Em conjunto aos dados sobre as necessidades do mercado de trabalho e os recursos humanos e materiais disponíveis, e o currículo com a carga horária de cada curso de habilitação escolhido pela escola. O prédio do Colégio Estadual Espírito Santo era novo (já estava localizado no endereço atual), mas carente em salas especializadas para determinados cursos. O parecer foi feito em conjunto com a direção e a coordenação pedagógica do Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas (Grupo de Trabalho), enquanto o Colégio Imaculada Conceição comunica que não teria público para o ano de 1974, assim não participaria do treinamento para a implantação. Conforme relatório, essa escola passava por dificuldades financeiras na época. Em dezanove de setembro do mesmo ano, pelo Parecer 197/73 o Grupo de Trabalho elaborou a proposta de profissionalização do ensino em: Técnico em Contabilidade, Assistente de Administração, Secretariado e Auxiliar de Técnico em Agricultura.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 69
TÍTULO: Resolução nº 112
DATA/PERÍODO: 1974
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A Resolução nº 112 de 18 de outubro de 1974, reforça todo sistema de controle característico da ditadura militar. As escolas tinham inspeção e supervisão para manter a padronização e o controle de ideologia da época, assim a escola era vista como um mecanismo de controle social e político. Logo, não havia autonomia de professores e gestores embora houvesse resistência.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 70
TÍTULO: Base Curricular do 1º grau - 6ª a 8ª série
DATA/PERÍODO: 1976
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O currículo era dividido em Núcleo Comum e a Parte Diversificada com formação especial. Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências faziam parte do Núcleo Comum, enquanto as Tecnologias na Parte Diversificada. O interessante é que mesmo nas séries do 1º grau os alunos já eram encaminhados precocemente para o trabalho, optando pelas Técnicas Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Técnicas Domésticas. Esse modelo tecnicista instituído pela Lei nº 5.692/71, canalizava os menos favorecidos economicamente ao mercado de trabalho.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 71
TÍTULO: Plano curricular para Habilitação Parcial a Nível de 2º Grau do Magistério
DATA/PERÍODO: 1976-1977
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Os cursos aprovados para integrar o ensino profissionalizante foram: Agente de Defesa Sanitária Animal, Auxiliar de Inspeção de Alimentos, Auxiliar de Leites e Derivados, Auxiliar de Inspeção de Carnes e Derivados, Visitadora Sanitária e Ornamentista de interiores. A base da Educação Geral era comum a todos, diferenciando-se na Formação Especial em que cada um tinha sua área específica. Os cursos exigiam a parte prática que o Colégio não dispunha, era recente a mudança de prédio e de estrutura, como laboratórios para parte prática. O Conjunto Agropecuário Visconde da Graça, da cidade de Pelotas, em regime de intercomplementaridade. Durante as férias do Conjunto, os cursos se deslocavam para esse espaço a fim de realizar as aulas práticas.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 72
TÍTULO: Parecer nº 132/76
DATA/PERÍODO: 1976
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O parecer aprovado em nove de abril de 1976, tratou sobre as lacunas encontradas no histórico escolar do 1º grau de alunos matriculados no 2º grau. Essas lacunas deveriam ser preenchidas com atividades curriculares de maneira que possibilitasse preencher o histórico. O importante era manter o progresso do ensino, regularizando os documentos sem prejuízo aos alunos. Essas lacunas representavam mais do que falhas nos históricos, elas demonstraram a falta de estrutura para fazer mudanças no ensino, sem oferecer condições básicas e como medida eram tapadas por emendas.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 74
TÍTULO: Portaria 04937
DATA/PERÍODO: 1978
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A Portaria, da Secretaria da Educação e Cultura, autoriza o funcionamento das habilitações de despachante, magistério de ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série e aprova o regulamento de estágio do mesmo. As séries iniciais de 1º grau também são aprovadas na escola, e serviram como recurso para aplicação do estágio do magistério. O que demonstra o fato de o governo procurar a todo custo baratear a educação, reforçando a lógica da profissionalização rápida e de baixo custo.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 75
TÍTULO: Plano curricular de 1ª a 4ª série
DATA/PERÍODO: 1978
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A grade foi desenvolvida em conformidade com a Lei 5.692/71, em seu núcleo comum desenvolvido a partir das áreas de Comunicação e expressão, Integração social e Iniciação às ciências com a recomendação para incluir a matemática. O Art. 7 mencionado no plano determinava que as escolas mantivessem as matérias de forma agrupadas nessas três grandes áreas e que contemplasse a Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde, e o Ensino Religioso era facultativo.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 76
TÍTULO: Plano curricular do Magistério
DATA/PERÍODO: 1978
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: As estratégias de educação patriótica também faziam parte do currículo do magistério com as disciplinas criadas durante o período ditatorial. A disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e de Moral e Cívica representavam a ideologia do momento político. No curso do Magistério essas disciplinas eram estratégias, pois ao formar educadores com esse currículo acreditava-se que iriam propagar a ideologia para os alunos. O curso atendia a pressão do governo por mão de obra rápida, ao mesmo tempo mostrava que a escola era instrumento de transmissão da cultura vigente.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 77
TÍTULO: Livro de Convocação de Professores
DATA/PERÍODO: 1959-1977
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Em sua capa o livro aponta para o ano de 1972, mas em sua primeira página apresenta o termo de abertura em setembro de 1959 e foi enviado pelo Superintendente do Ensino Secundário a fim de documentar os bens patrimoniais do Colégio Estadual Espírito Santo, o que não ocorreu pelo menos nesse livro. Na página seguinte a data é de outubro de 1960 e expõe uma lista de doações de livros que o Colégio recebeu para biblioteca, que retratam os objetivos de um currículo focado no ensino formativo e técnico característico do período do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Na sequência, com data de setembro de 1971, a diretora do Colégio destina o livro para a convocação de professores para atividades extraclasse. As convocações nesse intervalo de tempo, mostram a relação das atividades escolares com a Reforma de 1º e 2º Grau e com o regime da ditadura na prática cotidiana. Retratam a transição e os esforços da escola para adaptar-se e passar à comunidade as novas exigências e funcionamento da estrutura da reforma, era preciso ainda viver sob constantes condicionantes referentes a efetividade, a estrita relação com a igreja, os atos cívicos recorrentes, a falta de autonomia, tudo isso fazia parte da nova política educacional.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 78
TÍTULO: Diário de Classe de Técnicas Domésticas
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Técnicas domésticas por muito tempo era destinada para ensinar, principalmente meninas, a cuidar do lar. Com a necessidade das escolas já instruírem para a formação técnica, instituída na Reforma do Ensino 1971, a disciplina mudou o enfoque para o lado técnico, voltado para auxiliar serviços domésticos. Os conteúdos passaram a incluir noções de higiene e cuidados pessoais, alimentação e nutrição, economia doméstica e planejamento, organização e conservação de ambientes. O Diário de Classe, da 6ª série, mostra a mudança nesse contexto, com uma turma mista e com conteúdos relacionados com a região, como a visitação a um engenho de arroz, o que poderia ser mão de obra futura para a cidade.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 79
TÍTULO: Diário de Classe de Geografia
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O diário de classe do segundo ano do curso ginásio revela, em sua primeira página, a preocupação da professora em contextualizar aos alunos a situação em que a educação se encontrava, sob novas orientações pedagógicas. A escola também estava em transição e se adaptando à nova política educacional.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 80
TÍTULO: Diário de Classe de História
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Nesse diário do ginásio da turma do segundo ano, percebe-se também a articulação entre o ensino de história e a valorização da pátria com instrumento de difusão de caráter nacionalista alinhado ao contexto da ditadura militar. As escolas eram incentivadas a promover atividades cívicas, como desfiles e concursos, com objetivo de fortalecer a identidade nacional. Como observa-se na matéria lecionada: Sesquicentenário.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 81
TÍTULO: Diário de Classe de Francês
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Nesse período a disciplina de Francês já não era obrigatória, pois o ensino de línguas era optativo, sendo que a preferência pelo inglês foi crescendo gradativamente após a Segunda Guerra Mundial e os interesses entre Brasil e Estados Unidos da América. O currículo foi se modelando em torno do nacionalismo. Nesse diário, da terceira série A, nota-se que o Francês lecionado era mais usual.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 82
TÍTULO: Diário de Classe de Artes
DATA/PERÍODO: 1972
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O Diário, do sexto ano do fundamental, apresenta matérias de artes desenvolvidas com desenho decorativo, trabalhos de pintura, trabalho de desenho do dia do soldado, etc. Em conformidade com o ensino de artes, que passou a ser obrigatório a partir da Lei 5.692/71, com a intenção de preparar a mão de obra para trabalhos manuais, então o foco era técnico e funcional, de forma muito controlada. Não era permitido que se usasse a arte de forma crítica. Artistas eram perseguidos, exilados ou mortos se o governo compreendesse que se expressavam de forma subversiva.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 83
TÍTULO: Diário de Classe do Curso Científico - O.S.P. B
DATA/PERÍODO: 1973
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A disciplina de Organização Social e Política do Brasil foi criada para substituir as disciplinas de Sociologia e Filosofia na ditadura militar. O objetivo era substituir as matérias consideradas subversivas, e direcionar os alunos para tornarem-se cidadãos alinhados com o civismo, nacionalismo e disciplina para reproduzir a ideologia do regime. O Diário pertence à terceira série do turno diurno, na primeira página é possível notar o conteúdo das aulas do mês de março, demonstra a união do patriotismo e da religião para moldar os alunos.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 84
TÍTULO: Diário de Classe de Matemática
DATA/PERÍODO: 1973
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O diário é do primeiro ano do curso científico, e o conteúdo na disciplina de matemática revela a influência do Movimento da Matemática Moderna. Por isso a teoria dos conjuntos está na primeira linha de matéria lecionada, pois o ensino dos elementos, segundo o Movimento, deveria vir antes do estudo dos números, até mesmo nas séries iniciais. O número era considerado muito complexo para ser o primeiro contato no ensino de matemática.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 85
TÍTULO: Diário de Classe de Biologia
DATA/PERÍODO: 1973
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O Diário é de uma turma de primeira série do curso ginásio, da disciplina de biologia. O ensino de biologia, no contexto do período, procurava proporcionar ao aluno um aprendizado técnico e prático. Evidência a organização do conteúdo no sentido linear e a concentração dos conteúdos para construir hábitos e comportamentos adequados.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 86
TÍTULO: Diário de Classe de Técnicas Industriais
DATA/PERÍODO: 1973
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O registro é da sétima série do primeiro ano e conforme os conteúdos em sua primeira página observa-se a aprendizagem pela técnica e também a exigência de organização de trabalho com as anotações abaixo apontando que dois alunos não levaram o trabalho, dessa forma, a matéria em si fazia parte do projeto de formação disciplinada, voltada para a produtividade e ao trabalho industrial.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 87
TÍTULO: Diário de Classe de Língua Nacional
DATA/PERÍODO: 1973
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O diário pertenceu ao sétimo ano do ensino fundamental e demonstra, na aula do dia 29 de junho, a interpretação de poemas de autores brasileiros como meio de fortalecer a identidade nacional e moral, além do registro do estudo da gramática normativa que também era uma forma de fortalecimento da nacionalidade.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 88
TÍTULO: Diário de Classe de Educação Moral e Cívica
DATA/PERÍODO: 1973
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Essa disciplina tinha o objetivo de eliminar as ideias “subversivas” da sociedade por meio da educação também. E para isso fazia o uso de celebrações cívicas de exaltação à pátria, e conteúdos da estrutura curricular, como percebe-se nesse diário da sétima série, eram de valores éticos e patrióticos, difundidos para manter os propósitos ideológicos e morais do regime militar.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 89
TÍTULO: Diários de Classe de Educação Física
DATA/PERÍODO: 1974
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: A educação física era separada por sexo com objetivos distintos, esse Diário era do oitavo ano do sexo masculino. A disciplina não era voltada apenas para manter o corpo em exercício, mas para que contemplasse os valores morais e cívicos. Exercícios de ordem unida e preparação para marcha eram comuns no currículo e visavam a militarização dos alunos com corpo e mente “saudáveis”, por isso era importante manter o controle de peso e altura, que era realizado por exames médicos no início das aulas e registrados no Diário. O Diário de Classe feminino exhibe as mesmas atividades e registros do masculino, mas eram separadas por questões de ideologia de gênero no regime militar, preservando a moralidade.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 90
TÍTULO: Diário de Classe de Química
DATA/PERÍODO: 1974
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Este Diário do primeiro ano do segundo grau, revela que o ensino de química era centrado no conhecimento técnico, evitando discussões de cunho crítico. O enfoque era em formulações, e aplicações para a mão de obra industrial, como para a indústria petroquímica.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 91
TÍTULO: Diário de Classe de Programa de Saúde
DATA/PERÍODO: 1975
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Diário da turma do segundo ano do segundo grau. A disciplina tinha como propósito promover hábitos saudáveis individuais e coletivos. O tema saúde e higiene estavam presentes na escola como forma de prevenir doenças, pois o sistema de saneamento básico era precário e a imunização ainda não alcançava uma grande escala populacional. Conforme pode ser observado nesse diário, quanto às matérias lecionadas.

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 92
TÍTULO: Diário de Classe de Técnicas Agrícolas
DATA/PERÍODO: 1975
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: O Diário é do sétimo ano e registra as matérias lecionadas em Técnicas Agrícolas, no contexto da Reforma do Ensino de 1971, evidenciando também a pedagogia tecnicista e profissionalizante da época, sempre como pensamento de preparar para o trabalho.

A história ainda continua...

As fotografias que compõem esta área da exposição revelam espaços de pesquisa ainda não explorados em sua totalidade. Entre elas estão o almoxarifado, anexo à biblioteca; duas imagens da própria biblioteca escolar; os registros de Jesus Cristo e da Bíblia Sagrada, localizados no hall próximo à sala da direção; o espaço de salvaguarda, que ainda guarda vasto material a ser investigado; e o sino presente no pátio da escola. Complementam essa seleção o piano, situado na parede ao lado da secretaria, e o laboratório de biologia, ao lado do banheiro feminino — ambos anexados ao nome desta área expositiva.

Os materiais disponíveis no armário estão organizados por década, para melhor organização da pesquisa, na primeira prateleira estão atas, livros de registro de reuniões, livro de matrículas, álbum de formandos repetido, pastas com documentos e plantas do prédio, relatórios do IPA, diários de classe e outros materiais.

Anexo 2 – Carta de apresentação à escola

s31/10/2023, 18:33

SEI/UNIPAMPA - 1289105 - Declaração



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

SOLICITAÇÃO

Declaro, que a discente Michele Machado Souza, matrícula 2310200253 é discente/pesquisadora do Curso de Mestrado Profissional em Educação na UNIPAMPA, Campus Jaguarão e pretende desenvolver sua pesquisa sobre Patrimônio Educativo, Práticas e Cultura Escolar do/no Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, instituição escolar presente na história da educação do município de Jaguarão.

Neste sentido, na condição de orientador de mestrado e supervisor de sua pesquisa, solicito que a mesma tenha acesso aos acervos da escola (arquivos de documentos, fotografias, materialidades escolares, etc), essa consulta deve ser feita com anuência da Escola e de acordo com os horários disponibilizados e adequados pela mesma, salientamos que o acesso a estas materialidades são essenciais para a pesquisa de Michele.

Certo de sua compreensão,

Sem mais,

Bagé, 31 de outubro de 2023.

Profº Dr. Alessandro Carvalho Bica

Professor do PPGE/UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 31/10/2023, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1289105 e o código CRC 7CE990FF.

Referência: Processo nº 23100.022014/2023-56

SEI nº 1289105

APÊNDICE

Apêndice 1 - Produto Técnico-Tecnológico

SALA DE MEMÓRIAS DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESPÍRITO SANTO

O produto técnico-tecnológico resultante dessa dissertação consiste na criação da Sala de Memórias do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, concebida como um espaço pedagógico de preservação do patrimônio escolar e de valorização da história da comunidade educativa.

O produto foi desenvolvido a partir do diagnóstico da pesquisa da constituição histórico-pedagógica da escola, o processo envolveu a curadoria e coleta das fontes, organização e exposição de fontes documentais, fotografias e materiais, com potencial de replicação em outras escolas.

CURADORIA E COLETA DAS FONTES

A coleta das fontes na escola começou durante a pesquisa diagnóstica, que é o processo em que o pesquisador verifica se no local de desenvolvimento da pesquisa há materialidade para a realização da mesma. Ao chegar à escola percebeu-se uma infinidade de materiais como um pequeno memorial, organizado no hall de entrada da parte administrativa e na secretaria muito material de diferentes épocas e contextos.

Nessa primeira parte da pesquisa, catalogou-se os materiais encontrados e analisou-se as fontes com o objetivo de avaliar o potencial para responder a pergunta-problema da dissertação.

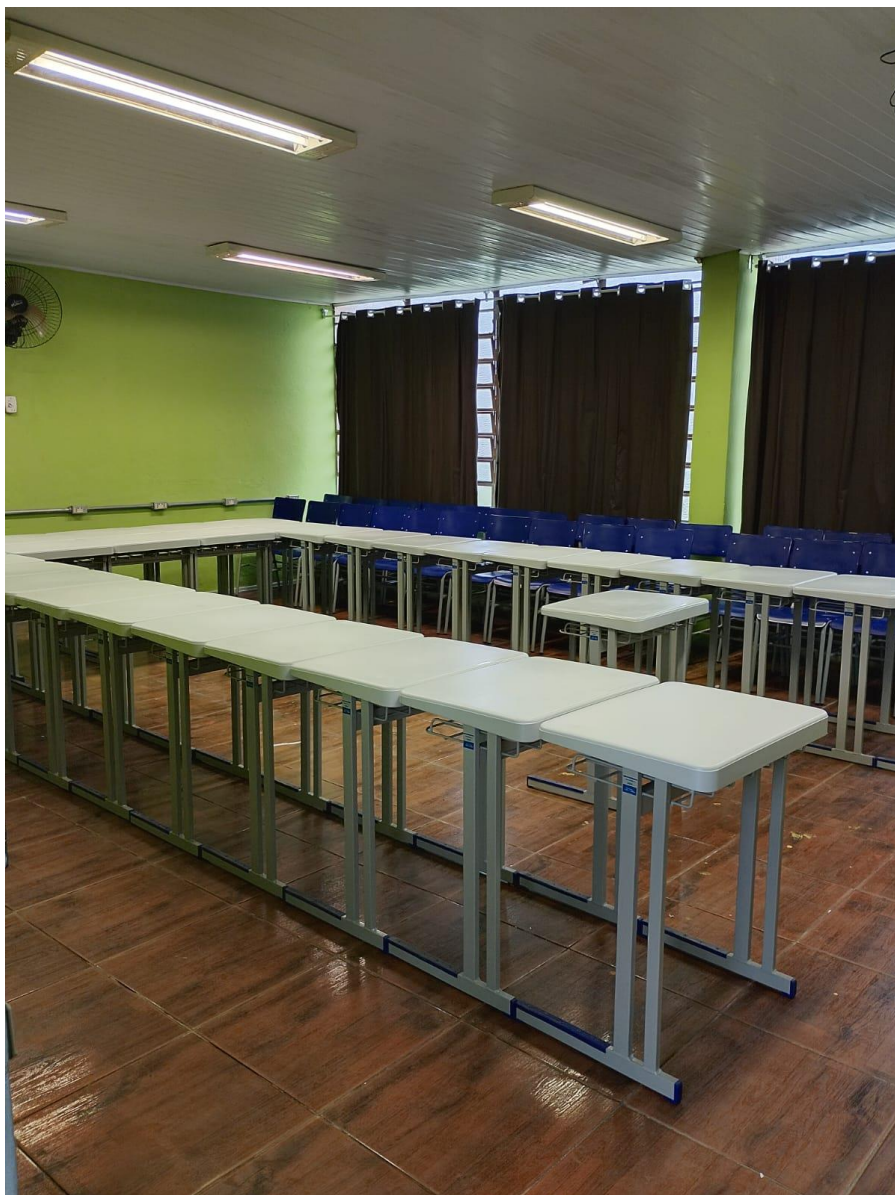
As fotografias, documentos, objetos simbólicos e materiais que correspondem ao interesse de pesquisa foram separados para serem utilizados na montagem da Sala de Memória.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

O espaço disponibilizado na escola para acolher a proposta foi a sala de aula 26, que não estava em uso. Dessa forma, a organização foi feita a partir de um semicírculo, para facilitar a fluidez de grupos de visitantes, favorecendo a visualização

e ainda há setas indicando a ordem de acompanhamento da exposição na Sala. A orientação da sala pode ser observada a seguir:

Figura 1 - Organização da sala



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Organizada a Sala e definidas as categorias, a próxima etapa consiste em montar a exposição com as fontes selecionadas.

MONTAGEM DA SALA DE MEMÓRIAS

Nessa etapa as fontes passam a ser expostas na Sala, seguindo o critério de temporalidade em cada área de categoria para a disponibilização dos materiais com o intuito de formar uma narrativa coerente da trajetória institucional e permitir que os

visitantes percebam o acervo como um conjunto articulado de memórias, conectando as diferentes dimensões da história escolar.

Cada material foi identificado por etiquetas nas cores da sua área de categoria, conforme imagem abaixo:

Figura 2 - Etiquetas para as categorias

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO:
TÍTULO:
DATA/PERÍODO:

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Além de identificar, a contextualização de cada fonte é importante para fazer a ponte de diálogo entre o passado e o presente. A interpretação das fontes revela os aspectos pedagógicos, culturais e políticos que demarcaram a formação histórica da escola ao longo de sua trajetória. Então para fazer a interpretação do contexto histórico-educativo criou-se a ficha de identificação, como demonstrado na figura 3:

Figura 3 - Ficha de identificação

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO:
TÍTULO:
DATA/PERÍODO:
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO:

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O conjunto de cada ficha deu origem ao Guia Prático de Visitação à Sala de Memórias do IEEES, para melhor compreensão e assumindo um caráter formativo e crítico ao estimular e reflexão dos visitantes. Na figura abaixo está a primeira página do Guia:

Figura 4 - Primeira página do Guia Prático de Visitação:



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A segunda página do Guia apresenta orientações para a visita e as primeiras interpretações de área da Cultura Escolar:

Figura 5 - Segunda página do Guia Prático de Visitação:

ORIENTAÇÕES

Para compreender a exposição cada área possui uma cor de identificação e denominação, assim as setas indicam a ordem de partida da exposição. A primeira área representa a cultura escolar “*Memórias vivas*” representadas pela cor azul em suas etiquetas. Seguindo o semicírculo estão os objetos escolares “*Objetos que ensinam*”, em vermelho. Em amarelo estão “*A história que se lê*”, representando os materiais didáticos, em verde os documentos históricos intitulados de “*Papéis que contam histórias*”. Por fim, em marrom, estão documentos e objetos com o título “*A história ainda continua*”, que fazem parte da história escolar que não entraram nas análises.

A seguir estão as fichas de identificação com o contexto histórico-educativo de cada material exposto para tornar a experiência mais significativa.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Memórias vivas

NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 1
TÍTULO: Álbum de fotografias dos formandos
DATA/PERÍODO: 1945
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Álbum dos formandos do Ginásio de Jaguarão Departamento do Instituto Porto Alegre. Contém o Hino do Ipinha, registro do paraninfo civil Dr. Oscar Machado – Reitor (sem foto), fotografias: do paraninfo religioso Rev. Dr. Derly de Azevedo Chaves, dos homenageados, do diretor Dr. Wilson Fernandes e dos formandos.

NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 2
TÍTULO: Turma dos formandos do Ginásio de Jaguarão – IPA
DATA/PERÍODO: 1948
CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO: Álbum dos formandos do Ginásio de Jaguarão Departamento do Instituto Porto Alegre, Hino do Ginásio. Contém as fotografias do paraninfo civil Frederico Guilherme Radunz, paraninfo religioso Rev. Walter Antunes Braga, diretor do Ginásio Prof. João Corrêa Lima e o inspetor federal Rev. Irmão Benildo, os homenageados e formandos.

Os álbuns em questão expressam não apenas fotografias, mas também o prestígio e reconhecimento institucional, tornando-se parte da identidade do Instituto.

EXPOSIÇÃO DAS FONTES

As fontes são exibidas a comunidade escolar de forma a tornar a Sala como uma lembrança viva da constituição escolar e evolução em seu percurso institucional ao longo do tempo. Nesse contexto, as fontes foram organizadas da seguinte forma:

Figura - 6 Formação da Sala de Memórias IEEES



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A inauguração do ambiente ainda está em fase de divulgação e nos últimos ajustes da Sala, mas o potencial de consolidação como um produto técnico-tecnológico de caráter educativo, histórico e cultural é uma realidade. Visto que durante o processo de construção do espaço alguns alunos estiveram na Sala, por curiosidade, para saber do que se tratava.

Espera-se que a inauguração oficial da Sala de Memórias do IEEES consolide a integração do espaço ao cotidiano da escola, promovendo à comunidade o fortalecimento e valorização da história local.